

ANDRÉ LUIS LEITE DE FIGUEIRÊDO SALES

**Militância e Ativismo:
Cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade**

ASSIS

2019

ANDRÉ LUIS LEITE DE FIGUEIRÊDO SALES

Militância e Ativismo: Cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade.

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientador(a): Silvio Yasui

Co-Orientador(a): Flávio Fernandes Fontes

Bolsista: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, (Processos: 2015/26241-0; 2017/00664-7; 2018/01064-6).

ASSIS

2019

S163m

Sales, André Luis Leite de Figueirêdo

Militância e Ativismo: : cinco ensaios sobre ação coletiva e
subjetividade / André Luis Leite de Figueirêdo Sales. -- Assis, 2019
134 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis

Orientador: Silvio Yasui

Coorientador: Flávio Fernandes Fontes

1. Psicologia. 2. Psicologia Social. 3. Subjetividade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Assis. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Militância e Ativismo: cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade

AUTOR: ANDRE LUIS LEITE DE FIGUEIREDO SALES

ORIENTADOR: SILVIO YASUI

COORDENADOR: FLAVIO FERNANDES FONTES



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. SILVIO YASUI
Departamento de Psicologia Social e Educacional / UNESP/Assis

Prof. Dr. RICARDO RODRIGUES TEIXEIRA
Departamento de Medicina Preventiva / USP/São Paulo

Prof. Dr. DANILO SARETTA VERISSIMO
Departamento de Psicologia Social e Educacional / UNESP/Assis

Prof. Dr. EDUARDO VIANNA
Psychology Department / CUNY Graduate Center / Nova Iorque

Profa. Dra. ELIZABETH MARIA FREIRE DE ARAÚJO LIMA
PPG/Psicologia / UNESP/Assis

Assis, 06 de setembro de 2019

Para meus amigos, que apostam em mim quando eu não consigo fazê-lo. Para eles, que me ajudam a ser como o Calvin, e acreditar que o mundo é mágico. Para eles, os Haroldos que exploram a mágica do mundo comigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, a qual financiou este trabalho através dos processos 2015/26241-0; 2017/00664-7; 2018/01064-6. Sem esses recursos teria sido impossível realizar esse trabalho.

Todas pessoas a quem eu gostaria de agradecer estão incluídas na dedicatória da tese feita na página anterior.

Sales, André Luis Leite de Figueirêdo. Militância e Ativismo: Cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade. 2019. 134p. Tese de Doutorado em Psicologia Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

O ciclo de protestos iniciado no Brasil em Junho de 2013 trouxe à cena pública o debate sobre movimentos sociais e ações coletivas. A perda da relevância dos sindicatos e partidos políticos na articulação e condução dos eventos chamou atenção de cidadãos e pesquisadores. Esta pesquisa endereça essa, e outras perguntas, partindo das disputas de sentido envolvendo os termos ‘militância’ e ‘ativismo’. Através de uma revisão narrativa de literatura sobre os sentidos da palavra militância nos artigos científicos publicados no Brasil entre 1980 e 2015, definiu-se o termo como metodologia para interferir/intervir nas normas sociais. Essa definição ressalta o que há de comum entre os fenômenos agrupados sob os dois termos e possibilita propor investigações sobre aquilo que há de diferente entre eles. Os conceitos de repertório, estratégia e instituição são sugeridos para escrutinar os sentidos presentes nas palavras. Esse último é usado para explicitar as relações entre mudanças macrossociais e a subjetividade de militantes e ativistas. A tese responde a seguinte questão: como as diretrizes que ancoram e organizam as estratégias militante e ativista modulam os processos de subjetivação de militantes e ativistas? A investigação foi realizada através dos seguintes procedimentos: a) estudo orientado das principais teorias sobre ação coletiva na literatura sociológica brasileira, europeia e norte-americana; b) proposição de modelo teórico para explorar as diferenças de sentido entre os termos; c) uso do modelo para investigar as diferenças nas metodologias e suas implicações subjetivas; d) apresentação, debate, validação e revisão dos resultados obtidos com grupos de especialistas em São Paulo, Nova Iorque e Toronto. A tese é composta por uma sessão de introdução, outra de conclusão, cinco ensaios teóricos. As conclusões indicam que diferentes estratégias criam distintos ambientes nos quais os sujeitos são socializados, sendo este um elemento crucial para explicar as diferenças nos modos de subjetivação. O ambiente militante tende a valorizar disciplina, centralização dos processos organizacionais e heteronomia, enquanto o ativista incentiva experimentação, horizontalidade e autonomia. Essas condições ambientais tendem a produzir em militantes uma moralidade severa, a qual, muitas vezes, produz comportamentos enrijecidos e até intolerantes, e em ativistas éticas relacionais, passíveis de mudança de acordo com os contextos locais e alinhada aos valores e modos de vida instáveis dos dias atuais. Os resultados obtidos até aqui contrariam a ideia de que a militância seria uma metodologia inferior ao ativismo. Associar a primeira com posições políticas exclusivamente à esquerda e última com posicionamentos à direita, também não é uma conclusão possível. Qualificar nosso entendimento sobre as metodologias usadas pelos movimentos sociais, e as consequências subjetivas delas decorrentes, é fundamental para compreender as formas de ação coletiva juvenis contemporâneas.

Palavras-chave: Militância, Ativismo, Subjetividade, Repertórios, Estratégias

Sales, André Luis Leite de Figueirêdo. *'Militância' and 'Ativismo': five essays about collective action and subjectivity*. 2019. 134p. Tese de Doutorado em Psicologia Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

ABSTRACT

The Brazilian protest cycle triggered in 2013 brought the debate about social movement and collective action to the center of the public scene. The decreasing relevance of trade unions and political parties in this process made researchers and citizens aware that something had changed in Brazilian civil society. This research addresses these issues using as a starting point the symbolic disputes connected to the words *militância* and *ativismo*. Having revised the scientific articles published from 1980 and 2015, with the aim of understanding how Brazilian researchers used the word *militância*, it was possible to define the term as a methodology to intervene in the current social norms. This definition highlights the shared meanings of *militância* and *ativismo* and sets the path to scrutinize the differences between them. Three concepts are suggested with which to critically examine these differences: repertoire, strategy and institution. The last notion allows one to explore the relations between macro social changes and the militant and activist subjectivities. The question guiding this dissertation is: how do the guidelines anchoring and organizing the militant and activist strategies modulate militant and activists subjectivity? The research was conducted through the following procedures: a) literature review of main psychological and sociological theories about social movement and protest in the Brazilian, European and North American traditions; b) construction of a theoretical model to distinguish the two methods under investigation and to examine the subjective effects exerted by them on "militantes" and "ativistas"; c) development of theoretical essays using the model; d) validation of the results achieved through discussion with prominent research groups in São Paulo, New York and Toronto. The dissertation is composed of an introductory and a conclusive sections, as well as five essays. The conclusions suggest that each method creates a specific kind of socialization environment - being this a crucial aspect to understand the contrast between *militantes* and *ativistas*. *Militante* milieus are inclined to prize strict disciplinary procedures, centralized decision process, and heteronomy. In contrast, *ativista* milieus attach great importance to experimentation, decentralized decision process, and autonomy. Under these distinct environmental conditions *militantes* are more prone to develop a harsh morality, which increases the odds of intolerant behaviors and radical positions. On the other hand, *ativistas* are mainly oriented by relational ethical principles, which can be more easily adjusted to the current circumstances. The results speak against any absolute superiority of one method in contrast to the other, as the suitability can only be assessed by taking into account the goals pursued by the movement. They also make impossible to conclude that one belongs exclusively to left-wing political supporters and the other to the right ones. However, they do qualify the understanding of contemporaneous forms of youth protest which are popping up worldwide.

KEYWORDS: Militancy, Activism, Subjectivity, Repertoire, Strategy

Sumário

Introdução: a rua invadiu a sala.....	11
1 Para (re)colocar o problema da ação coletiva no Brasil.....	20
1.1 Em busca de palavras.....	21
1.2 Uns quês, uns quais e alguns poréns.....	24
1.3 O olhar atento à repetição faz nascer a diferença.....	27
1.4 Ativar e ocupar.....	30
1.5 Dissertar.....	33
2 Quando as palavras já não cabem nas coisas.....	35
2.1 O que é isso na rua?.....	36
2.2 Descrever ação coletiva: repertórios.....	37
2.3 Produzir ação coletiva: estratégias.....	40
2.4 Investigar ação coletiva por meio da subjetividade: instituições.....	43
2.5 Sínteses e análises.....	47
2.6 Repertório, estratégia ou instituição?.....	50
3 Três pontos de ancoragem para subjetivação militante.....	52
3.1 Imagens e definições Metodológicas.....	54
3.2 Engrenagens para produção do outro mundo possível.....	58
3.2.1 <i>Demokraticheskiy tsentralizm</i> : ordenar vontades.....	61
3.2.2 <i>Stakhanovshchina</i> : trabalhar e poupar para revolução.....	64
3.2.3 <i>Zhdanovshchina</i> : engenharia para almas humanas.....	67
3.3 Reverberações.....	70
3.4 O avesso do avesso.....	72
3.5 Intenções.....	76
4 Autonomia, conexão e redes: princípios para a (in) ação ativista.....	79
4.1 Rascunhos metodológicos.....	81
4.2 Ancoragem do ativismo brasileiro.....	84
4.2.1 Autonomia: velho como o teu projeto novo.....	85
4.2.2 Conexão: juntem as forças para seguir nessa jornada.....	90
4.2.3 Redes: o pequeno Davi contra Golias, o Gigante.....	97
4.3 Apostas.....	100
5. Ativismo Brasileiro, práticas prefigurativas e desenvolvimento: o caso dos ocupas no estado de São Paulo.....	102
5.1 Molduras teóricas.....	104
5.1.1 Práticas prefigurativas.....	104
5.1.2 <i>Transformative Activist Stance – TAS</i>	105
5.2 Metodologia.....	107
5.2.1 Produções dos estudantes.....	108
5.2.2 Vídeos sobre os eventos.....	109
5.2.3 Análises acadêmicas.....	110
5.2.3 Conclusões Preliminares e uma síntese.....	111
5.3 Caso, análise e discussão.....	111
5.3.1 As ocupações como espaços prefigurativos.....	115

5.3.2 Prefiguração e desenvolvimento: por que essas práticas importam?.....	117
5.4 Desejos.....	119
Conclusão: intenções, apostas e desejos.....	121
Referências.....	124

Introdução: a rua invadiu a sala

Enquanto caminhava em Porto Alegre, em junho de 2013, em algumas daquelas manifestações que seguimos tentando entender, recorro da impressão de não ter palavras para descrever o que estava acontecendo. O que era aquele levante? Quem eram aqueles que estavam na rua? Como eles haviam feito aquilo acontecer? Nascia ali uma vontade de investigar ruas e bibliotecas em busca de termos mais precisos para dizer da singularidade daqueles acontecimentos. Nos anos seguintes, as ruas transbordaram e questões da vida pública nacional passaram a importunar aquelas pessoas que estavam apenas ocupadas em nascer e morrer.

O crescimento global de ações coletivas defendendo pautas conservadoras, reacionárias e violentas convoca os pesquisadores em ciências humanas a atualizar as semânticas usadas para compreender o que se passa nas ruas, praças e redes sociais. A diversidade nas formas de protesto na cena pública brasileira, depois de Junho, ratificou a necessidade de entender melhor os termos usados para nomear o que vinha acontecendo no país. Fiz isso explorando os sentidos condensados nas palavras militância e ativismo.

Revisando os estudos brasileiros publicados entre 1980 e 2015, percebi que o termo militância era usado para nomear objetos de investigação muito diferentes entre si. Analisando os artigos publicados nesse período, constatei que o uso desta expressão não era acompanhado de conceituações, definições ou tentativas de explicações sobre aquilo que se desejava enquadrar sob esta alcunha. Movimentos sociais, partidos políticos, diretórios acadêmicos, centrais sindicais, além de sociólogos e outros pesquisadores empregam a palavra quando abordam as ações coletivas para intervir nas normas sociais, quando descrevem o engajamento de pessoas em certas ações e também ao apresentar grupos lutando por certas pautas. Militância seria uma dessas palavras que não precisa ser definida, pois todos já sabem o que ela significa?

Boa parte das ações coletivas protagonizadas por jovens que invadiram a cena pública brasileira, a partir de Junho de 2013 recusaram-se a nomear suas ações e seus participantes como militantes e preferiram a palavra ativismo. Trabalhando com as pesquisas que investigaram as ações ativistas, constatei que as críticas feitas por eles apontavam os riscos decorrentes da organização da ação coletiva em moldes de exércitos. Os coletivos ativistas se mostraram contrários às estruturas organizativas hierárquicas, à centralização das informações e dos processos decisórios e à rigidez militarizada que caracterizaria os movimentos militantes. Ao seguir os rastros dessa crítica, passei a suspeitar que era possível mapear redes

de sentidos entre formas contemporâneas de intervenção nas normas sociais e tradições políticas distintas.

Minha ideia era de que essa discordância entre ativistas e militantes seria uma forma de expressão atual de um debate antigo no campo das esquerdas. Dois textos foram fundamentais para a transformação dessas suspeitas em uma hipótese de trabalho. “Militância e Poder” (VALVERDE, 1986), estudo cujo objetivo inicial era realizar uma análise historiográfica das condições de declínio das tendências anarcossindicalistas e ascensão das lideranças comunistas sobre o proletariado brasileiro, acabou derivando para uma genealogia da militância, cujo mérito encontra-se em localizar, apontar e analisar “os mecanismos pelos quais se constitui o corpo militante, submetido aos dispositivos de poder e saber engendrados pela militância” (p. 182). “Gramsci está morto. Correntes Anarquistas nos Novíssimos Movimentos Sociais” (DAY, 2005), escrito pelo filósofo político e sociólogo canadense Richard Day, apresenta uma leitura muito consistente e útil para a compreensão daquilo que se apresentava nas ruas brasileiras. Com esse título provocante, Day (2005) aponta o esgotamento da capacidade explicativa dos paradigmas exclusivamente amparados nas categorias da ciência marxista para compreender os rumos que as formas de ação coletiva têm tomado no final do século XX.

Parte dos estudos sobre as mudanças ocorridas nas formas de apresentação da ação coletiva no Brasil depois de junho de 2013 corroboram com as conclusões de Valverde (1986) e Day (2005) quando afirmam que os atores protestando na cena pública empregam os ideários socialista e anarquista como fontes inspiradoras das metodologias usadas para contestação das normas sociais. Essas conclusões solidificaram a hipótese de que seria possível traçar relações entre militância e os princípios fundamentais do marxismo socialista e entre ativismo e valores oriundos da tradição anarquista. Ao longo da pesquisa trabalhamos com, contra e além dessa hipótese com vistas a compreender a transformação nos modos de agir em conjunto que se apresentam no Brasil e no mundo.

Mische (2015) investigou os distintos alinhamentos políticos dos participantes do Congresso da União Nacional dos Estudantes, ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1997 usando observação participante, análise de discursos e estudos históricos. Ao reconstruir redes de sentido, o trabalho concluiu que é possível associar os quatro estilos de comunicação e liderança usados no congresso: “ideias de Habermas, Gramsci, Dewey e Maquiavel, respectivamente¹” (p. 61). A definição de estilo como um “modo padronizado através do qual um ator dentro de um determinado cenário institucional

¹ Todas as traduções da tese foram feitas por mim.

ênfatiza, combina, evita e muda seu padrão de comunicação” (p. 61) reforçou a ideia de que a investigação do ideário político-filosófico-organizacional atualizado por militantes e ativistas ofereceria *insights* sobre diferenças nos modos de ser, pensar e agir dos manifestantes. A perspectiva de trabalho desenvolvida por Mische (2008, 2015) não só inspirou os procedimentos metodológicos usados no desenvolvimento desta pesquisa, como também deu sustentação à ideia de que este estudo aprimoraria a compreensão das mudanças postas na cena de protestos, movimentos sociais, levantes e outras manifestações coletivas no cenário contemporâneo.

Leitores familiarizados com pesquisas sobre ações coletivas e movimentos sociais perceberão que a discussão apresentada aqui tangencia problemas cruciais do campo, tais como: mobilização, participação, arranjos organizacionais, formas de interação entre os membros, dinâmicas emocionais, coalizões, táticas, estratégias e horizontes utópicos desenhados pelos militantes e ativistas. Também será possível a este público captar as influências das ideias de John D. McCarthy, Sidney Tarrow, Robert Benford, David Snow, Alberto Melucci, Francesca Polletta, Deborah Gould, Maria Glória Gohn, Marcelo Kunrath da Silva, Breno Bringel, Angela Alonso e tantos outros com quem aprendi sobre as múltiplas faces das ações coletivas. À medida em que ia conhecendo, e aproximando tropicalisticamente das propostas desses autores, muitas outras pesquisas possíveis tornavam-se visíveis a mim. Almejo me ocupar de algumas delas nos próximos anos. Contudo, sendo um Psicólogo comecei por aquilo que me é mais caro e familiar: a produção de subjetividade.

Esses mesmos leitores identificarão no texto uma combinação de ferramentas conceituais europeias e norte-americanas. Essa mistura à brasileira é intencional e foi construída agrupando as ideias que partilham matrizes epistemológicas comuns e conferem ao produto final um quê antropofagista coerente com as propostas desenvolvidas pela Psicologia Social e Institucional Brasileira. Ressalto que conectar ideias dos dois continentes com rigor foi possível graças à interação constante com diversos grupos de pesquisa no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá ao longo dos últimos três anos. Por fim, destaco que esse esforço visou a atender o desafio proposto por Bringel (2012) de ampliar o campo epistemológico e disciplinar que suportam os estudos sobre as ações coletivas, evitando tanto “o abandono total de todas as teorias e ricas categorias prévias (sobretudo aquelas de caráter mais intermediário, como as propostas por Tilly), [quanto] um ‘giro pós-colonial’ cego” (BRINGEL, 2012, p. 56).

Aqueles que têm se dedicado ao estudo dos processos de subjetivação podem se surpreender com o fato de que as considerações tratadas aqui não seguem tão de perto as pistas deixadas pelo Comitê Invisível (2016, 2017); não assumem totalmente as premissas dos

autonomistas italianos como Paolo Virno (2004); não exploram a fundo consequências dos debates contemporâneos sobre capitalismo cognitivo (HARDT; NEGRI, 2017) e não utilizam tantos outros caminhos conceituais frutíferos para compreender aquilo que somos e o que temos nos tornado. Essa impressão é fruto da decisão de trabalhar na interface com o campo da Sociologia dos movimentos sociais. Tal escolha me afastou das formas argumentativas mais comuns ao campo da produção de subjetividade no Brasil. Por outro lado, ela permitiu alinhar conceitos, ideias e sentidos presentes na sociologia, filosofia e ciência política brasileira e norte-americana e construir um solo fértil para estudos interdisciplinares sobre ações coletivas contemporâneas.

Flanar por entre ideias de tempos remotos, debates atuais e conjecturas sobre o porvir foi possível graças ao suporte de um aparato conceitual alicerçado no ideário da Psicologia Social Institucionalista Brasileira² - PSIB (ROSSI; PASSOS, 2014) e nas premissas da Dialética Colectivindividual³ para um ativismo transformador proposto por Anna Stetsenko (2013). Com essa ancoragem foi possível analisar as formas de subjetivação decorrentes das atividades desenvolvidas pelos sujeitos agindo em conjunto para rescrever o presente e inventar o futuro. Esses dois campos teóricos partilham uma concepção de subjetividade produzida a partir da combinação de agência singular e influências históricas, culturais e sociais. As duas abordagens reconhecem o caráter relacional, contextual e singular dessa forma a que chamamos homem, oferecem ferramentas para rastrear as forças que o criam, além de sublinhar a produção de diferença em meio à repetição.

A PSIB foi usada para explicitar como os modos de subjetivação de militantes e ativistas retomam e atualizam premissas presentes em distintas tradições políticas. Já o modelo de Anna Stetsenko contribuiu para compreensão dos processos através dos quais as atividades desenvolvidas no presente estão produzindo o futuro. A diferença na orientação temporal do texto e das análises é visível nos capítulos três, quatro e cinco. Isso pois os dois primeiros destacam pontos passados que ancoram e influenciam formas de ser respectivamente, militante, e ativista no presente. Já o ensaio cinco debate consequências das escolhas atuais dos ativistas à luz dos projetos de futuro que orientam as ações deles.

Resta ainda esclarecer que, ao contrapor as ideias de militância e ativismo, contrastando assim formas atuais de interferir nas normas sociais, não é meu objetivo

² Mesmo não sendo essa a forma utilizada pelos autores dessa corrente teórica para se autodenominar, a influência das premissas aqui discutidas encontra-se difundida na perspectiva da pesquisa-intervenção (ROMAGNOLI, 2014) e nas propostas de inspiração cartográfica (PASSOS, ET AL, 2016; PASSOS ET AL, 2009).

³ Essa é uma tradução livre da expressão *Collectivindividual* cunhada pelo Anna Stetsenko para destacar a inseparabilidade da dimensão coletiva e individual em todas as atividades humanas.

apresentar uma classificação valorativa, na qual uma seria moral e organizativamente superior a outra. Também não é meu objetivo associar a primeira ao lado esquerdo do espectro político, e a segunda ao lado direito. Diante da polarização radicalizada vigente no país, ainda que seja tentador julgar uma melhor que a outra e associar uma a posições políticas à esquerda e outras à direita, os resultados encontrados impedem tal conclusão. Apresentar essa distinção é uma forma de fazer chegar em meios acadêmicos as tentativas de muitos que hoje buscam diversificar os modos de se agir em conjunto para produzir o futuro. Trata-se de um ato teórico através do qual reforçamos a aposta na Psicologia como uma área da ciência apta a disparar a reflexão crítica sobre questões que nos são colocadas neste tempo histórico.

Os procedimentos metodológicos foram inspirados nos métodos de revisão sistemática para produção de evidências qualitativas (INSTITUTE, 2014) e permitiram: a) entrar em contato com aportes teóricos e bibliografias variadas sobre ação coletiva através das indicações de pesquisadores no Brasil, Estados Unidos e Canadá; b) compreender, a partir das indicações precisas dos especialistas no assunto, a constituição híbrida do campo dos movimentos sociais – formado através da junção da antiga sociologia das massas, psicologia social behaviorista, psicanálise, sociologia das revoluções, ciência política, estudos sobre sociedade civil – e os efeitos que isso trouxe para as pesquisas realizadas no campo; c) debater resultados encontrados em grupos de pesquisa coordenados por pesquisadores especializados no assunto; d) construir uma compreensão dos fenômenos estudados através de uma concepção de subjetividade socio-historicamente situada.

O estudo orientado das teorias sobre a ação coletiva, bem como o debate dos resultados produzidos com renomados pesquisadores no Brasil e na América do Norte, foram artifícios cruciais para construção dessa tese, pois imprimiram maior consistência, relevância e pertinência às conclusões teóricas obtidas. A adoção desses procedimentos explicita a filiação dessa pesquisa à perspectiva cartográfica de produção de conhecimento (PASSOS, KASTRUP 2013). Foi seguindo as orientações cartográficas que o trabalho utilizou os espaços de debate coletivo para avaliar, validar as conclusões, reorganizar e até reformular os resultados obtidos.

Esse modo de fazer imprime aos resultados um caráter de produção coletiva e demanda o reconhecimento da importância tanto dos pontos de passagem do trajeto, quanto dos parceiros que estiveram presentes nessa jornada: Professor Silvio Yasui, orientador desta pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Estadual Paulista, Campus Assis; Professor Flávio Fernandes Fontes, coorientador do trabalho e parceiro de longa data na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal; Professor

Frederico Machado, editor da Revista Brasileira de Psicologia Política e membro do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; Professora Angela Alonso, coordenadora do Laboratório de Pesquisa Social da Universidade de São Paulo e responsável pelo Seminário de Sociologia, Política e História, em São Paulo; Professora Débora Alves Maciel, da Universidade Federal do Estado de São Paulo, em São Carlos; Professor James Jasper, coordenador do *Politics and Protest Workshop* no departamento de Sociologia, Professor John Krinsky do departamento de Ciências Políticas; Professora Anna Stetsenko do Programa de Pós-Graduação em Educação Urbana e o Professor Eduardo Vianna do La Guardia Community College – todos filiados à Universidade da Cidade de Nova Iorque; Professor Terry Maley do departamento de Ciências Políticas da *York University* e Professora Lesley J. Wood do Departamento de Sociologia na *York University*, ambos em Toronto no Canadá. A leitura atenta aos rascunhos dos materiais que compõem a tese, as sugestões de melhoria e as perguntas precisas feitas por esses parceiros foram fundamentais na sustentação do trabalho realizado.

O objetivo geral dessa tese é, tendo definido “ativismo” e “militância” como metodologias para a produção de ação coletiva visando interferir/intervir na ordem social vigente, explicitar características cruciais da dimensão estratégica dessas metodologias e debater implicações dessas para os processos de subjetivação de militantes e ativistas. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) recolocar o problema da ação coletiva no Brasil através da apresentação do questionamento que as práticas ativistas fazem aos modos militantes de agir; b) apresentar um conjunto de ferramentas teóricas que permitam analisar as diferenças entre as metodologias militantes e ativistas; c) identificar características estratégicas de cada uma das metodologias; d) debater as consequências decorrentes dessas estratégias para os processos de subjetivação de militantes e ativistas. A apresentação da tese é feita através desta introdução, de cinco ensaios e de um texto conclusivo. Em conjunto, esse material responde à questão: como as diretrizes que ancoram e organizam as estratégias militante e ativista modulam os processos de subjetivação de militantes e ativistas?

As elaborações aqui apresentadas tratam dos contornos que formam aquilo que somos, da subjetividade definida enquanto resultante de campos de forças em constante disputa. Seria incoerente adotar uma forma de relato dessa pesquisa que não incluísse as formas como a subjetividade do pesquisador comparece nisso. Sendo assim, o ensaio se colocou como imperativo metodológico (ADORNO, 1986), uma vez que nele “o objeto exerce primazia, mas a subjetividade do ensaísta está permanentemente em interação com ele. A subjetividade é um dos elementos permanentes e importante na forma como o ensaio avança como processo

de conhecimento” (MENEGETTI, 2011, p. 323). A adoção da forma ensaio favoreceu a experimentação de modos singulares de articular a questão e (re)colocar o problema da ação coletiva no Brasil. Segundo Adorno (1986), esse gênero textual “suspende (...) o conceito tradicional de método” (p. 27), o que o faz suportar a improvisação e, em certa medida, incorporar elementos do campo das artes. O que é característico do ensaio, e que foi elemento fundamental aqui, é justamente ser uma tentativa, um processo de experimentação, que se sabe inacabado. Tais características formais ofereceram guarida para considerações sobre um tema impossível de ser exauridos no espaço de uma tese de doutorado.

No ensaio um, “Para (re)colocar o problema da ação coletiva no Brasil”, apresento os resultados da revisão narrativa da literatura e evidencio os principais significados atribuídos à palavra militância na literatura especializada brasileira. Nele uso as problematizações feitas tanto por movimentos automeados militantes quanto por movimentos que se autodeclaram ativistas, para defender a ideia de que a militância deve ser conduzida à condição de problema a ser investigado.

No ensaio dois, “Quando as palavras já não cabem nas coisas”, discuto três conceitos que permitem explorar analiticamente os sentidos condensados nas palavras militância e ativismo. Repertórios, estratégias e instituições são sugeridos como adequados para diferenciar as metodologias militante e ativista. A ênfase do texto recai sobre o conceito de instituição, do qual exponho o caráter produtivo e sua relação com os processos de produção de subjetividade. Esse debate ampara a análise dos ensaios três e quatro.

“Três pontos de ancoragem para subjetivação militante” é o momento na tese no qual revisito textos, discursos e práticas pertencentes ao contexto de preparação e condução da etapa socialista da Revolução Russa de 1917. Ao situar as questões que atravessam este período, argumento que é possível estabelecer relações entre atos desenvolvidos no contexto da gestão da ditadura proletária soviética nos primeiros cinquenta anos do século XX e os modos de sentir, pensar e agir de muitos sujeitos que, ainda hoje, tingidos por tons vermelhos, militam pela transformação da sociedade. A orientação temporal da análise tenta mostrar como diretrizes do tempo passado ainda atuam na modulação dos modos de ser militante no presente.

No ensaio quatro, “Autonomia, conexão e redes: princípios para a (in) ação ativista”, discuto a hipótese do anarquismo com fonte inspiradora única do ativismo brasileiro e enfatizo a harmonia entre valores organizacionais autonomistas e a expansão das tecnologias de comunicação e apresento diretrizes organizadoras dos modos de ação ativista. Trabalhando

desse modo foi possível concluir que as novidades trazidas à cena pelos ativistas não são inéditas.

No ensaio cinco, “Ativismo Brasileiro, práticas prefigurativas e desenvolvimento: o caso dos ocupas no estado de São Paulo”, construo um estudo de caso sobre as ocupações das escolas de ensino médio ocorrida em 2015 no estado de São Paulo e o analiso como momento de expressão da estratégia ativista. Reconhecendo a importância atribuída pelos estudantes às atividades desenvolvidas no dia a dia das ocupações e usando o modelo teórico proposto por Stetsenko (2016), pondero sobre os efeitos dessas atividades sobre as formas de ver, sentir e agir daqueles que se dizem ativistas. A orientação temporal da análise aqui se torna desafiadora e pede atenção especial do leitor. Isso pois ela acompanha e dá destaque aos esforços prefigurativos dos jovens ativistas e se propõe a pensar como os atos desenvolvidos no presente estão constantemente criando o futuro.

Na avaliação de muitos, a derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores na corrida presidencial de 2018 decorre também da incapacidade crônica de sua cúpula diretiva de se reorganizar diante da miríade de equívocos realizados ao longo do seu tempo no governo do Estado brasileiro. Nesse contexto, a criminalização, descrédito e linchamento público das posições “à esquerda”; e a ascensão de “uma direita” autoritária e conservadora são espectros assombrando a recente democracia brasileira. Convido o leitor a ponderar comigo sobre a parte que nos cabe na produção daqueles que nos atacam e daquilo de que nos acusam.

Os últimos anos recolocaram as ações coletivas e a movimentação social na sala de jantar. A cena pública nacional, *online* e *offline*, parece ter sido convertida em campos de batalhas, nos quais a meta é extinguir a possibilidade de a diferença existir. O bem do Povo, a prosperidade da Nação e as pontes para o futuro têm sido ambidestramente usados para justificar ações injustificáveis. Ao que parece, estamos diante de diversos impasses criados por cruzadas identitárias movidas em nome do desenvolvimento econômico, humanitário, financeiro e social. Temos disputado a tapas, golpes de Estado, austeridade econômica e rearranjos institucionais duvidosos, o direito de falar em nome do bem do Brasil.

Anos atrás, em um cenário de ebulição semelhante ao que vivemos hoje, Foucault nos lançou a seguinte questão: “como fazer para não se tornar fascista mesmo (e sobretudo) quando se acredita ser um militante revolucionário (FOUCAULT, 1977, p. 03)?”. Apresentando muitos impasses na produção de ação coletiva para intervir nas normas sociais, os ensaios desta tese vão tratar de ideias que nos formaram, e deformaram, ao longo do tempo. Espero que esta leitura sirva para que o leitor entenda certos riscos presentes nessas

ideias, se desembarace de algumas delas e vislumbre outras nas quais a diferença já se produz em meio à repetição.

Toronto, Canadá, Verão de 2019.

1 Para (re)colocar o problema da ação coletiva no Brasil⁴

Em 04 de março de 2016, após avaliar a condução coercitiva do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de prestar depoimento à polícia federal como um “sequestro” e uma afronta à democracia, o presidente em exercício do Partido dos Trabalhadores (PT), Ruy Falcão, em vídeo divulgado no *Youtube*, convoca os militantes e a militância do PT a montarem vigília nos diretórios estaduais, enquanto esperam a orientação da direção nacional. Ruy Falcão ressalta que os militantes e a militância da Central Única dos Trabalhadores (CUT) seguiriam a mesma orientação. A reação ao discurso foi intensa, e fez circular na imprensa brasileira a ideia de que essa convocação poderia gerar tumulto, conflitos e desordem nos centros urbanos. Tal fato, ocorrido em um momento em que estudamos metodologias de ação coletivas para interferir nas normas sociais, tornou ainda mais pungente a necessidade de propor a questão: do que falamos quando usamos a palavra militância?

Silva (2004) adverte quanto aos riscos oriundos da naturalização de algumas ideias, como a de Social, por exemplo:

É preciso em primeiro lugar deixar de tomar o social como uma evidência e passar a constituí-lo como um problema, isto é, (...) passar a constituí-lo como uma multiplicidade necessariamente construída a partir de uma relação de forças num campo historicamente dado (SILVA, 2004, p. 13).

Transpondo as ponderações da autora para a pergunta acima, é nosso objetivo neste ensaio: reconduzir a ideia de militância à condição de problema. Estranhar obviedades, produzir dúvida, descontentar-se com certezas, eis a tática argumentativa aqui empregada. Afinal, “há momentos na vida em que a questão de saber se é possível pensar de forma diferente da que se pensa e perceber de forma diferente da que se vê é indispensável para continuar a ver, ou refletir” (FOUCAULT, 1984, p. 13).

Para reconduzir a ideia de militância à condição de problema fizemos o seguinte trajeto: a) revisão narrativa da literatura investigando os usos da palavra, o, que nos leva a propor uma definição e uma caracterização da mesma; b) uma problematização do uso naturalizado da noção de militância à luz da sua comparação com outra metodologia para produção de ação coletiva à qual, no contexto Brasileiro depois de junho de 2013, vem sendo associada a palavra ativismo. A primeira parte do percurso será desenvolvida nas seções “Em

⁴ Parte da discussão apresentada aqui foi publicada no volume 26, número 02 de 2018 da Revista Temas em Psicologia.

busca de Palavras” e “Militância: uns quês, uns quais e alguns poréns”. A segunda é levada a cabo nas seções “O olhar atento à repetição faz nascer a diferença” e “Ativar e Ocupar”.

Esperamos com isso apontar operadores teóricos que qualifiquem a compreensão sobre as mudanças que tem ocorrido na cena contemporânea de ação coletiva no Brasil. Recolocar o problema da ação coletiva, através dos termos militância e ativismo, é o passo inicial para perscrutar a forma como diferentes repertórios de ação e estratégias de organização podem ser relacionadas a distintos modos de produção de subjetividades.

1.1 Em busca de palavras

Baumeister e Leary (1997) argumentam que revisões narrativas de literatura são úteis para compreensão do estado da arte de determinada ideia, para avaliação da pertinência das teorizações presentes em um determinado campo de estudos e ainda para identificação de controvérsias e fraquezas na forma como um tema tem sido tratado. Em março de 2016, realizamos uma revisão narrativa de literatura usando o termo militância na base de dados *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* a fim de compreender os sentidos com que a expressão militância era usado no contexto acadêmico. As palavras-chave utilizadas na busca foram: militância, ação coletiva, movimentos sociais, partidos políticos. Restringindo os textos encontrados aos dados do período compreendido entre 1980 e 2015, chegamos a um total de 121 artigos. A análise dos resumos do material indicou que o termo nomeava objetos distintos.

Os principais sentidos atribuídos à palavra eram a) um sujeito, ou grupo de sujeitos que se ocupam de determinado tema – exemplos: a militância petista, a militante feminista; b) ao ato de se conectar a um tema e tentar intervir nas normas ligadas a ele – exemplos: as carreiras militantes; c) ao tipo de relação estabelecida entre um sujeito, ou coletivo, e um tema pauta – exemplo: engajamento militante, feminista militante, sindicalismo militante, partidarismo militante. O vocábulo aparece com maior frequência na literatura que discute movimentos sociais, políticas públicas, partidos políticos e ação coletiva. O emprego dele na literatura especializada é feito de forma semelhante àquela empregada no senso comum.

O “Dossiê: Educação e política: novas configurações nas práticas de militância” publicado pela Revista *Pro-posições* aborda o tema multi-disciplinarmente, ressaltando aspectos antropológicos, sociológicos e políticos. A apresentação da obra a caracteriza como “referência fundamental para os pesquisadores que se dedicam ao tema do engajamento militante, bem como contribuição para um debate, cada vez mais necessário, sobre os referenciais teórico-metodológicos dos estudos sobre o fenômeno político” (ENGELMAN,

2009, p.19). Já a publicação apresentada por Célia de Toledo Lucena (LUCENA, 2009) tem sua pertinência justificada pela diversificação, ampliação e complexificação dos espaços de participação política e ainda pela urgência de se forjarem ferramentas teóricas e analíticas mais adequadas para circunscrição das experiências militantes⁵.

O trabalho de revisão de Sawicki e Simeant (2011) sobre a sociologia francesa do engajamento militante aponta que os desafios atuais de compreensão deste campo estão ligados: a) ao aprimoramento e diversificação metodológica dos estudos que explicitem os modos de engajamento dos indivíduos em carreiras militantes; b) à continuidade e ampliação das investigações acerca das diferentes retribuições para os sujeitos oriundos do engajamento militante; c) à proposição de um exame atento da relação entre as transformações macrossociais e a composição e organização da militância. Ao caracterizar o engajamento militante como “toda forma de participação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (Sawicki & Simeant, 2011, p. 201), os autores empregam militância como uma espécie de “adjetivo”, que qualifica uma forma específica de engajamento de sujeitos em causas.

Na convocação de Ruy Falcão mencionada no início do ensaio, os diretórios, as centrais sindicais e outros dispositivos são adjetivados como militantes, ao mesmo tempo em que é informado que estes mesmos dispositivos devem convocar as suas militâncias. Tais usos explicitam a pluralidade de sentidos e mesmo a imprecisão do termo, posto que, sendo empregado para nomear fenômenos distintos, é provável que ele não defina precisamente coisa alguma. O espanto frente à semelhança no emprego do termo pela literatura científica da área e por um ator estratégico do campo da política partidária pode ser reduzido quando atentamos para algumas particularidades dos estudos brasileiros sobre movimentos sociais.

Silva (2010) apresenta, como marca característica desses trabalhos, o seu caráter engajado, ou seja: “tende a ser uma literatura voltada, em grande medida, não só à análise de seus objetos de pesquisa, mas também à defesa de determinadas posições político-organizativas” (p. 4). Problematizando os efeitos decorrentes disso, o autor destaca o aspecto normativo e prescritivo presente nestes estudos e a pouca atenção dedicada à “construção de modelos analíticos que identifiquem os mecanismos e expliquem os processos organizativos por meio dos quais tais movimentos se constituem e se transformam” (p. 4). Dito isso, insistimos na pergunta: a que políticos, participantes de movimentos sociais e pesquisadores se referem ao falar em militância?

⁵ Dentre as publicações encontradas, destacamos as seguintes compilações: “Dossiê Movimentos Sociais”, publicado em 2006 pela revista Sociedade e Estado, em seu volume 21, número 01; “Movimentos sociais e partidos políticos” publicado em 2008, na edição 42 da Revista Estudos Históricos; “Dossiê: Representação Política no Brasil” disponibilizado em 2008, na edição 21, número 52 do Caderno CRH; e a coletânea “De Voltas aos Movimentos Sociais” na revista Lua Nova, número 76 publicado em 2009.

Quando evocamos a imagem de um militante, quem facilmente nos vem ao pensamento é alguém de fala firme e disposto ao sacrifício por uma causa (...). Vemos que, frequentemente, é posto em cena um militante/mártir disposto até mesmo a morrer em nome de seus ideais (OLIVEIRA ET AL, 2009, p. 524).

Dessa imagem socialmente associada à figura do militante é possível deduzir que a militância produziria um modo específico de investimento dos indivíduos nas atividades, marcado por força e vigor e também pela posição de disponibilidade e sacrifício de suas necessidades pessoais em nome da defesa de um ideário. Afinal, como precisamente observou Canguilhem (2014): “assim que procuramos aquilo que faria da vida um meio, procurando uma razão de viver, encontramos também razões para perder a vida” (p. 88). Parte dos resultados alcançados por Baltazar (2004) em estudo exploratório sobre a percepção dos efeitos decorrentes do engajamento militante para os aspectos pessoais da vida cotidiana de militantes reforça essa conclusão.

São indicadas como consequências da militância: a falta de tempo para atividades pessoais, prejuízos à vida profissional, interferências na continuidade da educação formal e o desafio de conciliar as atividades militantes com as demandas do núcleo familiar. É interessante observar a ressalva da autora ao apresentar esses resultados: “isso não significa dizer que com essa militância estamos querendo reforçar uma ideia, muito recorrente entre muitos militantes e até ex-militantes, de que o envolvimento e a participação em diversas formas de organização popular geram sofrimento e dor” (BALTAZAR, 2004, p. 188).

Melo (2010), abordando discursos cinematográficos sobre a ditadura militar no Brasil, destaca que a representação do militante é feita pela exaltação de sua capacidade de resistir. “As cenas reais e construídas trazem militares com tanques de guerra e militantes a pé, num confronto que simboliza a luta do mais fraco, de mãos dadas e bocas lacradas com adesivos para indicar o silenciamento provocado pela repressão” (MELO, 2010, p. 77). Alves (2012), em trabalho semelhante, sublinha, entre os sentidos atribuídos à militância nas obras estudadas pela autora, a capacidade de resistir exercida pelos militantes e os efeitos das posições defendidas por estes sobre seus amigos e familiares. Sublinhar a forma como são apresentadas as representações discursivas sobre militância na cultura, pontuando como vão constituindo o imaginário acerca do tema em foco, cumpre a função de compreender a ideia socialmente difundida de que uma posição militante aumentaria o vigor de um indivíduo e a sua capacidade de resistir às adversidades.

Considerando tudo isso, optamos por definir militância como uma metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir/interferir nas normas sociais vigentes. A caracterização inicial dessa metodologia será abordada na seção 1.2. Feito isso, nas seções 1.3

e 1.4 compararemos a militância com fenômeno semelhante enquadrado sob o termo ativismo.

1.2 Uns quês, uns quais e alguns poréns

Valverde (1986) abre seus estudos sobre militância afirmando que

militar é a organização do movimento segundo a lógica da guerra: militar é a oposição de espaço e tempo em uma relação operacional, a determinação de um lugar e de um momento de uma determinada ação bélica. Militar, portanto, é, ainda, a própria ação que se desenrola sobre a topologia e a cronometria dos campos de batalha (p. 60)

Militância e Poder (VALVERDE, 1986), visava investigar as disputas envolvendo os ideários anarquistas e comunistas sobre o proletariado brasileiro no início do século XX, contudo o trabalho acabou produzindo uma análise genealógica da militância e do engajamento militante. A investigação aponta, em textos dos Congressos da Internacional Comunista, em obras de Marx e Lênin e, ainda, em publicações dos movimentos sindicalistas brasileiros, o modo como a produção do engajamento militante foi construído a partir de um regime de exercício de poder disciplinar, centralizado e totalitário, que tem no partido seu principal dispositivo⁶ de subjetivação; no engajamento militante, uma das táticas para produção de corpos dóceis; e na subjetividade obediente, reativa, comprometida e ressentida, a garantia de continuidade do engajamento dos militantes nas pautas defendidas pelo movimento.

Ressoam nas ideias de Valverde as recomendações do Catecismo Revolucionário escrito em 1869 por Sergey Nechayev. O texto prescreve em vinte e seis mandamentos as boas práticas a serem seguidas por aqueles que desejam mudar radicalmente as normas do tempo em que vivem. Abordando as relações do revolucionário consigo mesmo e com aqueles ao seu redor, Nechayev (1869) recomenda

Tirânico em relação a si mesmo, ele precisa ser tirânico em relação aos outros. Toda a gentileza e sentimentos consumidores de energia como fraternidade, amor, amizade, gratidão, até mesmo honra, devem ser suprimidos nele mesmo e devem dar lugar à paixão fria e focada pela revolução. Para ele, só existe um prazer, um consolo, uma recompensa, uma satisfação: o sucesso da revolução (NEUCHAYEV, 1869, S/N).

Em texto sobre o papel dos integrantes do partido comunista na condução da revolução, Ernesto Che Guevara (2010) descreve o militante como

⁶ Dispositivo está sendo utilizado no sentido de nomear “a) um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo é em si mesmo, a rede que se estabelece entre esses elementos” (AGAMBEN, 2014, p. 25). Sendo assim, terá sempre função estratégica em conjunto de relações de saber e poder.

um orientador que plasma em diretivas concretas os desejos por vezes obscuros das massas; um trabalhador incansável que tudo entrega a seu povo, um trabalhador sofrido que entrega suas horas de descanso, sua tranquilidade pessoal, sua família ou sua vida à revolução (GUEVARA, 2010, p. 129).

Soldados do partido, cuja missão é conscientizar o povo sobre a necessidade da revolução, combatentes dedicados em tempo integral à causa revolucionária, esses militantes mártires portariam o conjunto de atributos necessários para o cumprimento da árdua tarefa a que se propõem: afrontar o presente e conduzir com pulso firme as massas até a terra prometida pelas leis do materialismo histórico.

Macedo e Silva (2009) apontam o militante comunista como sendo o modelo de militante político do século XX. “Fé, hierarquia e disciplina constituem a tríade explicativa deste militante total, engajado de maneira organizada e devota na transformação da sociedade” (MACEDO e SILVA, 2009, p. 379). Impossível entrar em contato com esse tripé de sustentação e não perceber nele ressonâncias das discussões de Freud em *Psicologia dos Grupos e Análise do Eu* (1921/2006). Nesta obra, o autor apontou que a sustentação da grupalidade de instituições como o exército e a igreja estão alicerçadas na ilusão de que, no momento de ingresso nesses grupos, o indivíduo passa a ser amado por um líder superior, integrando-se a uma massa de indivíduos que ele ama incondicionalmente e pelos quais é amado. É por essa via que Freud explica a coesão e falta de liberdade individual de um sujeito integrado em grupos.

Ponderando sobre os efeitos de um grupo fundado com tais características, Mezan (2006) reforça a hipótese de que a militância imprimiria força e vigor aos militantes. O autor é preciso ao afirmar que “enquanto perdura a massa, a agressividade é inibida no interior dessa, sendo desviada para os que não pertencem a ela (os inimigos militares, ou crentes em outras religiões)” (MEZAN, 2006, p. 154). Veiga-Neto (2012) elucida outros efeitos decorrentes do uso do tripé (fé, hierarquia e disciplina) sobre as formas de ação coletiva: “Não cabe aos militantes ficarem questionando continuamente o ideário que norteia suas ações; eles devem é seguir, junto com seus pares, as ações e os preceitos já desenhados por alguns poucos” (p. 273). Sumariando as conclusões de Valverde (1986) e Veiga-Neto (2012) é possível afirmar que o corpo militante tende a se produzir: a) subjetivado a partir de uma perspectiva hierárquica disciplinar; b) consciente da necessidade de martírio pessoal como condição para ascense a um mundo ideal pós-revolucionário; c) libidinalmente ligado a seus pares por uma necessidade de reconhecimento; d) orientado a posicionar-se dentro de uma topologia de guerra. Lutando em prol de uma causa, “o militante é, em realidade, um soldado a serviço de

sua lei; e será tanto melhor soldado quanto mais sua obediência decorrer de sua opção interior, de sua consciência e não de mecanismos reguladores” (VALVERDE, 1986, p. 92).

Atentos aos riscos decorrentes da naturalização de algumas ideias, considerando a análise de Silva (2010) sobre a forma como foi estruturado o campo de estudo dos movimentos sociais no Brasil e levando em conta, ainda, todas as ponderações feitas até aqui, tornam-se relevantes as seguintes questões: a metodologia militante ainda perdura em nós como forma de produzir ação coletiva para intervir nas normas sociais? De que formas, militantes e militâncias têm se conduzido no campo da ação coletiva e dos protestos? Se admitirmos que “a modernidade foi construída em torno do ideário da revolução, que materializava, como metáfora, a crença transformadora do sujeito coletivo [mas que] a atualidade pós-moderna lançou uma pá de cal em tal pretensão” (BIRMAN, 2007, p. 82), ainda é útil usar a militância como método prioritário para produzir ação coletiva?

As indagações trazidas têm o intuito de fazer uma provocação e, em certa medida, reforçar a necessidade de desnaturalizar o uso corrente de um termo que comparece com frequência aos discursos daqueles que atuam em prol da consolidação de determinadas causas. O uso tautológico da expressão militância na bibliografia consultada – aquele no qual a militância confunde-se com o ato de militar – já justificaria a necessidade de lançar a metodologia militante à condição de problema. O imperativo de reposicionamentos e reajustes táticos frente às condições sócio-históricas atuais adensa o quadro de razões que motivam a realização de uma pesquisa que se ocupe de investigar os sentidos, significados e efeitos decorrentes da metodologia militante. Urge, então, apostar em novas semânticas que favoreçam a compreensão das diferenças nas formas para produção de ação coletiva já presentes na cena contemporânea Brasileira.

Fé, hierarquia e disciplina mantêm-se como tripé adequado para produzir ação coletiva? Quão produtivas têm sido as táticas da militância e dos militantes para orientar formas de atuação social e coletiva na direção de “mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar (...) decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas” (MACHADO, 2007, p. 253)? Que modelo de sociedade será preciso criar agora que o comunismo, a social-democracia e o nacional populismo estão desacreditados como alternativas às problemáticas experimentadas nas democracias representativas do mundo ocidental (MOUTERDE, 2003)? O quanto a militância tem favorecido a ampliação de horizonte para invenção de “outros mundos possíveis⁷”? Não é pretensão desta investigação sanar questões de tamanha complexidade. Outrossim, apostamos

⁷ Slogan do III Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre em 2003.

que uma compreensão mais apurada da militância pode lançar pistas importantes para explicitar a pluralidade de formas de produção de ação coletiva e ainda contribuir para melhor compreensão da reconfiguração dos limites existentes entre a Sociedade Civil, Estado, Partidos Políticos e movimentos sociais no contexto brasileiro (GOLDSTONE, 2004; PETTINICCHIO, 2012; ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014).

Os materiais estudados indicam o campo do engajamento militante como marcado por disputas de modelos e posições polarizadas, antagonismos irreconciliáveis e paradoxos insolúveis. Isso costuma demandar dos sujeitos que nele adentram uma tomada de posição (SILVA, 2003). Atentos a isso, marcamos que as ponderações feitas não visam destituir de mérito as inúmeras iniciativas desenvolvidas por militantes das mais diversas causas. O tom crítico e contundente adotado é mantido para expor – ali mesmo onde se alega haver inovação, progresso e transformação – a atualização de mecanismos de disciplinamento dos corpos e controle das populações que se engajam em movimentos sociais com vistas à produção de mudanças da ordem social vigente. O olhar atento visa interrogar o presente, quebrar as palavras e desvelar as múltiplas linhas que o produzem, a fim de mapear os caminhos de produção de diferenças que nele já se apresentam.

1.3 O olhar atento à repetição faz nascer a diferença

Baltazar (2004), na pesquisa supracitada sobre “os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana” (p.183), aponta a existência de contradições entre os posicionamentos discursivos dos militantes e algumas práticas da sua vida privada. Em uma nota de rodapé muito adequada às ponderações apresentadas aqui, a autora informa que, no curso do trabalho, ela teve acesso, em espaços informais da pesquisa, as reclamações sobre “maridos militantes”, “namorados militantes” e “pais militantes” cujas posturas na vida doméstica eram incompatíveis com seus discursos militantes. Trazendo este extratexto para o plano das questões conclusivas da pesquisa, a autora indica o desafio de “expressar nessa prática [militância] não só o aspecto racional da necessidade de superação das mais diversas formas de exploração e injustiça, mas expressar também o componente afetivo e emocional, sentindo a necessidade de mudanças e interiorizando essa prática” (BALTAZAR, 2004, p. 189).

Vasconcelos e Paulon (2014), analisando alguns pontos nevrálgicos na forma de atuação militante em prol da reforma psiquiátrica brasileira, ponderam sobre os efeitos do exercício de um modo de militância eminentemente identitária, que opera em uma lógica reativa e ressentida em termos nietzschianos. Afinal, “o parâmetro é sempre um outro com

quem se luta contra, em vez de se lutar por afirmar a vida” (VASCONCELOS, PAULON 2014, p. 231). Alinhado a essa lógica, o repertório de ação da militância privilegia a afirmação de uma matriz identitária muito forte, a qual é usada para desqualificação das posições contrárias e a oposição radical entre movimentos que militam por causas distintas, dificultando a construção de interfaces e a visualização da dimensão comum das reivindicações que estão sendo feitas.

Mesquita (2003), em estudo dedicado a investigar as práticas militantes do movimento estudantil universitário brasileiro a partir da influência dos novos movimentos sociais (NMS), aponta a existência de duras críticas à forma de organização centralizada, hierarquizada e burocratizada de ação da militância estudantil. O estudo destaca a presença de um questionamento forte da ação político-partidária sobre essa militância. Ao aparelharem entidades como a União Nacional dos Estudantes, os diversos partidos acabam reduzindo as assembleias e fóruns dos estudantes a espaços para continuidade da articulação das pautas partidárias. O aparelhamento produziria um estilo de intervenção centrado no convencimento e conscientização, deixando pouco ou nenhum espaço para a construção compartilhada de agendas de trabalho ou de compreensão das necessidades específicas dos estudantes⁸.

Por fim, a investigação deu visibilidade ao “surgimento de uma nova sociabilidade militante no movimento estudantil, contrapondo-se às práticas mais tradicionais da militância dos estudantes, reprodutora de um comportamento político institucionalizado e (re)produzida nos espaços de apoio do movimento estudantil como os partidos, sindicatos etc.” (MESQUITA, 2003, p. 135). Pautada em relações mais horizontalizadas, valorizando a dimensão mais subjetiva do engajamento, com formas de organização descentralizadas e relativamente autônomas, investindo em estratégias pedagógicas vivenciais e não restritas às práticas argumentativas de convencimento racional, essa “nova sociabilidade militante” tem se fortalecido no embate com os modos tradicionais e, assim, vem ganhando espaço dentro do movimento estudantil. A incorporação de tais características da “nova lógica de militância” tem se mostrado uma alternativa ao esvaziamento dos espaços de participação estudantil, uma vez que põe em funcionamento dispositivos de participação diferentes dos diretórios, comitês e centros acadêmicos.

São signos destas novas linguagens as Executivas de Curso (que apesar de algum tempo de existência somente se fortaleceram e ganharam maior visibilidade na última década), os coletivos de cultura, grupos de estudantes negros, grupos de

⁸ No livro “*Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist*”, Ann Mische (2009) analisa essas influências em detalhes, apresenta os caminhos históricos através dos quais elas foram construídas e explicita as relações entre essas influências e os modos de organização, e mesmo de posicionamento políticos, adotados pelas diversas “correntes” dentro do movimento estudantil brasileiro.

extensão universitária realizados pelos estudantes, coletivo de mulheres universitárias etc. (MESQUITA, 2003, p. 135).

Saraiva (2010) caracteriza os novos movimentos sociais (NMS) como um conjunto diverso de movimentos, dotados de natureza igualmente diversa, cujo foco de atuação não estaria alicerçado, necessariamente, na noção de classe social e estrutura social, mas, sim, na consideração de questões como cultura, identidades, gênero, raça, etnia, entre outros. A autora esclarece que “embora não vise à conquista do poder, os movimentos geram demandas a serem atendidas pelo Estado, propiciando, assim, a instalação de um processo de democratização da sociedade” (SARAIVA, 2010, p. 9). Machado (2007) aponta como novidade a perspectiva pela qual os movimentos entram em relação com o Estado – a relação que outrora se constituiu pela via da oposição, passa a ser articulada em termos de cooperação. Segundo ele,

as iniciativas da sociedade civil incorporadas na ação dos movimentos sociais (...) em vez de serem vistas como subversivas, revolucionárias ou marginais, passaram a ser entendidas como manifestações próprias, típicas e até mesmo sadias de um ambiente político e social plural (MACHADO, 2007, p. 255).

Há pouco consenso sobre o que haveria efetivamente de novo no campo dos movimentos sociais. Partiremos da opinião de Gohn, que aponta como novidade a politização de novos temas e uma nova forma de se fazer política⁹. Haveria nessa nova forma de se fazer política uma mudança no modo de produção do engajamento de sujeitos em causas? Estariam eles produzindo uma “nova lógica de militância, uma nova sociabilidade militante” (MESQUITA, 2003, p. 136)?

Hardt e Negri (2000) dão à última sessão do livro *Império* o título de “Militância” e nela convocam os leitores a militarem contra a soberania imperial. Enquanto explicam ao que não estão se referindo quando usam o termo, os autores reforçam as hipóteses sobre a origem e características da metodologia militante apresentadas aqui.

Quando falamos sobre militante, não temos em mente nada parecido com o triste e ascético agente da Terceira Internacional cuja alma estava profundamente permeada pelas razões do Estado Soviético, da mesma forma que os desejos e a vontade do Papa estava inserido nos corações dos missionários da Companhia de Jesus (HARDT, NEGRI 2000, p.411-412).

Diante de tais mudanças, seria o termo militância ainda adequado?

⁹ O uso do adjetivo novo para designar as diferenciações no campo é bastante problemático. As múltiplas formas que as ações coletivas têm tomado; os recursos e meios utilizados; as táticas empregadas; os repertórios e os mecanismos mobilizados têm levado os teóricos do campo dos movimentos sociais a reverem seus conceitos e repensarem suas interpretações (Gohn 2006, 2017, 2018). Uma síntese dos debates pode ser encontrada no trabalho de Alonso (2009).

Nesta seara, pode ser útil resgatar o modo preciso como Foucault (2015) se posiciona em relação a uma polêmica gerada a partir de algumas afirmações suas sobre a homossexualidade:

um combate não pode se perpetuar sempre nos mesmos termos, caso contrário ele se esteriliza, se imobiliza, sucumbe a armadilhas. Logo, uma mudança de frente de batalha. E, conseqüentemente, uma mudança de vocabulário. A mudança de objetivos é também absolutamente indispensável. (p. 6-7).

Veiga-Neto (2012), apresenta “ativismo” como termo alternativo à militância. “Ativismo, ativar, atitude, ação, agitar, atuar e agir fazem parte de um mesmo campo semântico que nos remete à forma latina *agĕre*: *ag* (adiante, para frente) + *gerĕre* (produzir, carregar, proceder) = impelir para frente, fazer avançar” (p. 273). Seria o ativismo um termo mais adequado para nomear no cenário brasileiro as mudanças na formação de atores coletivos e dos processos que levam os indivíduos a se envolverem em movimentos de contestação da ordem social vigente? Ativismo seria um vocábulo mais preciso para designar os modos de engajamento, os repertórios de ação e as estratégias executadas pelos novos movimentos sociais?

1.4 Ativar e ocupar

Ainda que, no contexto brasileiro, as expressões ativista/militante sejam largamente usadas como sinônimos, é fundamental destacar que elas carregam conotações distintas. A ponderação de Saraiva (2010) sobre o uso delas em seu estudo sobre o Movimento do Passe Livre (MPL) atesta a distinção:

No início do movimento, houve um intenso debate quanto ao termo a ser utilizado para definir a ação de seus integrantes no âmbito do MPL: de um lado, muitos defendiam o uso do termo militância, por ser este já empregado para designar a ação de uma pessoa em um movimento de cunho político e social, trazendo à mente uma noção de responsabilidade e compromisso; por outro lado, outros integrantes advogavam a utilização do termo ativismo, justamente por não ser tão usado no Brasil e, portanto, diferenciar-se dos significados costumeiramente atribuídos ao termo ‘militância’ que denotavam posturas e atitudes das quais se queria afastar. (SARAIVA, 2010, p.3).

O extrato explicita a intenção dos integrantes do MPL de demarcar um distanciamento dos sentidos atribuídos à militância. Seidl (2014) esclarece que há, por parte dos novos movimentos sociais, uma tentativa de negar o modelo de organização sindical e partidário, do qual a noção de militância seria correlata, por criticar nele um excesso de centralização das informações e decisões, assimetria nas relações de poder e pouco espaço para participação dos membros na construção das ações a serem desenvolvidas. Veiga-Neto (2012) propõe distinções que auxiliam a compreensão dos sentidos dos termos.

a militância – como uma *actio militaris* – e o ativismo são, ambos, da ordem do agir para frente, da ação para uma mudança de posição, da ação para uma outra situação diferente da que se tem. Mas enquanto aquela se rege pela lógica da obediência hierárquica, este se funda na maior liberdade possível e permitida pela combinação entre a díade pensável-dizível e o visível (p. 273).

Saraiva (2014) sublinha que há no interior da organização prática e discursiva do MPL uma tentativa de se distanciar daquilo que ela chama de “esquerda institucional”, representada por organizações não governamentais, entidades estudantis (União Nacional dos Estudantes, Diretórios Centrais Acadêmicos, etc.), partidos políticos, sindicatos e outros atores sociais. Na aceção dos ativistas do MPL, essas organizações têm

atuação marcadamente autorreferenciada, usa as pessoas e situações como massa de manobra para atingir seus próprios fins. Além disso, trata-se de organizações hierarquizadas e com uma leitura ortodoxa e teleológica das classes sociais, com foco predominante em um único sujeito revolucionário: a classe operária; não costumam compreender ou lidar com a multiplicidade de sujeitos e lutas existentes dentro da própria classe (SARAIVA, 2014, p. 43).

O Movimento Passe Livre São Paulo (MPL, 2013), ao descrever suas intenções e modo de organização, se apresenta como ente aglutinador de participação social e engajamento cidadão, autogerido, com forte apelo à horizontalidade no exercício das relações de poder, e com uma pauta de caráter transversal às classes sociais – mobilidade humana em centros urbanos. Jeffrey Juris (2006), apontando características elencadas como importantes pelos jovens ativistas que participaram do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2006, destaca a valorização das lógicas de organização em rede em detrimento daquilo que denomina como uma lógica de comando.

Esta última [lógica de comando] estaria presente em todas as formações tradicionais tais como partidos políticos e sindicatos, baseando-se no recrutamento de novos membros, na construção de estratégias unificadas e na luta por hegemonia. Em contraste, a primeira [organização em rede] envolveria a criação de um amplo guarda-chuva de espaços, para o qual os diversos movimentos convergiriam em torno de um pequeno núcleo comum de posições/princípios, preservando sua autonomia e especificidade. Mais do que recrutar novos membros para qualquer organização particular, o objetivo torna-se a expansão horizontal, por meio/ da conexão com movimentos, organizações e redes já existentes (JURIS, 2006, para. 6).

A Primavera Árabe, os Indignados da *Plaza Del Sol* em Madri e os movimentos *Occupy* nos Estados Unidos também são expressões desse “novo” modo de movimentação social e participação cidadã. Uma análise das táticas de organização e funcionamento destes protestos (CASTELLS, 2013) destacou: articulação em rede com vários outros movimentos; ocupação dos espaços urbanos como forma de dar visibilidade à causa em debate; preservação da autonomia dos participantes; uso estratégico das novas tecnologias de informação e comunicação; preferência por metodologias participativas diretas para tomada de decisão de

forma coletiva; construção de consensos progressivos; e ausência de lideranças formais. É indispensável destacar que tais movimentos questionam radicalmente a capacidade dos partidos e demais instituições políticas tradicionais de representarem os interesses da maior parte da população. Ao fazerem isso, retomam e atualizam premissas de ação e organização presentes em movimentos outros, tais como: anarquismo de Mikhail Bakunin e Joseph Proudhon; movimento Zapatista do México; Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) do Brasil; movimento Autônomo Alemão de 1980; entre outros (DAY, 2005).

Slavoj Zizek (2013), em sua leitura sobre a pauta de reivindicações do movimento Occupy Wall Street, aponta duas questões centrais:

o descontentamento com o capitalismo como sistema (o problema é o sistema capitalista em si, não sua corrupção em particular); a consciência de que a forma de democracia multipartidária não é suficiente para combater os excessos capitalistas, ou seja, que a democracia tem de ser reinventada (ZIZEK, 2013, p 104).

Como já destacamos, no cenário brasileiro, as expressões ativismo e militância ainda são predominantemente usadas como sinônimos. De fato, as duas palavras nomeiam fenômenos semelhantes. Contudo, considerando todos os questionamentos que os movimentos contemporâneos vêm fazendo às formas tradicionais de contestação, esse uso é impreciso. Mesmo que ativismo e militância nomeiem metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir/interferir nas normas sociais vigentes, é necessário reconhecer que elas designam metodologias diferentes. Usá-las como sinônimos, homogeneiza essas diferenças, minora os esforços dos atores para reinventar seus modos de ação e dificulta a análise daquilo que existe de singular nas formas de expressão desse fenômeno na cena pública nacional.

Haveria algo na forma de atuação dos ativistas brasileiros que possa servir de indício para a renovação diante da crise de representatividade que vivemos na aurora do século 21? Há nessa retomada de ideais anarquistas indícios de renovação da produção de engajamento de sujeitos em movimentos de contestação da ordem vigente? É possível vislumbrar, nas ruas e nas formas de atuação desses atores, pistas que possibilitem a reconstrução da política? Nessa investigação apostamos que sim, por entender que “em momentos de crise, de questionamento generalizado dos grandes paradigmas teóricos, a confrontação com a realidade empírica e a atenção aberta ao novo, àquilo que está nascendo, àquilo que alguns chamam de história imediata, são, mais que nunca, necessárias” (MOUTERDE, 2003, p. 170).

Experimentações políticas fortemente embebidas das questões trazidas à pauta por esses novos modos de ação coletiva têm partilhado conosco a aposta supracitada. Conscientes

dos limites do nosso modelo de democracia representativa multipartidária, mas tomados pela urgência de propor alternativas ao debate dentro da institucionalidade democrática atual, organizações como o Syryza na Grécia, os movimentos de candidaturas cidadãos e a formação do Podemos na Espanha são expressões significativas dessas tentativas de reinvenção da democracia (CAVA, BÉLTRAN, 2014).

1.5 Dissertar

No início de 2015, a crise das democracias representativas ocidentais somou-se, no Brasil, a uma crise de governabilidade e de institucionalidade tamanhas que fizeram circular em vários meios públicos frases de desalento como “um governo que não dá pra defender”, “uma oposição que não dá pra apoiar”, “uma justiça que não dá pra confiar”, “uma imprensa que não dá pra crer”, “uma população que não dá pra dialogar”. No ano seguinte, a intensidade da crise aumentou e o cotidiano dos brasileiros foi invadido por debates acalorados sobre golpes de Estado, austeridade econômica e rearranjos institucionais duvidosos. A retidão das grandes instituições nacionais foi questionada à luz do impedimento da presidente eleita, das denúncias de corrupção contra o seu sucessor e do uso do sistema de justiça para a candidatura de um ex-presidente. Protestos, manifestações e ocupações tornaram-se frequentes e passaram a ser objeto de interesse de pesquisadores, cidadãos e futuros candidatos ao cargo de presidente.

Em meio a esse cenário conturbado, procuramos palavras, interrogamos ideias naturalizadas e observamos diferenças que se produzem no movimento de repetição. Ativamos sentidos e explicitamos alternativas já em curso que tentam renovar as formas de participação na vida pública e engajamento político. Esses movimentos foram feitos para apontar a relevância e alçar à condição de problema a questão que move nossa pesquisa: quais as diferenças entre os modos de produção de subjetividade da militância e do ativismo?

Ponderar sobre como diferentes metodologias produzem diferentes modos de sentir, pensar e agir de militantes e ativistas visa realizar um diagnóstico do presente para sublinhar nele as virtualidades inatualizadas, e com elas reinventar o futuro. “Esse é, a meu ver, o papel que podem e devem desempenhar os intelectuais, e, entre eles, os pesquisadores em ciências sociais, cidadãos como outros, mas que possuem mais tempo que os demais para se dedicar ao estudo” (Piketty, 2014, p. 11). Destacamos que apresentar essa distinção não visa criar uma taxonomia estéril com a pretensão de objetificar a realidade ou de apresentar a última palavra sobre o assunto. Utilizando os conhecimentos e ideias dispersos por entre bibliotecas, laboratórios de pesquisa, ruas, praças, pesquisadores e manifestantes, emolduramos ideias

cruciais para compreensão das formas contemporâneas de a ação coletiva que têm se apresentado no Brasil.

A utilidade desta empreitada reside na proposta de desnaturalização de termos usuais no debate sobre participação política cidadã. Sua ousadia é ponderar teoricamente sobre diferenças nos modos de produção de subjetividade de militantes e ativistas. História de ideias, conceitos e práticas dão sustentação a esta investigação, que explora “em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente” (FOUCAULT, 1984, p. 13).

2 Quando as palavras já não cabem nas coisas¹⁰

Muitos são os objetos a serem analisados no campo de estudos sobre movimentos sociais e ações coletivas. Este estudo o faz através das disputas de sentido em torno das palavras militância e ativismo no contexto brasileiro. Parte do debate teórico insiste em tratar os dois termos como sinônimos (DOWBOR, 2017; BRINGEL, VARELLA, 2016; SILVA, RUZKSKOWSKI, 2016). Contudo, no campo das disputas envolvendo as normas sociais, as palavras apresentam parte das intenções daqueles que as escolhem e não devem ter sua importância minorada. Quando os jogadores estão disputando os termos a serem empregados, é necessário que os pesquisadores captem as nuances e adequem seu vocabulário para descrever aquilo que está acontecendo¹¹.

Charles Tilly recomenda atenção à coerência simbólica exibida pelos participantes em uma ação coletiva, fato que demanda análise sobre “como participantes ou observadores do fenômeno atribuem a ele unidade e significado” (TILLY, 2006, p. 46). Para explicitar a pertinência e atualidade da questão, trabalhamos com um conjunto significativo de artigos científicos da área que se ocuparam de debater as mudanças nas ações coletivas ocorridas no Brasil a partir de junho de 2013, bem como estudos internacionais, os quais lançam luz na dimensão supranacional dos acontecimentos em curso no Brasil (ANCELOVICI, DUFOUR, NEZ, 2016).

Conceituando militância e ativismo como metodologias para produzir ações coletivas a fim de intervir/interferir nas normas sociais vigentes, este ensaio articula os conceitos de repertório, estratégia e instituição e os propõe como adequados para explicitar as diferenças entre essas metodologias. Através do conceito de repertório, é possível descrever rotinas preferenciais, atos e performances trazidas à cena pública pelos participantes da contestação política. Escrutinando a ideia de estratégia, torna-se analisável o tema da coordenação dos coletivos humanos para disputa das normatividades e o efeito criativo decorrente das decisões tomadas por cada um dos indivíduos que participam das ações coletivas. O conceito de instituição (LOURAU, 2007; ROSSI & PASSOS, 2014) permite acompanhar como mudanças nos repertórios e nas estratégias tendem a produzir alterações nas formas de ver, sentir e agir

¹⁰ Parte da discussão apresentada aqui foi publicada no número 45, volume 19 de 2019 da Revista da Associação Brasileira de Psicologia Política.

¹¹ As expressões jogadores e arenas são traduções literais dos termos usados na abordagem de Jasper (DUYVENDAK & JASPER, 2014) para analisar as ações coletivas e movimentos sociais. Ao preferir a palavra jogadores (*players*), o modelo ressalta a agência dos sujeitos. Já o termo arena (*arena*) apresenta o apelo empírico do modelo. Essas últimas são entendidas como um “conjunto de regras e recursos que possibilitam, ou encorajam certos tipos de interação”(DUYVENDAK & JASPER, 2014 p. 14), sendo construídas através das interações estratégicas entre os participantes da disputa. Trataremos de outros aspectos dessa abordagem em sessão específica do texto.

daqueles que participam das ações coletivas. É através desse último que se torna possível abordar as relações entre processos de ordem macrossocial e a produção de subjetividade.

A articulação de conceitos sociológicos, psicológicos e filosóficos aqui apresentada é um esforço na direção de recolocar o problema da oposição entre determinações sociais e agência singular, através da adoção de uma concepção de subjetividade que reconhece os processos sociais e políticos como inseparáveis dos processos singulares e subjetivos. Esse caminho acrescenta uma compreensão psicológica ao estudo das ações contestatórias sem, com isso, “psicologizar fenômenos sociais” (ROSE, 2008).

2.1 O que é isso na rua?

O Movimento Passe Livre (MPL), um dos principais articuladores dos protestos ocorridos no Brasil em junho 2013 utilizou, como recurso para construção de sua coerência simbólica, um discurso muito crítico à militância, às organizações militantes e ao engajamento militante (MPL, 2013). Algumas características importantes das ações ocorridas durante as jornadas de junho são: atores jovens, residentes em grandes centros urbanos; apelo democrático materializável na preferência por arranjos organizacionais (coletivos temáticos, redes de protesto, frentes de luta) horizontais e descentralizados; independência dos partidos políticos, igrejas e sindicatos; ligação direta com problemas concretos da realidade local; uso da tecnologia de comunicação e informação para mobilização de participantes, difusão das pautas e articulação com movimentos outros sediados em vários estados do país e em outras partes do mundo (NAVARRO e BRASILINO, 2015). “Tais princípios revelam a influência de concepções autonomistas, anarquistas, zapatistas e altermundialistas, mesclada a uma desilusão no que toca ao funcionamento de partidos e instituições políticas em geral” (SARAIVA, 2014, p.43).

Alonso e Mische (2017) pontuam que a inspiração autonomista já vinha ganhando espaço em âmbito internacional desde o ciclo de protestos iniciado em Seattle em 1999, tendo reaparecido nos protestos ligados ao movimento de justiça global e também nos eventos decorrentes da primavera árabe. Essa vertente autonomista seria uma marca distintiva nos acontecimentos contestatórios ocorridos na esfera pública brasileira entre 2013 e 2017. O movimento de ocupação das escolas de ensino médio, iniciado em novembro de 2015 no estado de São Paulo, apresenta semelhanças com os modos de organização autonomistas do Movimento Passe Livre (MPL). Além de ter sido promovido por jovens dos centros urbanos, repetiu-se a preferência pelos arranjos organizativos descentralizados, o desligamento de

sindicatos, partidos políticos e mesmo de entidades representativas estudantis e também voltou à cena o emprego intenso das tecnologias de informação e comunicação.

A negação do modelo de organizações vanguardistas — ainda comuns em sindicatos, diretórios acadêmicos, partidos políticos e outras organizações sociais brasileiras — assim como a preferência por arranjos organizativos em rede e com apelo à ação direta dos participantes — têm se tornado mais frequentes no cenário brasileiro desde 2013. O termo vanguardismo aparece no estudo de Daniel Arão Reis (1990) sobre o ideário comunista no Brasil e descreve tanto um modo de organização das ações coletivas marcado por centralização de processos decisórios e concentração de poder, quanto uma forma de relação entre grupo dirigente e bases dirigidas, na qual as decisões estratégicas são feitas por seletos grupo de especialistas, cabendo aos demais integrantes da ação coletiva seguir rigorosamente aquilo que foi decidido. Marcando uma diferença relevante, Sousa (2014) sublinha que "as organizações de ativistas não se enquadram no conceito de partido, diferindo quanto à organizacidae [sic] e, em algumas, o processo decisório se faz pela horizontalidade, decisões consensualizadas (Sousa, 2014, p. 60).

Os ativistas do MPL criticaram intensamente as estruturas organizativas hierárquicas, a centralização das informações e dos processos decisórios e a uma rigidez militarizada que segundo eles caracterizariam os militantes e as militâncias. Além do MPL, movimentos diversos ocorridos nos anos seguintes (CORTI, CORROCHANO, SILVA, 2016) preferiram empregar o termo ativismo para nomear seus membros e suas ações. Torna-se assim imperativo investigarmos “quais são os novos sentidos e significados que vêm sendo dados hoje às noções de ‘militância’, ‘mobilização’ ‘engajamento’, ‘ativismo’ e ‘movimento social’” (BRINGEL, 2012, p. 57).

2.2 Descrever ação coletiva: repertórios

A observação das formas coletivas públicas de contestação, explicita a preferência pelo uso de algumas ações em detrimento de outras. Um pesquisador que toma como objeto de investigação esses atos “enfrenta, quase inevitavelmente uma sensação de *déjà-vu* dado que esses eventos, em um determinado lugar, em um determinado período de tempo, podem ser agrupados em poucas categorias, e apresentam um número bem reduzido de variações” (TILLY, 2006, p. 50). Os movimentos sociais no mundo ocidental no século vinte, por exemplo, costumam se manifestar através de passeatas, abaixo assinados, petições, greves e bloqueios de ruas e avenidas, e não pelo uso de bombas, ataques suicidas ou sequestros de crianças. Charles Tilly, após ter analisado mais de oito mil conflitos públicos, ocorridos em

um período de quase cem anos e noticiados em dez jornais britânicos, cunhou o conceito de repertório para marcar essa regularidade.

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. “Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não são frutos de ideias abstratas ou resultado de convencimento de propaganda política; eles emergem da luta” (TILLY, 1995, p. 26). Bringel (2012) destaca a habilidade de Charles Tilly de aproximar a Sociologia e a História, observando atentamente a variação nas formas de confronto político e social ao longo do tempo e construindo categorias que permitiram codificar e comparar os modos de ação popular e coletiva em vários momentos históricos. Ainda que disso também decorra parte das críticas sobre generalizações, imprecisões e excesso de estruturalismo da obra tillyana (GOODWIN, JASPER, KHATTRA 1999; GOODWIN, JASPER, 2004), a perspectiva proposta por ele permitiu organizar investigações sobre as causas das mudanças nas formas de conflito e foi essencial para a compreensão de que o histórico anterior de contestação exerce influência nos modos como essa se manifestará no tempo presente (TILLY, 2006).

O trabalho de Alonso (2012) historiciza as mudanças do conceito, destacando a ampliação dos aspectos dinâmicos apreendidos pelo mesmo ao longo do tempo e, com isso, contrapõe as teses sobre o caráter monolítico e tautológico da noção de repertório. A definição do conceito teria passado por variações que podem ser categorizadas assim: 1) repertórios de ação coletiva (1970-1990); 2) repertórios de conflito (1990-2000); 3) repertório enquanto performance (2000-2008). Ao longo desse percurso a autora destaca: a) o aumento gradativo da importância atribuída à agência dos sujeitos na construção do repertório; b) o caráter estratégico da avaliação das oportunidades, ou restrições, para ações existentes em um dado ambiente político e, c) as inovações que os atores vão produzindo em um repertório no momento em que o utilizam¹².

Entre 1970 e 1990, o enfoque privilegiava os aspectos mais padronizados e repetitivos, sublinhando, prioritariamente, as formas fixas e repetidas empregadas no curso da ação. A partir dos anos 1990, como denota a adjetivação do termo com a expressão “de conflito”, pontua-se a atenção dada às situações de uso de um repertório tanto na determinação de sua forma, quanto na análise sobre a repercussão e eficiência que ele alcança em um determinado contexto. Depois dos anos 2000, ganham destaque as variações singulares feitas por aqueles

¹² O conceito de repertório vai sendo trabalhado em estreita relação com dois outros: estrutura de oportunidade política e regimes. O assunto é pormenorizado em Tilly (2006) e Tilly e Tarrow (2007).

que o utilizam, sendo o termo performance escolhido para indicar o modo através do qual um repertório se manifesta. Na avaliação de Alonso (2012),

esta última abordagem tillyana dos repertórios privilegia, então, o improvisado, a capacidade dos atores de selecionar e modificar as performances de um repertório, para ajustá-las a programas, circunstância e tradição locais, isto é, ao contexto de sentido daquele grupo, naquela sociedade (p.32).

Analisando os processos de mobilização e formas de contestação presentes nos ciclos de confronto no Brasil entre 2013 e 2016, Alonso (2017) classifica brevemente as performances dos atores como manifestações de três repertórios, a saber: socialista, autonomista e patriota. Mesmo concluindo que, durante os protestos, os atores faziam um uso híbrido de todos os repertórios disponíveis, disponíveis, o trabalho contrasta as performances socialista e autonomista, no que se refere à estrutura organizacional e aos valores organizativos que norteariam as ações. O repertório socialista se apresenta com suas cores e seus tons vermelhos; organização marcadamente hierárquica; lideranças bem definidas; e parcerias com sindicatos e partidos políticos. Já o repertório autonomista apresenta elementos estéticos da cultura punk, como a cor preta; uso intenso de expressões artísticas variadas; símbolos anarquistas; estrutura organizativa descentralizada; e preferência pelas formas de ação direta.

Ao escolher as palavras autonomista e socialista para nomear esses repertórios, a autora aponta tradições políticas a serem estudadas para compreender aquilo que acontece na cena pública brasileira atual e explicita sua filiação aos princípios de pesquisa propostos por Charles Tilly. Enumerando temas cruciais à agenda de pesquisa para compreensão dos repertórios, o autor insiste que é preciso “manter na agenda de pesquisa o estudo de como modelos históricos, memórias, compreensões partilhadas e relações sociais – por exemplo, resíduos da hegemonia Mongol em determinada região – afetam os modos de execução atual dos processos contestatórios” (TILLY, 2006, p. 16).

As múltiplas performances, dos também múltiplos atores, movimentos e organizações passíveis de serem agrupados nas categorias militante e ativista evidenciam um campo marcado pela dispersão e demandam o aprimoramento das análises que destaquem as diferenças nas formas de apresentação da ação coletiva. O caráter simultaneamente estrutural e cultural do repertório-performance é adequado para descrever parte dos motivos que justificam a recusa do termo militância e a preferência pela expressão ativismo pelos jovens integrantes das ações coletivas contemporâneas no Brasil. Isso serve de indício de que, no caso brasileiro, as palavras militância e ativismo descrevem repertórios distintos.

2.3 Produzir ação coletiva: estratégias

Descartar a premissa da espontaneidade da ação coletiva, ou mesmo da irracionalidade dos sujeitos que nela se engajam, torna imperativo reconhecer diferenças nas formas de articular pessoas, com interesses diversos e em diferentes contextos a fim de atingir um determinado objetivo. Reconhecer a dimensão estratégica da ação coletiva e dos movimentos sociais permite: a) atentar para um conjunto de decisões que são tomadas para desencadeamento, manutenção e paralisação das ações de contestação; b) qualificar as explicações sobre sucesso e insucesso, diante de oportunidades políticas favoráveis ou desfavoráveis; c) desagregar os múltiplos processos, sentidos e objetos de estudos condensados na ideia de sucesso conseguido pelo trabalho dos “líderes carismáticos” (GANZ, 2000). E mais, urge compreender que “os participantes de uma ação coletiva, ou os componentes das multidões, não se engajam nelas para expressar narcisisticamente necessidades patológicas, ou mesmo para resolver suas questões edípicas; eles não são sujeitos isolados pateticamente buscando conexões ou identidades” (JASPER, 2017, p. 298)¹³. Analisar a dimensão estratégica das ações coletivas oferece uma alternativa interessante para a qualificação deste entendimento.

De acordo com a tradição militar, a obtenção de sucesso em uma disputa implica em maximizar os ganhos e reduzir as perdas, o que se faz processando informações sobre os recursos que estão sob o seu comando, e sobre aqueles que estão sob o comando do inimigo. É essencial conhecer ainda as condições sob as quais as contendas se darão. A ponderação constante sobre esses três elementos e a elaboração de um plano de ação é a tarefa do grupo de estrategistas e o projeto por eles estruturado para que se vença a guerra é o que se chama “estratégia”. O tipo de artefato avaliado como adequado – uma bomba atômica, um tanque, uma petição, um artigo científico, uma peça teatral, ou mesmo um poema – bem como a forma como este será usado, define-se a partir das escolhas táticas e dos objetivos estratégicos. Os estrategistas criam, difundem e acompanham o desenvolvimento de um plano que será executado por uma massa de indivíduos pouco qualificada para decidir sobre o que fazer. Aos executores, não compete propor ou mudar aquilo que foi planejado, mas sim, empregar seus melhores esforços para desenvolver as ações prescritas pela estratégia.

James Jasper integra o grupo de autores da sociologia culturalista norte-americana cujo trabalho vem apontando as dimensões morais, emocionais e cognitivas que permeiam as escolhas táticas e as decisões estratégicas (JASPER, 1997, 2006, 2011, 2018) e enquanto tal, é

¹³ Ainda que o ingresso e participação nas ações coletivas possa atender a urgências e demandas egóicas, ou mesmo a aspectos adoecidos da personalidade dos sujeitos, a ênfase desmedida sobre esses fatores teve como consequência uma “psicologização patológica” das ações individuais e coletivas (ROSE, 2008).

um dos pesquisadores responsáveis pela “Virada Emocional” nos estudos sobre movimentos sociais e ações coletivas. Gould (2009) nomeia assim o momento em que pesquisadores como Jasper, Francesca Polletta, Jeff Goodwin, dentre outros, se propõem a investigar a forma como emoções, afetos e aspectos morais se manifestam nas ações contestatórias (GOODWIN, JASPERS, POLLETA, 2001).

O modelo dos dilemas estratégicos (JASPER, 2006) propõe abordar o tema através da investigação dos conflitos vividos pelos sujeitos diante da necessidade de agir. Ele parte da premissa de que as estratégias são sempre executadas por sujeitos concretos, dotados de múltiplos interesses, experienciando emoções e sentimentos diversos. “Nós precisamos reconhecer o amplo hall de objetivos, ideias e sentimentos que compõem os jogadores, em vez de reduzi-los a um mínimo matematicamente tratável” (JASPER, 2004, p. 04). Com isso, a perspectiva oferece uma alternativa à concepção de sujeitos racionais movidos pelo propósito único de aumentar ganhos e diminuir perdas, agindo apenas quando a estrutura de oportunidade política é favorável e seguindo integralmente um plano traçado por seus líderes.

Ao preferir a palavra jogadores (*players*), o enquadre ressalta a capacidade de agência dos sujeitos e sublinha o fato de que cada participante do movimento é demandado constantemente a avaliar custos emocionais, materiais e simbólicos para tomar decisões. Usando o termo arena (*arena*), o enquadre reforça o apelo empírico do modelo. Isso pois essas são entendidas como um “conjunto de regras e recursos que possibilitam, ou encorajam certos tipos de interação” (DUYVENDAK, JASPER 2015, p. 14), sendo construídas através das interações entre os participantes da disputa. Diante do imperativo de agir, cada jogador (*player*) avalia singularmente: as consequências de sua decisão sobre seus próprios interesses; a utilidade da ação para o sucesso de seu grupo; as vantagens que ela dará aos seus adversários; e os diversos custos: materiais, emocionais e relacionais em questão. O processo decisório considera prescrições e recomendações compartilhadas com os seus aliados, regras sociais, influências econômicas e culturais, bem como outras especificidades do contexto concreto (*arena*) na qual a disputa ocorre (JASPER, 2006).

A ideia de dilemas estratégicos ressalta o imperativo de que cada participante da ação, e não só o grupo de estrategistas da vanguarda esclarecida, busque construir respostas equilibrando benefícios e malefícios, perdas e ganhos, vantagens e desvantagens decorrentes de sua escolha. Todos os jogadores (*players*) são estrategistas. Destacando a importância de aspectos ainda pouco frequentes nos estudos deste campo, como cultura e emoções (JASPER, 2017, 2018), e atentando para o aspecto dinâmico e relacional presente no fenômeno, este modelo enfatiza que “sem examinar o ato de seleção e aplicação das táticas, nós não

conseguiremos explicar adequadamente os fatores psicológicos, organizacionais, culturais e estruturais que facilitam a compreensão dessas escolhas” (JASPER, 2004, p. 02).

Pensar as ações coletivas através de sua dimensão estratégica demanda: a) investigar os distintos contextos históricos, econômicos e sociais nos quais se deu a emergência de tais estratégias; b) nomear e analisar a racionalidade de organização de recursos, elaboração de táticas e escolha de dispositivos feitas pelos jogadores nas arenas, através das quais as estratégias se manifestam; c) investigar as modificações sofridas pelas táticas em função de uso ao longo do tempo, bem como ponderar sobre os efeitos que essas alterações produzem sobre as próprias estratégias; d) compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às táticas e às estratégias, assim como escrutinar a forma como essas reverberam nos modos de sentir, pensar e agir daqueles que as executam.

O estudo de Valverde (1986) oferece um exemplo da viabilidade de analisar a militância enquanto estratégia e de ponderar como esta incide sobre aqueles que dela partilham. ‘Militância e Poder’ (VALVERDE, 1986), investigou textos dos Congressos da Internacional Comunista, obras de Marx e Lênin e publicações dos movimentos sindicalistas brasileiros no início do século XX e apontou como características da estratégia militante: a) adoção de uma governabilidade disciplinar comandada pela vanguarda revolucionária e exportada da União das Repúblicas Socialista Soviéticas para o mundo através dos Partidos Comunistas; b) emprego desse regime disciplinar como tática preferencial para produção do engajamento militante, de modo a assegurar corpos disponíveis e dispostos a trabalhar pela Revolução; c) aposta na subjetividade obediente, reativa e ressentida, como forma de aumento do comprometimento dos militantes para com a causa Revolucionária. Tal interpretação lança luz sobre parte dos possíveis motivos da insistência dos ativistas brasileiros contemporâneos de se afastarem das práticas tradicionais dos militantes.

Sousa (2014) reforça a pertinência das conclusões de Valverde e a utilidade de compreender a militância como estratégia, ao contrastar os modos de engajamento dessas com aqueles presentes nas organizações ativistas. A autora informa que, nessas últimas, a adesão às organizações não é obrigatória, e sim voluntária. Quer dizer, “a manutenção dos seus propósitos, da sua ‘pauta’ de objetivos políticos se faz na continuidade para um sentido de compromisso e não pela disciplina assemelhada a uma obediência burocrática e dirigida” (SOUSA, 2014, p. 60).

Destacando a dimensão relacional e contextual das estratégias, a proposta de Jasper (JASPER, 2006; DUYVENDAK, JASPER, 2014) direciona a atenção dos pesquisadores para o fato de que cada um dos sujeitos: a) coordena-se junto com os outros participantes; b)

pondera sobre o que fazer diante dos dilemas concretos; c) responde singularmente aos desafios colocados pelas situações cotidianas. Pensado desse modo, o estudo da perspectiva estratégica destaca a capacidade de agência singular dos sujeitos, uma vez que ela reconhece a autonomia desses, o aprendizado adquirido por eles ao longo das disputas e a necessidade de que os mesmos se responsabilizem pelas suas escolhas. Um movimento, enquanto ente abstrato, não elabora estratégias e não toma decisões; pessoas planejam o que fazer, coordenam-se para agir seguindo os planos desenhados e, ao chegarem em uma situação concreta, precisam ponderar sobre a viabilidade de seguir o que foi idealizado. Entendida assim, a estratégia ganha caráter dinâmico, uma vez que ela passa a ser um dos muitos elementos considerados pelos indivíduos ao longo do curso das ações.

Em síntese: o caráter simultaneamente prescritivo e inventivo das ações estratégicas oferece uma possibilidade conceitual adequada para investigar alguns motivos que justificam a recusa do termo militância e a preferência pela expressão ativismo por parte dos jovens integrantes das ações coletivas contemporâneas no Brasil.

2.4 Investigar ação coletiva por meio da subjetividade: instituições

Em um texto de 1953, publicado na esteira de seus estudos sobre as relações entre empirismo e subjetividade, o filósofo Gilles Deleuze afirma que o homem é um animal que não tem instintos e, por isso, faz instituições. Exploraremos consequências dessa afirmação através dos conceitos da Análise Institucional (A.I.) proposta por René Lourau, Georges Lapassade e Gregório Baremlitt; de ideias da Esquizoanálise criada por Deleuze e Félix Guattari e da forma como essas ideias vêm sendo apropriadas no Brasil pela Psicologia Social Institucionalista (ROSSI & PASSOS, 2014)¹⁴.

Mesmo sendo um conceito polissêmico, há de se reconhecer o pressuposto, presente nas diversas definições, de que as instituições são criadas para resolver problemas. Uma instituição é fruto de uma demanda presente na vida cotidiana. A Análise Institucional conceitua instituições como lógicas: “são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamentos” (BAREMBLITT, 1992, p.27). Compreendendo-as como racionalidades que atuam de forma mais ou menos explícita, A. I. reconhece que as instituições se encontram em um plano

¹⁴ É necessário ressaltar novamente que mesmo não sendo essa a forma utilizada pelos autores dessa corrente teórica para se autodenominar, a influência das premissas aqui discutidas encontra-se difundidas na perspectiva da pesquisa-intervenção (ROMAGNOLI, 2014) e nas propostas de inspiração cartográfica (PASSOS, KASTRUP, TEDESCO, 2016; PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009).

transversal dentro da vida dos coletivos humanos. Sendo assim, é inadequado equipará-las a uma lei ou código moral.

Eis o princípio que a fez ganhar espaço dentro das teorias culturalistas em psicologia social: as instituições produzem os modos de ver, sentir e agir dos humanos. A relação delas com os sujeitos é marcada por signos, sentidos e significados que os incitam a se comportarem de determinadas formas, ou, pelo contrário, que inibem seus comportamentos. A incitação-restrição opera tanto através de prescrições, organizações sociais e normas de condutas socialmente partilhadas, quanto através da produção de modelos afetivos-cognitivos-libidinais que codificam aquilo que é possível pensar, fazer, ou sentir em uma determinada situação. Como sublinha René Lourau (2004)

[...] as instituições são normas. Mas elas incluem também a maneira como os indivíduos concordam, ou não, em participar dessas mesmas normas. As relações sociais reais, bem como as normas sociais, fazem parte do conceito de instituição. (...) a instituição não é um nível da organização social (regras, leis) que atua a partir do exterior para regular a vida dos grupos ou as condutas dos indivíduos; [ela] atravessa todos os níveis dos conjuntos humanos e faz parte da estrutura simbólica do grupo, do indivíduo (LOURAU, 2004, p. 71).

A proposição desse enfoque transversal aproxima Análise Institucional e Esquizoanálise¹⁵.

A manutenção da vida humana demanda um processo contínuo de institucionalização – criação ininterrupta de lógicas organizativas transversais forjadas a partir do embate de forças diversas, em contextos sócio-históricos distintos, visando atender necessidades singulares e resolver problemas específicos. Esse processo cria instituições que se apresentam tanto na forma de normas, leis, organizações e estabelecimentos, quanto como modos de subjetivações que modulam a relação dos sujeitos com o mundo. A consolidação de uma norma não extingue as forças em disputa. As forças “derrotadas” permanecerão a interrogar as lógicas institucionais forjadas e as subjetivações através das quais ela se manifesta. O resultado disso é um sistema de estabilidade frágil, no qual sempre são coexistentes forças instituintes e instituídas. Toda e qualquer instituição estará perenemente submetida a esta tensão, havendo ora o predomínio das forças que induzem à mudança, ora a conservação das institucionalidades vigentes. Mesmo assim, existe perenemente o risco de aprisionamento da dimensão instituinte pela dimensão do instituído, processo que muitas vezes se dá pela naturalização dos dispositivos institucionais.

¹⁵ Proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari na França, na segunda metade do século vinte, a Esquizoanálise se ocupa de explicitar as relações entre produção de desejo, modos de subjetivação e relações de poder. Esse referencial tem sido usado para reorganizar as práticas de psicologia clínica e de pesquisa em Psicologia Social no Brasil. Caso queira compreender as relações entre institucionalismo francês, Esquizoanálise e psicologia clínica brasileira, o leitor pode recorrer ao texto “As subjetividades em revolta: institucionalismo francês e novas análises” (RODRIGUES, 1994).

Se as instituições produzem as formas de ver, pensar e agir dos sujeitos, como é possível haver variação? Como os sujeitos modificam as instituições se eles são sobre-determinados por elas? No cenário proposto pela Análise institucional, o sujeito não se move apenas por uma racionalidade hipotético-dedutiva instrumental e maximizadora de ganhos – a qual tenderia a equalizar sempre as ações do sujeito às institucionalidades vigentes. A diversidade de disposições institucionais à qual se está submetido, o caráter mútuo, processual e contínuo da produção entre sujeitos e instituições preserva a possibilidade de que um ator ou um conjunto articulado de atores, elevando a tensão institucional constitutiva, possa dar passagem às forças instituintes e provocar rupturas na cena institucional vigente. O reconhecimento da tensão instituinte-instituído como constitutiva do próprio conceito de instituição possibilita o afastamento de uma abordagem totalizante da ação institucional sobre o comportamento humano.

É preciso pontuar que a noção de sujeito entendido como substrato da consciência e do eu pensante, ou fundamento apriorístico do conhecimento, é inadequada para descrever o que acontece no encontro dos corpos com a dimensão institucional da existência. Esta abordagem reconhece que “o sujeito é o efeito da enunciação. O sujeito é o efeito dos processos de subjetivação. O sujeito é o efeito de um endereçamento. O sujeito é o efeito de um posicionamento. O sujeito é efeito da história” (CORAZZA; TADEU, 2003, p. 12). As instituições são os fios constitutivos do tecido social e da malha subjetiva.

Não sendo externas a ele e nem frutos de uma instância superior, instituições são da ordem do meio onde vivemos. É através da rede de fios institucionais que as subjetividades são tecidas. A composição resultante da trama desses fios produzirá uma forma, a qual temos chamado de sujeito. Subjetividade é, então, uma forma singularizada que cada corpo humano constrói no encontro com as disposições preexistentes no mundo. Investigar subjetividades deixa de ser entender os limites da experiência do Eu e passa a ser identificar os contornos de um determinado mapa singular de forças, explicitando os pontos de ancoragem dessas forças e ponderando sobre o que esse arranjo produz.

A Psicologia Social brasileira que trabalha com tais premissas almeja explicitar a dimensão coletiva, pública e partilhada da subjetividade e apontar caminhos para a superação do dualismo entre o sujeito senhor de si e de suas ações e a determinação da linguagem, da cultura, das sociedades e da história. Ela localiza a subjetivação como um fenômeno que se processa entre os corpos humanos e outros corpos – biológicos, tecnológicos, discursivos, culturais, valorativos. Modos de ser, de pensar, de sentir e de agir são constantemente produzidos, reproduzidos e consumidos, ao mesmo tempo em que normatividades

institucionais a eles correlatos são forjadas, difundidas e decompostas. O que se busca ao estudar esses fenômenos é compreender o “status desses componentes de agenciamento que se encontram ‘no entre’, em interação, entre domínios radicalmente heterogêneos” (GUATTARI, 2008, p. 03) e acompanhar os efeitos pragmáticos desses agenciamentos nas esferas sociais, libidinais, afetivas e econômicas. No lugar outrora ocupado pelo sujeito senhor de si, passam a ser localizáveis processos de subjetivação marcados pela coexistência de diversas disposições institucionais, atuando sobre os corpos em distintas direções e diversos sentidos, tal e qual vetores em disputa dentro de um campo de forças eletromagnético. Como resultado disso, será produzido esse sistema de estabilidade frágil a que chamamos de subjetividade.

Abandonando a centralidade do sujeito no processo de produção de sentido para o mundo e minorando a importância da investigação de sentidos ocultos nos pensamentos, palavras, atos e omissões desse mesmo sujeito, afirma-se uma concepção de subjetividade que não parte da questão sobre o que o mundo e seus objetos significam para um sujeito ou mesmo sobre a veracidade dos conhecimentos produzidos por esse sujeito sobre o mundo. Este caminho permite abandonar os problemas da oposição entre o indivíduo a sociedade e atentar para as formas como a subjetividade é produzida pela história. Tornam-se evidentes as ressonâncias das marteladas nietzschianas que há muito nos alertam sobre o caráter histórico e temporalmente circunscrito dos valores e das construções que formam esse acidente gramatical que é o Eu.

Análise Institucional, Esquizoanálise e Psicologia Social Institucionalista Brasileira assentam-se em um paradigma ético-estético-político, o qual valoriza os aspectos dinâmicos da produção institucional e subjetiva; elas buscam apreender a realidade da produção da subjetividade em sua dimensão de forças, de movimentos, de discontinuidades e de eterno inacabamento. Retoma-se a dimensão não natural das instituições, recolocando em cena o conflito que as constitui e apontando o caráter mutuamente produtor e produzido que lhes é inerente. Muda-se a pergunta sobre os significados ocultos à consciência do sujeito com o intuito de dar passagem a investigações sobre como processos de constituição funcionam, quais são seus componentes e o que eles têm produzido.

Nicholas Thoburn (2009) investigou o diagrama de subjetivação militante e apontou efeitos que este acarretou tanto sobre os integrantes, quanto sobre as práticas cotidianas na organização americana de extrema esquerda *Weather Underground Organization* (WUO). Formada na década de setenta do século passado, por estudantes da Universidade de Michigan, maior universidade pública norte-americana, a *Weather Underground*, tinha como

objetivo último criar e sustentar um partido político revolucionário para suplantar o imperialismo Estado Unidense. Partindo da cartografia feita por Félix Guattari sobre os efeitos do Stalinismo sobre a revolução russa de 1917, Thoburn, em uma leitura similar a feita por Valverde (1986), conclui que o diagrama militante é caracterizado

pela produção de um campo de inércia que restringe o aparecimento de novidades e encoraja a aceitação de slogans e doutrinas; transformação de características singulares em dogmas universais; atribuição de uma vocação messiânica ao partido e estabelecimento de uma relação de dominação e contestação – aquele ‘amor e ódio do militante’ – com aqueles conhecidos como ‘as massas’ (THOUBURN, 2009, p. 126).

Quando pensa nos efeitos que tal diagrama tem produzido hoje, o autor reconhece que ele é mais visível em movimentos radicais e marcadamente fundamentalista, mas que também se faz presente em culturas contestatórias daqueles que se movimentam à pela margem esquerda do espectro político.

Suely Rolnik (2016) parte de premissas semelhantes para pensar os limites dos modos de ser à esquerda frente à onda crescente de conservadorismo na América Latina e no mundo. A autora alerta aos militantes revolucionários mais radicais que é preciso abandonar a ideia de Revolução. Ela explica

A ideia de “Revolução” pertence a essa mesma lógica do inconsciente colonial-capitalístico, em sua versão de esquerda: com o bloqueio da experiência fora-do-sujeito, o mal-estar da desestabilização leva a subjetividade de esquerda a imaginar defensivamente um outro mundo, que substituirá o existente como um só bloco, mediante a tomada do poder do Estado. Um mundo idealizado e com eternidade garantida, porque nele estaríamos protegidos contra as turbulências inevitáveis da vida, que nos tiram da zona de conforto e nos exigem um trabalho constante de transformação, como condição para a própria preservação da vida (Rolnik, 2016, p 06).

Esses estudos ajudam a visualizar o caráter repressivo e produtivo do conceito de instituição aqui debatido, o que nos faz defender sua utilidade para investigar diferenças entre as metodologias militante e ativista. Abordar as relações entre instituição e subjetivação apresenta um caminho frutífero para ampliar ferramentas teóricas que lancem luz sobre o que tem acontecido nas ruas, praças e computadores pelos Brasil e pelo mundo.

2.5 Sínteses e análises

Partindo do princípio de que militância e ativismo são metodologias de produção de ação coletiva para intervir/interferir nas normas sociais vigentes, os conceitos de repertório, estratégia e instituição foram discutidos como alternativas para enquadrar dimensões distintas

das diferenças. Retomaremos pontos chaves desse percurso a fim de sugerir a existência de relações expressivas entre eles.

Trabalhando com o referencial sociológico, indicamos como as diversas formulações do conceito de repertório foram atribuindo a ele um caráter de manifestação singularizada através das performances dos atores. Mesmo que carreguem as marcas dos caminhos históricos que os construíram, a expressão dos repertórios no momento da ação põe em cena as singularidades daqueles que a executam. Quando aproxima o conceito da noção de performance, Tilly destaca a criatividade, estilização e renovação que os atores imprimem ao repertório no momento em que o usam (TILLY, 2006; TILLY, TARROW, 2007). Simultaneamente, ele enquadra tais inovações dentro de um conjunto de limites e possibilidades historicamente relacionadas aos caminhos de produção do próprio repertório.

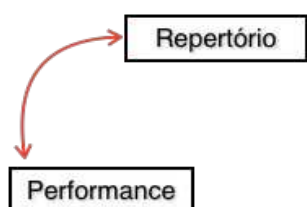


Figura 1: Repertórios e Performances

A relação do repertório com a performance é marcada por uma apresentação e repetição do mesmo, mas que não se caracterize por uma afirmação do idêntico. A imagem criada pelo autor para ilustrar a ideia é de um músico tocando jazz guiado por uma partitura. As variações feitas por ele durante a execução da música imprimem a sua marca singular na canção, mas ainda estão limitadas pela descrição da partitura. As performances nunca serão idênticas aos repertórios que as produzem, contudo, é pouco provável que a encenação da contestação extrapole muito as cercanias delimitadas pelo repertório. Os repertórios são criados e modificados através das escolhas daqueles que os utilizam, sendo possível apreendê-los através do comportamento daqueles que os usam. Quer dizer, os repertórios se expressam nas performances. A bidirecionalidade das flechas usadas na Figura 01 demarca o caráter de produção mútua que caracteriza a relação entre repertórios e performances.



Figura 2: Estratégias e Dilemas

Uma estratégia funciona como um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos que orientarão os jogadores quanto à articulação, organização, desenvolvimento e avaliação das ações. As estratégias influenciam os dilemas estratégicos enfrentados pelos sujeitos (MCGARRY; JASPER, 2015), os procedimentos e os dispositivos, que devem, ou não, ser empregados. Analisar os comportamentos dos sujeitos permite compreender as estratégias planejadas, os dilemas enfrentados e parte dos motivos para a escolha de determinados dispositivos. Estudar arquivos, documentos e registros sobre as estratégias, atentado simultaneamente para as decisões tomadas no curso das ações, permite

acompanhar como essas são executadas, renovadas e reconstruídas pelas escolhas dos indivíduos. Novamente, a bidirecionalidade das flechas usadas na Figura 02 demarca tanto o caráter de produção mútua que caracteriza a relação entre estratégias e dilemas, quanto o modo como os dilemas são uma forma de expressão das estratégias e vice-versa. Quer dizer: dilemas são uma forma de expressão das estratégias e essas por sua vez são formas de expressão dos dilemas.



Figura 3: Instituição e Subjetivação

Estudando a Psicologia Social de base institucionalista evidenciamos a dimensão dinâmica e o estatuto de inacabamento presente nesse jogo de forças que constitui a subjetividade. Apontamos tanto a importância da agência dos sujeitos na produção, consumo e transformação da dimensão institucional da existência humana, quanto o efeito restritivo-produtivo que as instituições exercem sobre a subjetividade dos mesmos. Instituições são entes que produzem, através da modificação de si, formas nas quais expressam sua característica criadora. Ou seja, os processos de subjetivação atuais são formas de expressão das instituições, e, enquanto tais, são fundamentais ao redesenho das mesmas, conforme representado na Figura 03.

Reconhecendo que uma instituição é uma lógica organizativa, surgida em um determinado momento, cuja finalidade é resolver problemas ligados à existência dos coletivos humanos, pensemos um pouco sobre o problema da estruturação da ação coletiva para interferência nas normas sociais. Podemos supor que ao longo do tempo foram fabricadas distintas instituições capazes de manejar esses problemas. A fabricação de distintas estratégias para desencadear essas ações pode ser pensada como um produto dessas instituições. Cada uma dessas estratégias tendeu a circunscrever, taticamente, um conjunto de procedimentos preferenciais a serem executados, os quais foram modificados sistematicamente pelos participantes durante as ações. Esses procedimentos preferenciais foram potencialmente reconhecidos como formas eficientes de apresentar uma contestação e potencialmente se consolidaram em repertórios.

Reconhecendo que uma instituição é uma lógica organizativa, surgida em um determinado momento, cuja finalidade é resolver problemas ligados à existência dos coletivos humanos, pensemos um pouco sobre o problema da estruturação da ação coletiva para interferência nas normas sociais. Podemos supor que ao longo do tempo foram fabricadas distintas instituições capazes de manejar esses problemas. A fabricação de distintas estratégias para desencadear essas ações pode ser pensada como um produto dessas instituições. Cada uma dessas estratégias tendeu a circunscrever, taticamente, um conjunto de procedimentos preferenciais a serem executados, os quais foram modificados sistematicamente pelos participantes durante as ações. Esses procedimentos preferenciais foram potencialmente reconhecidos como formas eficientes de apresentar uma contestação e potencialmente se consolidaram em repertórios.

A Figura 04 sintetiza a argumentação feita e apresenta um conjunto de perguntas possíveis em investigações que utilizem o percurso conceitual apresentado. Ela oferece alternativas para transitar com rigor entre os campos de estudos sociológico e psicológico, pois atende às condições científicas de coerência conceitual, rigor argumentativo e sentido de utilidade para a comunidade de pesquisadores interessados em escrutinar as mudanças em curso nas formas de contestação das normas sociais no Brasil, em especial para aqueles que se interessarem em se ocupar dos sentidos agregados às palavras militância e ativismo. A opção

pelo fluxograma, em vez de uma tabela, foi uma tentativa de preservar graficamente o caráter processual e de produção mútua existente entre os conceitos.

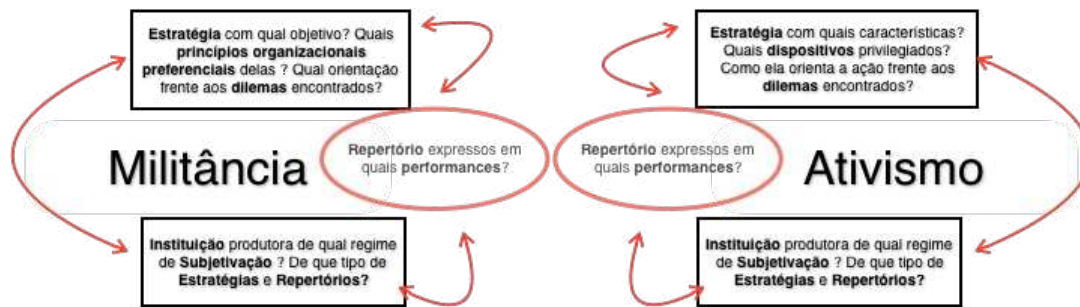


Figura 4: Estratégias, repertórios e instituições

2.6 Repertório, estratégia ou instituição?

A tese de que os três conceitos trabalhados explicitam sentidos condensados no uso das palavras militância e ativismo delimita um campo de trabalho impossível de ser desenvolvido completamente ao longo de um curso de doutorado. Em investigações posteriores desejamos percorrer mais caminhos dentro da rede conceitual apresentada. Sendo o objetivo geral da tese explorar os modos de subjetivação militantes e ativistas, o caminho escolhido para tal demandou explicitar características cruciais da dimensão estratégica do ativismo e da militância. Nos ensaios seguintes, exploraremos as relações entre estratégia-instituição-subjetivação. Para tanto adotamos uma dupla perspectiva temporal na análise.

O ensaio três investiga fatos passado para compreender o presente. Ela busca visibilizar teias de sentido entre atos executados no contexto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (de 1917 a 1967) e características existentes na estratégia e nos modos de ser militantes. Um movimento semelhante é feito no ensaio quatro. Trabalhando com os acontecimentos ocorridos no Brasil entre 2013 e 2018 na qual o termo ativismo esteve presente e identificando um conjunto de princípios que se atualizam na ação dos ativistas, o texto entra no debate sobre as tradições políticas e culturas organizativas que amparam esse modo de agir que, certamente, é novo pela forma como se apresenta e pela forma como se vale das diversas tecnologias disponíveis atualmente, mas não é inédito.

A orientação temporal da análise muda no ensaio cinco. Isso pois ele se ocupa de fatos presentes para compreender o futuro. Construindo um estudo de caso narrativo referente a ocupação das escolas de São Paulo ocorrida entre Novembro de 2015 e Janeiro de 2016, o texto identifica as atividades prefigurativas como produto característico das diretrizes

orientadoras da estratégia ativista e pondera sobre as consequências dessas para os modos de subjetivação ativista.

É preciso lembrar ao leitor que o conceito de instituição adotado situa em um plano transversal às atividades humanas. Elas exercem uma função de mediação produtiva no que se refere à criação de estratégias e de modos de subjetivação e, enquanto tal, não serão abordadas separadamente em nenhuma sessão do texto. A aposta aqui é de que estudar as estratégias, tal como elas aparecem nos modos de ação preferenciais e nos dilemas vividos pelos sujeitos, assim como no que elas ancoram os modos de subjetivação, permite compreender como as instituições ativismo e militância são produzidas, difundidas e consumidas. Por essa via, além de compreender a dimensão institucional da militância e do ativismo, será possível construir dedutivamente explicações sobre diferenças entre os mapas de forças que direcionam os processos de subjetivação de militantes e ativistas.

3 Três pontos de ancoragem para subjetivação militante¹⁶

Nos últimos anos, os brasileiros têm lidado com uma crise política, econômica e institucional, a qual produziu: o impeachment presidencial, 13,4 milhões de pessoas procurando emprego no primeiro trimestre de 2019 (IBGE, 2019) e a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país. A partir de 2015, instaurou-se no país um clima de intensa polarização política, fazendo com que os acontecimentos citados tenham sido incluídos em narrativas contrastantes. Por exemplo, o impeachment de Dilma Rousseff é compreendido por uma parcela da população como exercício legítimo da vontade popular através de um procedimento democrático constitucional. Ao mesmo tempo, outra parte da população vê no fenômeno um golpe de Estado parlamentar comandado pelos agentes do capitalismo financeiro. Foi nesse cenário polarizado que a esquerda militante, surpresa, descobriu “que havia uma direita militante e aguerrida no país” (SOLANO, 2018, p.9).

A militância, ideia cara aos integrantes de diretórios acadêmicos, sindicatos, partidos políticos e outras organizações situadas à esquerda do espectro político brasileiro, foi contestada pelos coletivos juvenis que tomaram as ruas brasileiras em junho de 2013. Em 2015, os secundaristas que ocuparam escolas de ensino médio no estado de São Paulo também estranharam a familiaridade da esquerda com essa ideia e afastaram de si a palavra militância, preferindo chamar a si mesmos de ativistas (GOHN, 2018).

Apostamos que uma perspectiva institucional pode ser utilizada para escrutinar a relação entre processos sócio-históricos e os modos de produção de subjetividade militantes. Convidamos o leitor para nos acompanhar nessa aposta. É mister esclarecer que ao seguir essa linha investigativa, não abordaremos o tema da militância sob uma perspectiva tradicional, e nem debateremos as formas singulares como essa ideia se expressa em movimentos contextos específicos. O trajeto peculiar que faremos visa explicitar relações entre os traços distintivos da militância entendida como uma estratégia para se agir em conjunto, e os modos de produção de subjetividade daqueles que militam por um outro mundo possível à esquerda do espectro político. Para conhecer as maneiras tradicionais de estudo do tema, sugerimos consultar os trabalhos de Fillieule e Pudal (2010) e Sawicki e Simeant (2011). Já para compreensão das formas singulares como a estratégia militante vem se transformando em campos de luta específicos, recomendamos os trabalhos de Mesquita (2003) e de Oliveira et al. (2009).

¹⁶ Parte da discussão apresentada aqui foi publicada como um capítulo no livro *Psychology Applications & Developments IV*, organizado por Clara Pracana e Michael Wang e publicado em 2018.

Ainda que a abordagem dada ao assunto seja pouco usual, seria inadequado e pretensioso supor que essa é inédita. Ao longo dos últimos 30 anos, muitos tentaram conduzir a militância à condição de problema (VALVERDE, 1989; FIGUEIRÊDO 1993, 1995; MACÊDO e SILVA, 2009; SOUZA, 2016). Contudo, parece que os esforços acadêmicos não encontraram eco na malha social. Gohn (2018) entende que estamos vivendo um momento de construção de uma nova cultura de participação dos jovens na política no Brasil, no qual as formas canônicas e de participação social e protesto vem sendo modificadas. Sendo assim, acreditamos que a hora chegou: “precisamos falar sobre”¹⁷ os limites da militância.

Os textos que se dedicaram ao estudo da ideia de militância em uma perspectiva similar a aqui desenvolvida apontam as experimentações socialistas feitas na Rússia ao longo dos 50 anos do século XX como cruciais para criação e difusão do sentido político do termo. Eles também insistem na relevância das ideias de Vladimir Ilitch Lenin e de Josef Stalin para a construção da ideia de militância política. Em estudo arqueológico, Valverde (1986) aponta o Centralismo Democrático como a maior contribuição de Lenin ao processo revolucionário e também como elemento central na organização do Governo de Stalin. Seguimos essas pistas e realizamos uma arqueologia documental para explorar o contexto de criação e as pretensões a serem atingidas com a instituição militância.

Não ignoramos a existência de singularidades nas diversas propostas de “esquerda” ocorridas ao longo do século XX e na aurora do século XXI. Comunistas, anticapitalistas, social-democratas, libertários, anarquistas, Zapatistas, altermundistas, autonomistas, etc. A lista seria imensa e haveria muitas diferenças a demarcar. Contudo, em razão da nossa escolha metodológica, as considerações tecidas aqui são particularmente válidas para a esquerda de orientação marxista-lenista-estalinista. Essa tendência, mesmo comportando um sem número de variações internas, expressas através de diferentes partidos, de distintas correntes dentro de partidos políticos e sindicatos, alcançou escala global de influência por ter inspirado o polo que se pretendeu oposto ao sistema capitalista. Foi assim que esse polo se configurou como uma teoria-movimento de contestação mundial do modo de produção econômico que organiza os aspectos da nossa vida cotidiana (Bringel e Domingues, 2014).

Nosso objetivo é explicitar possíveis relações entre atos desenvolvidos no contexto da gestão da ditadura proletária russa no início do século vinte e os modos de sentir, pensar e agir de muitos daqueles que, hoje, ainda tingidos por tons vermelhos, militam pela transformação da sociedade. Analisando a função estratégica associado à ideia de militância naquele

¹⁷ Essa expressão vem sendo usada para demarcar a necessidade de debate sobre temas áridos como racismo, fascismo, homofobia, sexismo, machismo e outros assuntos caros aos jovens que tem moldado a nova cultura de participação política.

contexto, apontaremos como a estrutura política, o tipo de organização utilizada, as diretrizes e normas de conduta forjadas naquele tempo seguem presentes entre nós e modulam processos de subjetivação dos militantes de hoje. Faremos isso para explorar a hipótese de que a militância pode ser caracterizada como uma instituição nos termos propostos pela análise institucional francesa (LOURAU, 2007), a qual engendra um modo particular de subjetivação daqueles que se situam à esquerda do espectro político.

O texto está dividido em cinco seções. A primeira apresenta a proposta metodológica utilizada; a segunda expõe os fatos históricos que subsidiam a análise; a terceira mostra caminhos através dos quais as ideias apresentadas foram se inserindo no imaginário da esquerda política brasileira; a quarta aponta contradições e questionamentos naquilo que os fatos apresentados fazem parecer total e absoluto; a última sumariza os resultados encontrados, apresenta possibilidades para estudos posteriores além de retomar as apostas e intenções do autor ao abordar o assunto desse modo.

3.1 Imagens e definições Metodológicas

Esse estudo adota a estrutura de ensaio teórico. É mister destacar que “ensaio não é estudo teórico, baseado em revisões teóricas que, posteriormente, vão amparar pesquisas empíricas ou reflexões conceituais, formatadas dentro da divisão clássica da ciência” (MENEGETTI, 2011, p. 330). O ensaio se coloca como imperativo metodológico (ADORNO, 1986) aqui, pois nele o fluxo do texto segue as necessidades do objeto da investigação e a subjetividade do ensaísta é incluída na escrita. Esse trabalho tenta identificar linhas de força que atuam na produção daquilo que somos, da subjetividade definida enquanto resultante de campos de forças em constante disputa, foi, então, fundamental usar um gênero textual que permitisse explorar esse processo de forma rigorosa, consistente e levemente artística.

Ao pensar em um militante temos em mente alguém de fala articulada, ideias fortes, certezas dificilmente abaláveis. Trata-se de alguém disposto a convencer, ou mesmo a vencer, aqueles que defendem ideários distintos dos seus. Portando sempre à mão a bandeira da Revolução que supõe urgente, ele tende a hasteá-la em todas as oportunidades possíveis e, caso o contexto seja mais ou menos favorável, é provável que ele use o mastro dessa bandeira para exortar aqueles a seu redor sobre a retidão de sua causa. Por esses e outros motivos há quem pense que “todo militante é um chato” (COIMBRA, 2015). Além de ser visto como um chato, é comum pensar militantes como pessoas fortes. Em livros, discos e filmes ele é representado como obstinado, assertivo e resoluto.

Os estereótipos sobre militantes ganham mais sentido se realocarmos a expressão militância dentro do contexto bélico (VALVERDE, 1986). Estando em guerra, nem sempre é fácil para um militante ajustar a altura da bandeira da causa pela qual luta de modo a evitar que ela funcione como um antolho. Isso porque estar envolto, e envolver os outros, na bandeira é condição necessária para integrar as militâncias. Analisando as relações entre processos de formação de identidade e engajamento militante, Naujorks e Silva (2016) concluem que “a identidade militante tem na correspondência identitária o mecanismo que a produz e nos quadros interpretativos o conteúdo que a preenche e dá significado” (NAUJORKS; SILVA, 2016, p. 148). A constituição dessa referência engloba tanto um aspecto coletivo, ligado ao partilhamento de ideias e ideais com os outros militantes, quanto um outro, individual, relacionado à forma como os valores e projetos compartilhados com a coletividade servem como modelos para o indivíduo.

Rolnik (2014) pondera que a rigidez com que os militantes se relacionam com causas pelas quais militam funciona como fonte de força pois permitem sustentá-los na posição de sujeito da ação consciente e desalienada em relação aos temas que ele defende. A rigidez favoreceria a identificação do diferente de si como o inimigo, o alienado, o alijado do curso da história que, enquanto tal, precisa ser combatido e/ou salvo.

A primeira coisa que chama a atenção do cartógrafo é a visão épico-dramática que os revolucionários têm da história: dizem obedecer ao programa da linha de destino à que todos os povos serão, um dia, necessariamente submetidos. Essa linha, explicam, é totalmente previsível: basta “conscientizar-se” e “assumi-la”. O cartógrafo nota que a linha que imaginam é a do seu partido, linha que, segundo eles, os levaria fatalmente, de modo revisionista ou radical (ou seja, com ou sem escalas), à terra prometida da sociedade revolucionária. Por isso é que a defendem com unhas e dentes. Por isso – ele compreende – é que o discurso e as atitudes de alguns beiram o fanatismo (ROLNIK, 2014, p. 128).

Ao argumentar na mesma direção de Naujorks e Silva (2016), Rolnik elenca dois mitos fundadores da subjetivação militante: a identidade cultural nacional popular e a revolução. Do primeiro emanaria: a) a afirmação do território existencial identitário e cristalizado, localizado idealmente em um passado glorioso onde o inimigo ainda não existia; b) o entendimento da dimensão dos desejos e necessidades individuais exclusivamente como captura do modelo de vida burguês; c) a tendência a organizar seus discursos e atividades pela afronta e desconstrução do tempo presente – macropoliticamente dominado pelo inimigo. Do segundo, emanaria parte da força que os faz suportar a dura realidade concreta na qual travam suas batalhas, já que é a defesa irrestrita deste futuro revolucionário que tornaria habitável o tempo presente. “O que os alimenta, em sua cultura militante, desse ponto de vista, é

imaginar-se de peitos ensanguentados nas trincheiras embandeiradas da luta revolucionária, conseguindo dar fim a essa realidade que consideram maldita” (ROLNIK, 2014, p.129).

A palavra militância já era empregada no fim da Idade Média e fazia menção ao pertencimento de um indivíduo que ingressa nas organizações proto militares criadas para defesas dos primeiros burgos (SILVA, 2003). O léxico também pode ser encontrado fazendo referência aos cavaleiros que ingressaram nas cruzadas em nome da Santa Inquisição ou, ainda, nos movimentos colonizadores sacro-pedagógicos encampados pela Companhia de Jesus nas Américas recém-conquistadas (LEITE, 1965; FRANCA, 1962). Os usos contemporâneos do vocábulo e os sentidos atribuídos a ele em muitos meios revolucionários, principalmente quando associados à difusão de uma verdade desalienante e redentora, ainda carregam traços desse passado.

Macêdo e Silva (2009) afirmam que o militante comunista é o modelo de militante político do século XX. Nos primeiros cinquenta anos desse século, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com suas propostas de combate ao sistema capitalista, expansão do socialismo e produção da Sociedade Comunista, exportou um ideário e uma metodologia de contestação de normatividades alicerçado em premissas marxistas, leninistas e estalinistas. Este ideário formatou um conjunto de objetivos táticos, rotinas de ação e dispositivos de luta que foi apropriado – com maior ou menor intensidade – por inconformados diversos ao redor do mundo (HOBSBAWM, 1995, 2011) e que segue influenciando a forma de atuação de militantes das mais diversas causas. Trabalhando com fatos e documentos desse período histórico, investigaremos a hipótese de que esse momento foi fundamental para criação, difusão e consolidação de um conjunto de rotinas de ação e de práticas socialmente relevantes para construção da militância enquanto instituição.

Instituições podem ser entendidas como lógicas normativas que permeiam a vida coletiva dos sujeitos, produzindo neles e com eles, determinados modos de pensar, sentir e agir (LOURAU, 2007). A ontologia institucional proposta pela A.I.F. sustenta uma tensão permanente e insolúvel entre as forças instituintes e instituídas. Dessa forma ela reconhece que as mesmas instituições que produzem os sujeitos, são, simultânea e continuamente, produzidas por eles, afastando-se assim de uma abordagem totalizante da ação institucional sobre o comportamento humano. Entender como determinados vetores de força nos constituem pode ser de grande valia para avaliar o que temos feito de nós mesmos, nos levando a duvidar de nossas melhores intenções em busca de vidas menos fascistas (SOUZA, 2016).

Partimos de um escrito de Lenin “O Centralismo Democrático – Um passo a frente, dois passos atrás” (LENIN,1904) – e seguimos coletando textos onde a ideia era explicada, bem como documentos que mostravam como essa governabilidade foi operacionalizada no contexto do regime soviético através das decisões de Joseph Stalin. Tal escolha faz com que a nossa amostra seja intencional, restrita aos primeiros 50 anos do século XX, e limitada por saturação de conteúdo (DENZIN; LINCON, 2018). Os dados históricos coletados foram submetidos a técnicas de análise de conteúdo e os resultados usados para identificar os pontos de ancoragem da instituição militância.

Identificar tais pontos nos ajudará a compreender por que as formas de pensar, sentir e agir de militantes contemporâneos valorizam a disciplina rígida, a submissão da vontade, a heteronomia e acabam reproduzindo muito daquilo que anseiam combater. O percurso por entre fatos e documentos no contexto revolucionário vermelho explicitará como a produção da estratégia de governo ali forjada teve como correlato a modelagem de uma normatividade institucional que segue influenciando os modos de agir de muitos militantes de hoje.

Com base em evidências históricas, sustentaremos a tese de que, do ponto de vista institucional, a militância foi criada para produzir: a) uma estratégia Antagonista executada pelo Partido Comunista e suas variantes; b) táticas de governo ancoradas no centralismo demo/autocrático; c) um modo de subjetivação que reforça e valoriza homogeneidade entre os atores, interpreta diferenças como riscos, constrói inimigos, e não adversários, e tende a compreender mudanças como ataques e permanência como resistência. Uma vez que o Centralismo Democrático também era a governabilidade imperante nos, e difundida através dos, Partidos Comunistas fora da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, essa instituição e o modo de subjetivação dela correlato foram amplamente difundidos pelo mundo.

A noção de subjetividade adotada aqui não se equipara ao domínio da interioridade psicológica, mundo privado ou sujeito do inconsciente edípico. Trata-se de uma concepção onde se procura associar elementos discursivos de natureza mais coletiva e geral com aqueles de ordem relacional e singularizado. É na esteira dos estudos de Foucault (2004), dos trabalhos de Deleuze e Guattari (1976) e nos usos que estes fazem de Nietzsche que se situam nossas proposições. Deste último, destacamos de sua obra a proposta de ontologia dinâmica (NIETZSCHE, 1995). As formas disponíveis no mundo – e o homem é uma dessas formas – são o resultado de um “jogo de forças e ondas de força, ao mesmo tempo um e múltiplo, aqui acumulando-se e ao mesmo tempo ali mingando, um mar de forças tempestuando e ondulando em si próprias, eternamente mudando, eternamente recorrentes, com descomunais anos de retorno” (NIETZSCHE, 1992, XI).

Mapear modos de subjetivação é identificar como tais forças¹⁸ agem sobre os corpos e como elas os produzem. Mapear modos de subjetivação é perguntar-se por qual configuração de força tem como correlato certo modo de vida. Mapear modos de subjetivação é explicitar como um determinado regime de exercício de poder produz determinadas formas de homem. Afinal, “pode ser que o problema acerca do eu não tenha a ver com o descobrir o que ele é, mas talvez com o descobrir que o eu não passa do correlato da tecnologia introduzida na nossa história” (FOUCAULT, 1993, p.223).

Utilizando a arqueologia foucaultiana (FOUCAULT, 1989), revisitamos textos, discursos e práticas dos primeiros cinquenta anos do século XX, pertencentes ao contexto de preparação e condução da etapa socialista da Revolução Russa. Amparados nessas ferramentas e nesse modo de investigação, apostamos em “olhar que problematiza, que elabora domínios de fatos, de práticas, de discursos que usualmente não consideramos como problemáticos” [para realizar] “uma análise crítica que procura ver como puderam ser construídas as diferentes soluções para um problema” (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 246). Neste percurso explicitaremos como foram compostas, na intrincada trama entre saberes e práticas, as discursividades que produziriam o legítimo militante revolucionário. cremos que “se o ângulo escolhido não dá conta de muitos aspectos relevantes da questão, tem o mérito de nos aproximar de uma compreensão bastante (...) abrangente e que pode funcionar como um bom ponto de partida para outras análises” (FIGUEIREDO, 1995, p. 41).

3.2 Engrenagens para produção do outro mundo possível

Mover-se na direção contrária daquela prescrita pela normatividade do seu tempo demanda a capacidade de sustentar adversidades e tribulações. O reconhecimento dessa necessidade de força requer que seja colocada a questão: como produzir sujeitos dispostos e disponíveis para executar a Revolução?

A análise feita por Valverde (1986) aponta que esse era um problema muito caro para expansão do ideário comunista na aurora do século XX. O trabalho analisa textos de diversas edições do Congresso da Internacional Comunista, obras de Lênin e Stalin e conclui que a resposta a ele foi dada valendo-se daquilo que havia de mais moderno para produção de corpos fortes, vigorosos, competentes, eficientes e obedientes: a criação de regime de exercício de poder disciplinar (FOUCAULT, 2005).

¹⁸ Safatle (2012) esclarece que “em Nietzsche a força não é uma substância coisificada, mas uma causa provida de relações necessárias com o que se manifesta e com os regimes de tais manifestações. Ou seja, ela é o que explica a existência de relações de influências entre objetos no espaço” (p.37)

Antes de nos ofendermos com a afirmação de que as militâncias e os militantes de hoje possam ser associados aos horrores produzidos pelo stalinismo, é prudente seguir os passos de Lucien Sève (1999) e ponderar, começando pelos fins. O autor nos ajuda a compreender melhor esse momento histórico quando retoma o contexto onde o Centralismo Democrático foi fundado, destacando os objetivos a serem alcançados através dele e observando a conversão deste em centralismo autocrático sob o governo, gosto pessoal e teorizações de Josef Stalin.

Essa governabilidade sintetiza dois desejos distintos e contraditórios: a) unidade em estratégia, tática e objetivos e b) direito de discordar de estratégias, táticas e objetivos. No seu relatório sobre o Congresso Unificado do Partido Trabalhista Social-Democrata, Lenin(1906), sintetiza a ideia através da expressão “liberdade na discussão, unidade na ação”. Sève (1999), trabalhando esse e outros textos cruciais do período, conclui que ele é a resposta ao problema da organização das massas camponesas e do proletariado russo no início do século XX, uma vez constatada “a radical incompatibilidade entre a revolução proletária como meta estratégica e o espontaneísmo como atitude organizativa” (SÈVE, 1999, p. 63).

Reis (2017) escrutinando o contexto histórico russo no começo do século XX, esclarece que a Revolução de Outubro de 1917 faz parte de um ciclo revolucionário: “a revolução de 1905; as duas revoluções de 1917; as guerras civis que se estenderam entre 1918 e 1921; a revolução de Kronstadt, em 1921” (p. 67) e ressalta a importância das guerras civis na modelagem do tipo de socialismo produzido na União Soviética. As necessidades urgentes da população russa, assolada pelo desabastecimento, pela fome e pelo frio, ao fim desse ciclo revolucionário, aliadas às crenças dos membros da vanguarda soviética na razão científica instrumental transmutaram em autocrático o ideal democrático associado ao centralismo. Tal mudança produziu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS um regime autoritário e violento, marcado pela ampliação da burocracia e do controle sobre os corpos dos indivíduos (SÈVE, 1999).

A governabilidade dessa experiência encontra-se presente na proposta do Centralismo Democrático executado entre 1920 e 1950 na URSS e exportadas para o mundo através dos partidos comunistas. Empregando as mais avançadas tecnologias disciplinares disponíveis na época, este regime desenhou um conjunto ordenado de diretrizes para: a) engajamento da população soviética para continuidade da Revolução; b) planificação da economia com vistas ao aumento da produtividade; c) produção de hegemonia cultural e viabilização do Comunismo. Quanto à perda da importância da democracia interna, aumento da violência e ascensão da burocracia como racionalidades prioritárias dentro da estratégia centralista

executada por Stalin, Sève (1999) destaca: traços de personalidade do próprio Stalin; diminuição da frequência dos Congressos Nacionais do Partido e, conseqüentemente, a perda gradativa do caráter deliberativo exercido por este espaço coletivo; além da aposta na racionalidade burocrática e no progresso científico presente no *zeitgeist* da sua época.

Seja democrático ou autocrático, o modelo centralista desenhou um conjunto ordenado de diretrizes para mobilização da população soviética, instauração da ditadura do proletariado, tentativa ampla de planificação da economia, aumento da produtividade como condição para atender as necessidades de todos, produção de hegemonia cultural e viabilização do comunismo. Essa tecnologia de governo visava, tanto otimizar o desenvolvimento econômico – na terminologia Marxista, acumular as forças produtivas – quanto alinhar os modos de subjetivação às necessidades do regime. No campo da indústria, ele produziu uma versão soviética do taylorismo. Difundido no domínio das artes, ele almejava produzir uma devoção da população ao Socialismo, eliminar qualquer resquício de individualismo e produzir um novo homem. Reis, discute a centralidade dessa experiência para a construção do imaginário da esquerda política mundial e esclarece que

emergira na Rússia soviética um novo tipo de socialismo, imprevisto, mas não menos real – o socialismo autoritário, de caráter nacional. (...) O modelo teria vida longa, hegemonizando o socialismo internacional, inclusive porque as outras duas grandes revoluções socialistas do século XX – a chinesa e a cubana – observariam a mesma dinâmica ditatorial, por compartilharem circunstâncias gerais semelhantes (sociedades agrárias com frágeis tradições democráticas, emergindo no contexto de guerras e com forte caráter nacional) (REIS, 2017, p.75).

Em 2017, ano comemorativo da revolução russa, um retrato polêmico, carregado de ironias desconcertantes e repleto de humor ácido foi lançado nos cinemas e, não sem motivos, censurado na Rússia. “*The death of Stalin*” (A morte de Stalin), filme do cineasta inglês Armando Iannucci, ficciona a forma como os membros do comitê central do partido teriam reagido à morte do grande líder. Explorando a linha tênue entre o terror e o absurdo decorrentes da forma como Stalin exercia sua tirania, o filme deixa o expectador confuso sobre como reagir a ele: riso, choro, grito, indignação, angústia, incredulidade, qual a forma mais adequada de processar aquelas imagens? O mal-estar produzido é um sinal de que a obra apresenta uma proposta artística desestabilizadora e capaz de oferecer alguns indícios sobre o quão ambivalente e desestabilizante pode ter sido o cotidiano sob a gestão de Joseph Vissarionovich Stalin.

Nas subseções seguintes analisaremos aspectos estruturantes do cotidiano da experiência socialista na URSS. A escolha de tais elementos foi feita considerando: a) a função exercida por eles na manutenção da governabilidade do Partido; b) a capilaridade com

que eles compareceram na organização do cotidiano na URSS; c) o modo como eles expressam o regime de poder disciplinar eleito para fabricar operários-cidadãos-soldados-militantes para Revolução; d) a importância por eles ocupada na expansão do ideário vermelho; e o anseio de que eles produzissem o modo de vida comunista “controlado, dirigido e retificado de forma consciente pelo pensamento crítico” (TROTSKI, 2007, p. 178). Apresentaremos três pontos de ancoragem que sustentam a instituição militante e iluminam a compreensão dos processos de subjetivação militantes: a) *demokraticheskiy tsentralizm* b) *stakhanovshchina* e c) *zhdanovshchina*.

3.2.1 *Demokraticheskiy tsentralizm*: ordenar vontades

Os escritos de Marx enquadram o Socialismo como um estágio intermediário entre a condição capitalista e o mundo comunista. Quanto às características constituintes dessa transição há pouco consenso entre os teóricos. “Ou seja, existem diferentes concepções sobre o caminho que conduziria a sociedade a tal sistema que permitiria a liberdade e o amplo desenvolvimento das capacidades humanas a todos os seus membros” (BERTUCCI, 2010, p.178). Discutiremos as perspectivas desenhadas por Lenin e por Stalin, argumentando que elas constituem os pilares usados para fundamentar ações e decisões sobre a condução da etapa socialista durante o processo revolucionário soviético.

Foi através dessa matriz de interpretação e intervenção que se consolidou certo apreço pelo autoritarismo, a escolha da supremacia técnico-científica e o rigor disciplinar para produzir as condições materiais que levariam ao Comunismo. “Toda a concepção de socialismo de Lenin identifica-se com as necessidades da concentração dos poderes nas fábricas, nas mãos dos técnicos, dos que têm um saber e uma cultura burguesa, aos quais os operários, submetidos a uma disciplina férrea, deveriam prestar obediência incondicional” (RODRIGUES, 1989, p. 94). Tal ideário funcionou como sustentáculo das técnicas de governo executadas pelo Partido Comunista Russo, que foram empregadas de modo indistinto sobre o exército, a indústria e a população soviética e, de forma mais ou menos explícita, não cessam de retornar em versões atuais das organizações militantes.

Em um texto escrito em abril de 1918, no qual nomeia as tarefas imediatas do poder soviético, Lenin fornece uma síntese ilustrativa sobre os caminhos por ele pensados para produzir as condições materiais que levariam ao comunismo: “a subordinação sem reservas a uma única vontade é absolutamente necessária para o êxito dos processos de trabalho, organizado segundo o tipo da grande indústria mecanizada” (LENIN, 1918, s/n). Figueiredo (1993) considera como fator decisivo da subjetivação militante a crença na possibilidade de

controle absoluto sobre a vontade. “O que há de comum às militâncias é a questão da vontade. Desalienar a vontade e/ou voluntariar-se? Impor a vontade e/ou interpretar vontades?” (p. 211). O quanto ainda se demanda dos novos militantes a submissão irrestrita à vontade dos dirigentes do grupo? O quão presente ainda está, nas táticas de recrutamento de novos participantes, a avaliação da “força de vontade” daqueles que desejam militar em prol da causa?

Não estamos traçando nenhum julgamento valorativo quanto aos meios escolhidos pelos líderes russos na condução do processo revolucionário. Seria intelectualmente desonesto ignorar que tais medidas são propostas em um cenário onde há fome, frio e desabastecimento, os quais dizimaram uma parcela significativa da população na Rússia. Lenin e Stalin acreditavam na razão científica, na ideia de progresso vigente em sua época e estavam dispostos a empregar o que havia de mais eficaz à sua disposição para fazer chegar o futuro no qual acreditavam. É imprescindível ter em mente que a formulação de estratégias combina atividades reflexivas e imaginativas “baseadas naquilo que os líderes aprenderam com as experiências anteriores, na observação atenta do tempo presente e em uma antecipação do futuro” (GANZ, 2000, p. 1009). Contudo, é impossível ignorar o fato que o marxismo-leninismo-stalinista, disciplina científica usada como princípio estruturante do socialismo soviético, consolidou o lugar do partido como a ferramenta de centralização do poder, interpretação, condução e catequese dos anseios do proletariado. A este ente total caberia o governo das vontades e a fabricação da vontade revolucionária nas massas. Lenin é preciso a este respeito

Educando o partido operário, o marxismo forma a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, capaz de dirigir e de organizar um novo regime, de ser o instrutor, o chefe e o guia de todos os trabalhadores, de todos os exploradores, para a criação de uma sociedade sem burguesia, e isto contra a burguesia (LENIN, 1917, s/n).

Compreendendo o Partido como o grande líder condutor da intentona Revolucionária, em seus Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 2001), explicita a importância dos intelectuais orgânicos de cada classe no exercício das funções de organização-direção-educação (DURIGUETTO, 2014). Atuando ora pelo convencimento, ora pelo vencimento, caberia a eles, juntamente com o Partido, a tarefa de transformar a massa proletária em uma classe em si mesma. Ou seja, um corpo homogêneo de indivíduos, consciente das contradições postas em cena pela relação capital-trabalho, liberta da hegemonia do pensamento burguês, moralmente reformada através do socialismo científico e apta a cumprir sua função no curso da história, a saber: serem os coveiros do capitalismo. Valverde (1986) aponta na pretensão

dos intelectuais orgânicos e do Comitê Central: a criação de um tipo muito específico de tutela.

A clarividência da “vanguarda”, aliada à ingênua convicção que tem de sua importância histórica, confere-lhe o direito, não só de falar pelos outros, de ser a voz das suas consciências, mas também o poder de penetrar o seu inconsciente, de interpretar os seus silêncios. No limite, portanto, uma direção que, simplesmente, quer por seus dirigidos; que quer ser a “alma” do suposto “corpo revolucionário” (p.25).

Diante de tão importante missão, não pode haver espaço para nada que faça titubear a vontade das massas. As divergências – de táticas, de repertórios de ação, de prioridades ou de análises de conjuntura – precisam ser excluídas da cena. A história há de absolver todo e qualquer ato realizado na busca pela concretização de tal fim. A aprovação, durante o X Congresso do Partido Comunista, da proibição das facções dentro do partido (LENIN, 1920), no contexto da disputa entre o Comitê Central e a Oposição Operária, vai explicitando como o espaço para discordância foi substituído por uma demanda de obediência irrestrita aos operadores da ditadura proletária.

Qualquer discordância ou dissenso, na medida em que poria em xeque a crença na ação totalizante dos líderes da vanguarda revolucionária, significaria fragilizar a estratégia como um todo. Dentro da topografia de guerra na qual isso se desenha, desejos, anseios e aspirações destoantes da normatividade ditada pelo Partido foram categorizadas como expressão da força do inimigo (VALVERDE, 1986). Anderson (1976) esclarece efeitos disso ao pontuar que:

os movimentos de base foram tolhidos e a autonomia e espontaneidade extintas pela casta burocrática que confiscara o poder no país; nas cúpulas, o partido foi gradualmente purgado de todos os companheiros de Lenin. Todo o trabalho teórico sério cessou após a coletivização. Trotsky foi forçado ao exílio em 1929 e assassinado em 1940; Riazanov foi privado das suas funções e morreu num campo de trabalho em 1939; Burkahire foi silenciado em 1929 e morto em 1938; Preobrazhensky caiu por volta de 1930, falecendo na prisão em 1938 (p. 31).

Formas de pensar singulares, articulações autônomas dos trabalhadores e necessidades individuais foram compreendidas exclusivamente como captura da ideologia burguesa, trazendo atrasos e retrocessos para a destruição do adversário. A massa, e não o indivíduo, é tomada como pedra de toque e unidade de análise da ação revolucionária. Na concepção de Stalin este é, inclusive, o ponto no qual divergem o anarquismo e o comunismo e aquilo que eleva os anarquistas à condição de verdadeiros inimigos da classe operária (STALIN, 1907).

Apontando os efeitos da concepção centralista sobre o Partido Comunista Francês (PCF) Sève (1999) destaca que ela “levou, durante demasiado tempo e pagando um enorme

preço, o PCF a ignorar tantas grandes causas emergentes, do feminismo à ecologia, tantas novas aspirações, da autogestão à libertação sexual, tantas refrescantes formas de ação” (SÈVE, 1999, p. 75). Hardt e Negri (2017) entendem que a força insurgente da multidão em assembleia decorre do reconhecimento, e não da negação, das singularidades dos desejos de cada corpo que a compõe. Gohn (2018) aponta que coletivos ativistas brasileiros recusam a relação instrumental que, segundo eles, caracterizaria as formas organização e participação militantes, para as quais os indivíduos são meros instrumentos usados no trabalho pela causa em disputa. Reverberam aqui também as críticas à participação política representativa, a qual aponta que cidadãos são corpos que perdem seu valor no momento em que depositam seu voto na urna durante as eleições¹⁹.

Seria possível vislumbrar, nas frequentes rugas, cisões, rachas e dissoluções de partidos de esquerda efeitos da escolha da intolerância às diferenças como tática de ação? O quão sustentável é apostar em práticas de engajamento que demandam supressão de vontades, desejo e sonhos individuais? Ignorar contradições importantes em nome da necessidade de manter a unidade da militância é um movimento produtivo?

3.2.2 *Stakhanovshchina*: trabalhar e poupar para revolução

A incompatibilidade existente entre espontaneísmo das massas e necessidade de organização revolucionária se junta à tarefa, fundamental à etapa socialista, de transformar um país predominantemente agrícola e recentemente arrasado pela Primeira Guerra Mundial e por conflitos civis diversos, em uma potência industrial. Elevar significativamente a produção econômica de modo a permitir a ampliação da liberdade e o pleno desenvolvimento das capacidades humanas, era condição necessária e, quando alinhada ao centralismo de governo, avaliada como suficiente para instauração do comunismo. O ano é 1917, nos centros produtivos do mundo capitalista estão sendo implementados os princípios da gestão científica do trabalho propostos por Frederick Winslow Taylor. O percurso que faremos para entender a criação de um taylorismo vermelho foi possível graças ao trabalho de Augustin (2015). Recomendamos a leitura integral do texto, mas nos limitaremos aqui a expor o núcleo argumentativo central, o qual explicita como Lenin, Stalin e o Comitê Central do Partido, motivados pela urgência de reconstruir uma Rússia devastada por guerras, pelo frio e pela fome, puseram a funcionar o *stakhanovshchina*.

¹⁹ Nas cidades do interior do estado do Ceará, no Brasil, durante o dia em que ocorrem as eleições, é comum que os cidadãos perguntem uns aos outros se eles já perderam seu valor – inquirindo com este chiste se eles já votaram ou não.

Para os líderes do Comitê Central não havia contradição entre os ideais de uma sociedade socialista e a premissa taylorista de retirar do trabalhador – e alocar no gerente/supervisor – a competência para planejar e executar o trabalho. Se o aumento da produtividade fosse apropriado pelo aparelho estatal – o qual, nas sociedades socialistas, estaria tomado pela classe trabalhadora – e pudesse servir aos interesses gerais da ditadura proletária – não haveria inconveniente algum fazer isso se valendo daquilo que havia de mais moderno dentro das ciências de administração burguesas²⁰. Particionar, racional e cientificamente, as tarefas para aumentar a eficácia e eficiência da produção, criando uma cisão entre a concepção do trabalho e a execução do mesmo, não soava incompatível com o imperativo marxista de desalienação do proletariado para supressão dos meios privados de produção. Essa compreensão refletia um entendimento, no mínimo questionável, de que modelos de gestão e organização das forças produtivas seriam exteriores, independentes, e relativamente indiferentes, à luta de classe.

É pautado na necessidade de aumentar a intensidade produtiva que Trotski defendia a obrigatoriedade do trabalho a todos os cidadãos russos e a organização desse em termos similares àqueles executados no exército. Para fazer isso, foi posta em operação nas indústrias russas uma racionalidade organizativa que, dentre outros: a) submeteu as atividades dos operários a um controle e vigilância constantes; b) organizou a disposição dos trabalhadores nas fábricas a partir de uma topografia precisa e eficaz; c) utilizou-se dos mais avançados conhecimentos científicos burgueses; d) transformou os sindicatos em agentes disciplinares do regime; e) submeteu tarefas e operários a exames e verificações rigorosos. É fácil vislumbrar neste modelo a presença de um regime de exercício de poder disciplinar sobre a massa de trabalhadores soviéticos, de baixo custo, alta intensidade e grande capilaridade (FOUCAULT, 2005). Tal regime produtivo criaria as condições para suprir a cada um dos cidadãos militantes de acordo com as suas necessidades e produziria as condições materiais adequadas à transição do Socialismo para o Comunismo.

Em 1921, durante o X Congresso do Partido Comunista é aprovada a Nova Política Econômica – NEP²¹, na qual ganha destaque esse modo de organização de trabalho inspirada

²⁰ A paradoxal, e mesmo controversa, apropriação, pelos movimentos de orientação marxistas, de premissas de organização do trabalho próprias do capitalismo é abordada em detalhes no texto “Trabalho, racionalização e emancipação: de Marx ao Marxismo, e a volta” (LUCAS, 2016).

²¹ “A Nova Política Econômica foi um método determinado da construção socialista que se caracterizou pelos seguintes traços fundamentais: posse pelo Estado proletário dos recursos de comando da economia; admissão do capitalismo de maneira limitada, sob o controle do Estado, o qual estava relacionado inevitavelmente com a luta econômica dos componentes socialistas e capitalistas segundo o princípio de ‘quem vencerá a quem’; desenvolvimento do comércio como forma fundamental das relações econômicas entre a indústria socialista e a pequena produção mercantil camponesa; utilização ampla dos estímulos econômicos, das relações monetário-mercantis para desenvolver todos os ramos da economia; industrialização socialista como condição

no taylorismo. A despeito das críticas feitas no artigo “Taylorismo: a escravização do homem pela máquina” (LENIN, 1914), imbuídos do *Zeitgeist* de sua época, Lenin, Stalin e outros membros da *intelligentsia* revolucionária viam na organização científica do trabalho a melhor alternativa disponível para transformar a URSS em uma potência industrial. Aleksei Gastev, fundador e diretor do Instituto Central do Trabalho entre 1920 e 1937, propunha

não somente a aplicação de um taylorismo ortodoxo (estudo dos movimentos do trabalho para aumentar a produtividade, redução do conhecimento operário ao mínimo, ampliação do poder da gerência, transferência do saber para os altos escalões decisórios, comando hierarquizado e vertical), mas também que essas ideias fossem transformadas em política social e abrangessem todos os campos da vida humana, como os estudos, o lazer e mesmo as atividades básicas e essenciais (MIGUEL, 2006, p.39).

Na concepção de Gastev, para produção de um novo homem, o ordenamento da vida cotidiana era tão importante quanto o ordenamento produtivo das fábricas. Os trabalhos de pesquisa por ele desenvolvidos em prol da construção da NOT (*Nauchnaya Organizatsiia Truda* – Organização Científica do Trabalho) criaram condições para difusão de um taylorismo vermelho (AUGUSTIN, 2015). O stakhanovismo (*stakhanovshchina*) foi um movimento surgido entre os trabalhadores, tendo sido difundido pelo Partido que, utilizando-se de premissas tayloristas de particionamento do trabalho, aumento da vigilância sobre o trabalhador e remuneração por item produzido, visava aumentar a produtividade e o esforço de cada operário. Inicialmente ligado à indústria carbonífera e, posteriormente, tendo-se estendido ao transporte e agricultura, a proposta almejava elevar a produtividade geral do trabalho e era uma das ações prioritárias da NEP. Analisando as principais características do movimento, Augustin (2015) interroga: “não seria justamente esse o espírito do stakhanovismo, escolher alguns ‘heróis do trabalho’ para servir de modelo a todos os trabalhadores e convencê-los a intensificar o ritmo de trabalho?” (p.21).

A principal diferença em relação ao taylorismo consiste na realocação do poder decisório nas fábricas dos técnicos burgueses para os stakhanovistas. Contudo, mesmo sendo sujeitos do chão das fábricas, estes trabalhadores de desempenho produtivo excepcional e invejável passaram a assumir as funções de controle semelhantes àquela ocupada pelos gerentes no modelo taylorista. Estando diretamente comandados pelo Partido, os stakhanovistas, além de inspirar os demais operários deviam vigiá-los e puni-los.

Centralismo e Stakhanovismo – respostas necessárias à criação de condições para fazer chegar o comunismo – partilham métodos, objetivos táticos e procedimentos. Eles são

decisiva para criar a base técnico-material do socialismo; mudança gradual e voluntária da pequena produção mercantil para a grande economia socialista mediante a cooperação” Fonte: Dicionário Político dos Arquivos Marxistas da Internet. Disponível em: <https://goo.gl/dlcrEz>. Acessado em 23 de Março de 2019.

elementos cruciais a construção da instituição militância. Através deles a governabilidade disciplinar centralista foi expandida, permitindo que a vanguarda do partido, seus intelectuais e os comprometidos trabalhadores stakhanovistas, organizassem as tarefas a serem executadas pelo “subinformado, subexperiente, subvalorizado, ‘militante de base’” (SÈVE, 1999). Tais diretrizes operacionalizaram um movimento cujo ideal era exterminar as individualidades e singularidades, impondo em seu lugar “somente regularidade, passos uniformes, rostos desprovidos de expressão, de alma, de lirismo, de emoção, mensuráveis não por um grito ou um sorriso, mas por um medidor de pressão, ou de um velocímetro” (BAILES, 1977, p. 378).

A subjetivação militante, no seu apeço ao imobilismo, em seu enrijecimento identitário, na sua relação bélica com o Outro e no quê ressentido, foi produzida em estreita relação com esse regime de poder disciplinar. Regime esse cujos princípios foram usados indistintamente sobre as formas de gestão do estado; sobre a organização das atividades produtivas e também sobre as expressões artísticas voltadas para a população a fim de produzir o homem revolucionário como um perfeito cidadão-militante-soldado apto a defender e expandir a Revolução. Os dirigentes da vanguarda soviética haviam entendido que o pessoal é político, sendo, portanto um alvo importante a ser governado. Os ativistas brasileiros, desde 2013, têm tentado lembrar aos militantes de esquerda que a política precisa ser pessoal. Apontar a força dessa experiência revolucionária inaugural sobre os nossos modos de ser militantes hoje é nos alinhar aos jovens ativistas para sustentar que a mudança social virá da aposta nas singularidades e não da sua supressão dessas.

3.2.3 Zhdanovshchina: engenharia para almas humanas

Apresentando analiticamente horizontes utópicos da militância e dos militantes, Valverde (1986), afirma:

Seu projeto inclui um ideal de negação dos valores dominantes, pelo qual ela seria um instrumento de transmutação de determinados valores. Especialmente aqueles da moral ou da “ideologia” dominantes, aos quais oporia um ideal de justiça defendido com os critérios e as armas “científicas” e fundado, em última instância, numa crença romântica nas categorias da razão (p.63).

Enquanto avançávamos pela seção “ordenando vontades”, fomos explicitando a crença dos líderes soviéticos na razão científica como guia condutora do progresso que levaria ao Comunismo. Os dirigentes do Partido estavam completamente tomados pelos ideais e avanços técnico-científicos da época. Trotsky não hesitava em afirmar: “A fé somente prometia mover montanhas. A técnica, que nada admite pela fé, pode realmente derrubá-las e movê-las. (...) O homem irá se ocupar com o novo inventário de rios e montanhas. Corrigirá séria e

repetidamente a natureza. Remodelará eventualmente a face da Terra, a seu gosto” (TROTSKI, 2007, p. 176). Já na subseção “trabalhando para a Revolução” vimos como um reflexo da crença em tais ideais se materializou em um rígido regime de exercício de poder disciplinar sobre o corpo de trabalhadores da URSS. Tal regime aumentaria objetivamente a produtividade econômica e criaria condições para uma produção subjetiva serializada. Detalharemos a seguir como o centralismo de governo e o imperativo de construção da hegemonia cultural incidiram sobre o campo das artes e foram postos a serviço da produção do novo homem²².

No período compreendido entre 1900 e 1930, coexistiam na Rússia diversos movimentos artísticos regidos por valores estéticos diversos e dotados de pretensões distintas. Ainda que a população rural russa fosse predominantemente analfabeta – tendo se alfabetizado à medida que ingressava no exército ou na indústria – a literatura russa “dava continuidade a um repertório suntuoso de antigas tradições e realizações, mesmo quando se integrava aos grandes movimentos modernistas europeus: simbolismo, futurismo, imagismo, surrealismo, construtivismo” (KEACH, 2007, p. 11). Em 1905, escrevendo sobre a literatura do partido, Lenin a apresenta como uma ferramenta poderosa para contrapor os hábitos e costumes burgueses e também como contraponto às ideias difundidas pela imprensa burguesa. “A atividade literária deve tornar-se uma parte do trabalho partidário social-democrata organizado, planejado, unificado” (LENIN, 1905, s/n). Tal intenção reverbera na conferência de abertura proferida por Andrei Alexandrovitch Zdanov durante o I Congresso dos Escritores Soviéticos, realizado em 1934, o qual fixará os alicerces oficiais sobre os quais devem ser erigidas as expressões artísticas revolucionárias.

A tarefa prescrita durante este discurso aos literatos era a da erradicação de toda influência exercida pela cultura burguesa sobre o proletariado. A proposta de Zdanov concebia todas as formas de arte como instrumentos de educação e difusão dos ideais do Partido; ele via na produção artística uma ferramenta formadora da consciência do proletariado, de extinção dos individualismos, das frivolidades e de qualquer outra preocupação burguesa. Ao apresentar o que seria a tarefa dos “engenheiros da alma humana”, ele sintetiza as diretrizes do realismo socialista, também conhecido como *zhdanovshchina* (zdanovismo):

²² Extrapola o escopo deste texto abordar as múltiplas expressões artísticas existentes, as diversas formas de relação entre elas e o modo como elas se posicionaram em relação ao regime que estava se estabelecendo. O trabalho de Jáder Diniz Miguel (MIGUEL, 2006, 2005) explora as relações entre arte, ensino, utopia e revolução e pode ser um ponto de partida interessante para um estudo a este respeito.

Em primeiro lugar, isso significa conhecer a vida de tal forma, de modo a ser capaz de representá-la verdadeiramente em uma forma artística, não a representar de forma morta, escolástica, não simplesmente a representar em sua realidade objetiva, mas ser capaz de representá-la em seu desenvolvimento revolucionário. Além disso, honestidade e veracidade histórica devem ser combinados com reconstrução ideológica e educacional da classe trabalhadora (ZDANOV, 1934, s/n).

Uma forte marca propagandística e instrutiva – correlata da interpretação stalinista do marxismo sobre a função da arte em um contexto revolucionário (EGBERT, 1973), alinhada a uma estética realista de fácil assimilação pelo proletariado artisticamente desinstruído e acrescida de um tom heróico enaltecendo os feitos já alcançados, eis as cores e tons ditados pelo realismo socialista. Tais orientações caracterizarão a produção de grandes painéis e cartazes – de valor artístico questionável – mas que exaltam a força de Stalin e o caráter correto e necessário de todas as ações tomadas pelo Partido. Miguel (2006) avalia essas diretrizes como

uma “jaula”, na qual todos os artistas devem estar inseridos e, ao mesmo tempo, a agirem de acordo com as normas pré-estabelecidas. Ele não só dá a ideologia, como também o método de praticar essa ideologia. A configuração do sistema passa por organizar a tudo e a todos de forma a não haver diferenças ou desvios (que podemos chamar de totalitarismo), sob o controle direto e pesado do Partido, através dos organismos de Estado (ministérios, associações, federações, sindicatos) (p.110-112).

O efeito esperado do realismo socialista era apontar na realidade do tempo presente o heroísmo capaz de fazer florescer as altas qualidades morais necessárias à marcha dos cidadãos-soldados-militantes rumo ao futuro revolucionário. Sob o crivo avaliativo deste referencial, qualquer expressão individual, pessoal, marca de lirismo poético ou abordagem de fundo sentimental era avaliada como algo mesquinho, pequeno burguês e comprometedor do sucesso da Revolução. Em uma publicação de 1949, Zdanov reafirma a função criada para a arte.

Apontando os melhores sentimentos e qualidades do homem soviético, revelando-lhe seu futuro, devemos ao mesmo tempo mostrar ao nosso povo aquilo que ele não deve ser, devemos fustigar as remanescências do passado, as remanescências que impedem o homem soviético de marchar para frente. Os escritores soviéticos devem ajudar o povo, o Estado, o Partido a educar nossa juventude corajosa e confiante em suas forças, sem temer quaisquer dificuldades (ZDANOV, 1949, s/n).

O artista Vladimir Lagrange refere-se com pesar aos efeitos desta instrução artística sobre o cotidiano: “Pensavam por nós, privavam-nos de qualquer autonomia, era tudo familiar, cada um fazia seu trabalho. Antolhos, criados pela liderança do partido, não nos permitiam pensar sobre o que poderia ser diferente. (...) Lembro-me quais palavras faziam parte da nossa vida cotidiana: Stalin, a queda dos preços – a qual todos esperavam – querosene, abrigo antiaéreo, lenha, burgueses, patins, ‘perseguido’, tinta-lápis, jornal Pravda,

fila” (LAGRANGE, 2015, s/n). Não houve adesão total da classe artística soviética a tal proposta, tendo a resistência sido política e militarmente perseguida (MIGUEL, 2006). Aqueles que não aderiram foram acusados de incompreensão das necessidades do Povo soviético e de traição dos ideais Revolucionários.

A estética das manifestações em curso desde 2013 tem valorizado performances com forte caráter emocional. Manifestações de cunho pessoal usando música e dança como forma de protesto têm reconhecido a dimensão política da expressão artística das singularidades dos sujeitos (ALONSO & MISCHÉ, 2017). Essas contrastam com a estética de apagamento e homogeneização militar que marcam muitas marchas militantes. Usando a alegria decorrente da expressão artística como fonte de força para luta, os jovens ativistas nos lembram da recomendação de Foucault, feita na introdução ao *Anti-Édipo* de Gilles Deleuze e Félix Guattari, de que não precisamos ser tristes para ser militantes mesmo quando aquilo contra o que lutamos é abominável.

3.3 Reverberações

Revisando as versões correntes dos acontecimentos de Outubro de 1917 na Rússia em busca de pistas que possibilitem pensar a ideia de Socialismo no cenário contemporâneo Reis (2017) demonstra como as características sociodemográficas rurais que justificaram a proposição do modelo stakhanovista, bem como a incipiência dos valores democráticos na sociedade russa pós czaristas, formaram um terreno propício para o desenvolvimento de um projeto de socialismo que não é apenas real, mas que se aproximou da governabilidade nazifascista que ainda hoje assombra o mundo ocidental. Lopes (2010) destacando as características que esse socialismo stalinista reinterpretou, ou mesmo subverteu, ideias marxistas, informa que

Todo esse processo de concentração do poder, no Partido e no Estado Soviético, se desdobraria em um processo de centralização também no interior da III Internacional. Iniciada com o chamado processo de bolchevização, essa centralização adquiriria no período stalinista a sua forma mais elevada, mais concentrada. Isto é, os outros partidos comunistas passariam a ter uma relação estritamente subordinada às diretrizes da direção do PCUS [Partido Comunista da União Soviética] incorporando esta codificação do marxismo como sendo a ciência do marxismo (LOPES, 2010, p 177).

Esta bolchevização exerceu forte e duradoura influência na construção das posições de esquerda ao longo do século XX. É através dela que tais ideais vão se consolidando no Brasil (Valverde, 1988) principalmente através do Partido Comunista Brasileiro. Fundado em 1922 e hegemônico enquanto ente de esquerda na cena nacional até 1960, o Partidão seria referência

a ser seguida, reorganizada, abandonada ou destituída, no momento em que, no final dos anos sessenta do século vinte, iniciou-se o processo de fragmentação que criará o campo da esquerda brasileira²³.

Enquanto analisa relações estabelecidas entre as diversas correntes de esquerda no Brasil e a ideia de democracia no período entre 1974 e 1982, Lopes (2010) sublinha que a luta contra a ditadura, a crítica ao capitalismo e ao imperialismo, o desenvolvimento de projetos nacionalistas-desenvolvimentistas valorizando a indústria e o capital nacional eram pontos comuns entre as diversas facções. A autora destaca ainda como convergência importante da cultura política desses grupos de esquerda: a) forte influência stalinista; b) valorização dos ideais democráticos e participativos como algo instrumental e de menor valor frente a necessidade da Revolução²⁴ e c) tendência a centralização e hierarquização de todos os processos refletindo uma visão infantilizada das massas e priorizando uma atuação do tipo vanguardista. A proposta de manifesto, através da qual o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU apresentou seus pré-candidatos à corrida eleitoral brasileira de 2018, expressa com bastante intensidade a força com que essas tendências ainda se fazem presentes entre nós. Nas sessões iniciais o texto afirma:

As eleições não vão mudar a vida. Só uma revolução socialista, que liberte o país da dominação do imperialismo e ponha fim à grande propriedade capitalista, pode mudar o Brasil e a vida do nosso povo. Esse é o único caminho que pode nos libertar deste cativeiro social (PSTU, 2018)

A análise de Daniel Aarão Reis Filho (1990) em “A revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil” explicita que as crenças, valores e ideias presentes por aqui não eram muito distintas daquelas que moviam as terras russas, posto que os nossos comunistas também estavam convencidos de representarem os melhores anseios do proletariado e, se fosse necessário, poderiam, com suas virtudes revolucionárias, tutelar política e ideologicamente a sociedade como um todo. Os comunistas se autoproclamaram vanguardas políticas, estados-maiores, possuidores de um projeto histórico e de princípios que lhes deram a legitimidade de lutar para tomar de assalto o poder.

²³ Escapa às pretensões deste texto acompanhar o longo, intenso e multifacetado processo de especificação das esquerdas no Brasil. Trabalhamos a abordagem do que nele supomos essencial para compreensão das relações entre fatos na Rússia e a realidade nacional, com base nas análises feitas por Lopes (2010) em seu delicado estudo sobre a formação das esquerdas comunistas no Brasil e o estudo de Costa (2009), no qual a autora busca compreender os efeitos do colapso do socialismo soviético sobre o socialismo petista, sobre os comunismos do PCB e do PC do B e sobre o socialismo trabalhista do PDT.

²⁴ A relação das tendências de esquerda com o ideário democrático vai mudar sensivelmente ao longo dos anos setenta do século vinte. No capítulo dois, seção intitulada “Começar de novo: democracia em discussão (1974-1978)” Lopes (2010) trabalha essas mudanças. A leitura é relevante para aqueles interessados em compreender a relação aguerrida com a democracia que muitos daqueles que se dizem à esquerda têm.

É mister apontar que no momento de reconstrução e rearticulação das tendências socialistas e comunistas no Brasil, ocorrido a partir de 1974 sob o luto do fracasso da luta armada, há o reconhecimento de que o excesso de vanguardismo, ou seja, o distanciamento entre os militantes revolucionários e aqueles de quem anseios os militantes afirmavam representar, foi um dos principais engodos e causas do insucesso das ações desenvolvidas. É inegável que essa autoanálise foi fundamental para aproximar parte dessas tendências comunistas dos diversos movimentos sociais de origem popular, urbana e rural surgidos sobretudo a partir de 1977. Há de se destacar também que esta crítica esteve muito presente na origem do movimento urbano que fundaria o Partido dos Trabalhadores (LOPES, 2010). Entretanto, desembaraçar-se de um ideal não é tarefa simples e, algumas ideias seguem presentes na rigidez militarizada e na moralidade de guerra comuns em tantos meios militantes.

Considerando as críticas sobre rigidez, hierarquização e instrumentalização que os movimentos sociais juvenis no Brasil contemporâneo tecem insistentemente às formas mais tradicionais de atuação política de partidos, sindicatos, diretórios estudantis e afins, faz sentido recolocar a pergunta: no referido e relativamente recente pretérito momento histórico no qual se reconheceu a necessidade de autoanálise, o quão capaz foi a “esquerda política” brasileira de tecer críticas honestas sobre si mesma para minorar a influência dos princípios do centralismo stalinista na forma como altruístas das mais diversas causas estabelecem relações com aqueles em nome de quem afirmam lutar?

3.4 O avesso do avesso

O caminho traçado até aqui investigou e articulou o conjunto de ações, procedimentos, discursividades e táticas exercidas em maior escala, com maior intensidade e que, por isso, exerceram maior influência na consolidação da militância enquanto instituição e do modo de subjetivação a ela correlato. *Demokraticheskiy tsentralizm, stakhanovshchina e zhdanovshchina* foram elementos cruciais naquele cenário para a solução do problema da organização das massas, o aumento da produção e a criação de um exército revolucionário disposto a fazer chegar o Comunismo. Nesta seção abordaremos as resistências e oposições a esse arranjo majoritário do exercício de poder. Ao fazer isso, além de manter nossa coerência com a tarefa institucionalista e arqueológica (FOUCAULT, 1989), desenhamos melhor o mapa das forças em disputa, destacando posições “derrotadas” no conflito pela modelagem do homem revolucionário. Reconhecemos nesse olhar atento para a dimensão instituinte uma

artimanha metodológica que nos permite vislumbrar lampejos de possibilidades não atualizadas que podem apontar caminhos para a reinvenção de nós mesmos.

Em meio às negociações que findaram com a assinatura em março de 1918, do Tratado de Brest-Litovsk, o qual marcaria a saída da Rússia da I Guerra Mundial, formou-se um grupo antipartidário autodenominado ‘Comunistas de Esquerda’. Os integrantes deste coletivo “pronunciavam-se contra a introdução da direção unipessoal e da disciplina de trabalho, bem como contra a utilização de especialistas burgueses na indústria”²⁵. O grupo atuava na clandestinidade e seus membros foram perseguidos e rechaçados pelo Comitê Central do Partido. Rosa Luxemburgo (1991), pensadora polaco-alemã cujas ideias influenciaram as propostas do comunismo de esquerda, em texto produzido em 1918, antevia os efeitos deletérios do centralismo autocrático stalinista sobre a organização política

Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem livre enfrentamento de opiniões, a vida se estiola em qualquer instituição pública, torna-se uma vida aparente na qual a burocracia subsiste como o único elemento ativo. A vida pública adormece progressivamente, algumas dúzias de chefes, partidários de uma inesgotável energia e de um idealismo sem limites, dirigem e governam; entre eles a direção é assegurada, na realidade, por uma dúzia de espíritos superiores e a elite do operariado é convocada de tempos em tempos para reuniões com o fim de aplaudir os discursos dos chefes e de votar unanimemente as resoluções propostas: é pois, no fundo, um clique que governa – trata-se de uma ditadura, é verdade, não a ditadura do proletariado, mas a ditadura de um punhado de políticos, isto é, uma ditadura no sentido puramente burguês, no sentido da dominação jacobina (LUXEMBURGO, 1991, p.68).

Em respostas às críticas contra ações tomadas pelo Partido, Lenin escreve “O esquerdismo: doença infantil do Comunismo” (LENIN, 1920a), ao qual Herman Gorter opôs-se veementemente no panfleto “Carta Aberta ao Camarada Lenin” (GORTER, 1920). Neste texto, Gorter pontua reiteradas vezes: o desconhecimento de Lenin sobre as especificidades do movimento proletário fora da Rússia; a inadequação de transpor as táticas desenvolvidas no contexto Russo para o cenário europeu e a violência presente na forma como os líderes soviéticos se relacionavam com o povo.

Nós ainda estamos procurando os líderes corretos, aqueles que não tentem dominar as massas, aqueles que não as traiam; enquanto não encontrarmos esses líderes, nós desejamos fazer tudo partindo das bases e através da ditadura das massas por elas mesmas. Se eu estiver escalando uma montanha com o auxílio de um guia e ele me conduzir para um abismo, eu preferirei continuar sem ele. Tão logo achemos os líderes certos, pararemos as buscas. Assim massas e lideranças poderão, de fato, ser efetivamente um só corpo. Isso, e nada diferente disso, são o que os comunistas de esquerda alemães e ingleses, o que nós mesmos, entendemos por tais palavras (GORTER, 1920 S/N).

²⁵ Fonte: Dicionário Político dos Arquivos Marxistas da Internet. Disponível em <https://goo.gl/sbhw1R> Acessado em 23 de Março de 2019.

Na carta que escreve em dezembro de 1922, ao XIII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, considerada por muitos seu testamento político, o próprio Lenin expressou preocupação sobre traços de personalidade de Stalin e o modo como este conduzia o regime: “Stalin é brusco demais, e este defeito, plenamente tolerável em nosso meio e entre nós, os comunistas, se coloca intolerável no cargo de Secretário-Geral” (LENIN, 1922, S/N). As informações divulgadas no discurso de Nikita Khrushchov (KHRUSCHOV, 1956) ao vigésimo congresso do Partido Comunista ofereceram evidências de que as questões levantadas por Gorter e Rosa não eram tolices e adquiriram importância decisiva para o próprio regime. A análise de Safatle (2016) ao apontar que “o que mais destruiu certa esquerda e seu corpo foi seu dirigismo, seja explícito, através das decisões opacas da cúpula de suas instâncias dirigentes, ou implícito, através das práticas assembleístas que apenas gerem o esvaziamento produzido como estratégia de construção de hegemonia” (p. 22-23) indica a pertinência da análise da filósofa marxista e nos lembra da importância de atentar para a persistência de certas ideias e práticas em nós.

A crítica ao stakhanovismo foi feita prioritariamente pela Oposição Operária, a qual, alegando que negar o controle das fábricas aos trabalhadores era negar o próprio comunismo, reivindicava a implementação de gestão coletiva das fábricas e preservação da autonomia dos sindicatos em relação ao Partido. A Oposição de Esquerda, liderada por Trotski era solidária ao movimento e apontava esse aspecto como um dos limites importantes da Nova Política Econômica. O tratamento dado pelo Comitê Central a esta reivindicação foi valer-se da resolução, aprovada no X Congresso do Partido Comunista, que proibia a existência de facções dentro do Partido, e expulsar Trotski e outros simpatizantes desse movimento. Augustin (2015) destaca que, nas análises históricas feitas sobre o período, as reivindicações da Oposição Operária são vistas como quixotescas. O autor contrapõe a esta visão um argumento bastante interessante, a saber: a Oposição cumpria um papel importante ao lembrar os bolcheviques de suas antigas promessas de entregar todo poder ao proletariado. “Em um momento em que a URSS já estava mostrando seu caminho de burocratização, eram poucos os dirigentes do partido que apontavam os problemas, mesmo que as soluções apresentadas tivessem problema” (AUGUSTIN, 2015, p. 18).

Analisando o contexto artístico anterior à consolidação do realismo socialista, Miguel (2006) destaca o seguinte campo de tensão:

Os vanguardistas buscavam o engajamento, mas não eram alinhados à visão do partido e não buscavam adequar sua produção artística ao gosto reinante do momento. Por outro lado, os artistas que buscavam se aproximar da visão do partido

acabaram por ajudar a derrotar os vanguardistas, ao se lançarem em uma luta tanto estético-artística quanto ideológica contra os vanguardistas (p. 106).

O intento de dirigir a força iconoclasta e renovadora dos movimentos de vanguarda cultural na Rússia para a formação do homem revolucionário fez com que o Comitê Central desencadeasse uma verdadeira inquisição em busca aos artistas dissidentes. Depois de 1930, foram intensas as perseguições aos considerados esquerdistas e, por isso, contrarrevolucionários, os quais foram mandados para as prisões, para os GULAGs (sigla russa para Administração Principal dos Campos Correcionais de Trabalho, Lugares de Trabalho, e Locais de Detenção) ou tiveram suas condições de trabalho ceifadas pela força do partido. Zdanov caracteriza os movimentos de resistência à arte oficial como corruptos, vazios de ideias e vulgares (ZDANOV, 1949).

Se de dentro da URSS era muito perigoso sustentar publicamente o questionamento em relação à forma pragmática e instrumental como o Partido vinha tratando a questão da Arte, esta tarefa foi encampada por aqueles que estavam fora dos limites governamentais de Stalin. Diego Rivera e André Breton publicaram um manifesto chamado “Por Uma Arte Revolucionária Independente” (RIVERA; BRETON, 1938) no qual comparam as ações de Josef Stalin às de Benito Mussolini e Adolf Hitler, denunciam o abuso presente no realismo socialista de pautar os temas sobre o qual deve tratar a arte e almejam “encontrar um terreno para reunir todos os defensores revolucionários da arte para servir à revolução pelos métodos da arte e defender a própria liberdade da arte contra os usurpadores da revolução” (RIVERA; BRETON, 1938). Os camaradas não se furtam de propor, com uma ironia ácida e humor que lhe são característicos, um caminho de unificação para divergências que se arrastam até os dias de hoje: “os marxistas podem caminhar aqui de mãos dadas com os anarquistas, com a condição que uns e outros rompam implacavelmente com o espírito policial reacionário, quer seja representado por Josef Stálin ou por seu vassalo Garcia Oliver” (RIVERA; BRETON, 1938, s/n).

À luz de todas essas ponderações, indagamos: se na Rússia czarista, e mesmo pós-czarista, foi preciso articular um dispositivo forte, apto para agir com violência, a fim de realizar uma tomada do Estado e depois governá-lo com mãos de ferro, seria mesmo isso que precisamos hoje? Diretórios, centrais sindicais e afins devem ser mantidos como modelos preferenciais para organização da ação coletiva? Disciplina, rigor, controle e militarismo ainda devem ser usados como guias estruturantes das nossas formas de agir?

A desconfiança de que é alvo o Partido dos Trabalhadores, depois de quatorze anos comandando a máquina estatal brasileira, não cria o momento propício para a interrogação do

quanto ainda devemos amparar nossa leitura de cenário prioritariamente nos conceitos, métodos, ideias e instituições derivadas da ciência marxista? A crise político-institucional vigente no Brasil desde 2014 não pode ser usada por aqueles que se dizem “à esquerda” para autoanálise, reinvenção e renovação? Não seria chegada a hora de a esquerda brasileira superar a sua tradição “centralista, dirigista, hegemônica, hierárquica” (SAFATLE, 2016a) e caminhar rumo a proposições que permitam (re)encantar o concreto?

3.5 Intenções

A trajetória efetuada por entre textos, ações e práticas daqueles que conduziram a etapa socialista do processo revolucionário soviético é tributária da recomendação de “compatibilizar o esforço minucioso e disciplinado de leitura com a certeza daqueles que sabem que só se enxerga uma obra à distância” (SAFATLE, 2007, p. 7). O uso desse trajeto para investigação da problemática dos modos de subjetivação militante foi guiado pela pergunta, de inspiração nietzsche-deleuzeana, sobre quais regimes de força produzem e dão sustentação a determinadas formas de vida. Com isso mostramos o regime de poder disciplinar arquitetado para fazer do homem soviético um corpo disponível para desempenhar indistintamente as funções de cidadão comprometido, militante engajado e soldado Revolucionário.

Ao longo do caminho explicitamos tanto as razões de Estado que justificam a criação da estratégia militante, quanto a relevância atribuída ao regime de produção de subjetividade dela decorrente para o sucesso da Revolução. Fizemos isso para explicitar ressonâncias desse regime na forma como muitos militantes sentem, pensam e agem nos dias atuais. Com isso esperamos ter fornecido elementos de sustentação para a afirmação de que “fé, hierarquia e disciplina constituem a tríade explicativa deste militante total, engajado de maneira organizada e devota na transformação da sociedade” (MACEDO; SILVA 2009, p. 379).

Sublinhar as relações entre a estratégia e os modos de subjetivação possibilitou construir uma análise que, transcendendo o momento sócio-histórico no qual essas ações foram criadas e executadas, permite ponderar sobre como as limitações já existentes nas experiências passadas se expressam no tempo presente. Através desse recurso foi possível explicitar que as práticas militantes à esquerda, usadas para promover libertação, inovação, progresso e transformação, carregam o risco de atualizar mecanismos de assujeitamento dos corpos e tentativas de serialização das subjetividades.

As tentativas de renovar as formas de participação social no Brasil estão relacionadas ao anseio das novas gerações de experimentar novas formas de subjetivação dentro do

contexto de participação política (GOHN, 2018), sendo assim, o desejo dos jovens ativistas de se reinventarem enquanto participam da cena política nacional torna necessário a reconstrução das estratégias usadas para se agir em conjunto, e, portanto, a insistência com que muitos coletivos se recusam a ser identificados como militantes e preferem a alcunha de ativistas para nomear a si mesmo e às suas ações é um ato político necessário.

Os fatos analisados fundamentam a tese de que a militância foi forjada como uma estratégia Antagonista para revolucionar as pessoas e as instituições existentes no Presente com vistas a alcançar no Futuro o projeto utópico pelo qual se luta. Executada através de arranjos organizativos centralizados, ela assume a estruturação de um regime disciplinar e o aumento da obediência dos participantes aos líderes fortes como condições para o sucesso e continuidade da ação coletiva revolucionária. Tal tese além de explicar parte do apreço pelas formas militarizadas de agir daqueles identificados com valores da esquerda, lança luz sobre o uso corrente da palavra militância por sujeitos identificados com o campo da direita política e aponta para novos objetos de investigação.

A deputada Joice Hasselmann empregou a expressão insistentemente em seus vídeos durante a campanha eleitoral de 2018. Olavo de Carvalho, considerado por muitos o líder intelectual da direita brasileira contemporânea, terminou sua participação no encontro da Cúpula Conservadora das Américas, destacando o papel fundamental a ser desempenhado pela militância para sustentação do governo de Jair Bolsonaro. Torna-se, então, tentador supor que militantes de direita e esquerda militam por projetos de país distintos e o fazem usando formas de ação semelhantes, as quais colaboram bastante para a polarização política que assola o cotidiano nacional nos dias atuais. Tendo em vista as limitações da investigação realizada, essas ideias são apresentadas como hipóteses a serem investigada e não como conclusões.

Reconhecer os sentidos de guerra e o imperativo bélico presente nessa estratégia, em um momento em que ela parece ser usada ambidestramente no espectro político nacional, pode ajudar os diversos atores do campo progressista a pensar alternativas com, contra e para além das respostas automáticas que têm nos movido nesses tempos de *fake news* e redes sociais. Afrontar as limitações presentes na estratégia militante demanda aceitar que ela coube àquela época e reconhecer os ganhos sem exaltação e as perdas sem melindres. Esse trabalho examinou a origem de forças que se mantiveram de lá até aqui, dando continuidade a determinadas tradições, as quais têm ocasionado consequências indesejáveis às tentativas de mudança das normas sociais através das quais nos produzimos. Compreender efeitos punitivos e restritivos decorrentes de nossas ações mais libertárias e atentar para as armadilhas

presentes em nossas melhores intenções configura-se, na aurora do século XXI, como tarefa absolutamente necessária pois “vemo-nos, por não poucas vezes, do lugar de militantes ‘de esquerda’, reproduzindo aquilo mesmo que queremos combater” (SOUZA, 2016, p 09).

Para aqueles que se inquietam com os rumos da esquerda no Brasil e no mundo, é imprescindível estar avisados de que os processos de subjetivação militante tendem a reforçar e valorizar repetições, bem como a homogeneizar singularidades. Esse arranjo de forças tende a fomentar: a) a compreensão de autocrítica como risco; b) a construção de inimigos e não de adversários; c) a interpretação de mudanças como ataques e de permanência como resistência. Olhar para uma experiência inaugural em nossa história e perceber os riscos presentes em ideias que nos são tão caras é condição fundamental para nos reinventarmos nesse momento em que “a esquerda (...) [já] não sabe quem é” (BRUN, 2018).

4 Autonomia, conexão e redes: princípios para a (in) ação ativista²⁶

Alonso e Mische (2017) tratam os levantes de 2013 como “abertura de um largo ciclo de protestos, formado a partir de distintos atores, preocupações, processos e resultados distintos que mudaram rapidamente ao longo do tempo, desenvolvendo-se de formas muito diferente” (p. 145). O texto do Movimento Passe Livre São Paulo que integrou a coletânea Cidades Rebeldes (MPL, 2013) antecipa aquilo que aconteceria nos anos seguintes na cena pública brasileira: não começou em Salvador e não vai terminar em São Paulo.

Esse ensaio explora similaridades e continuidades entre as jornadas de junho de 2013, a primavera secundarista de 2015²⁷ e o uso amplo das ocupações como tática de protesto ocorridas em 2016 para, assim, construir o argumento de que o termo ativismo, usado pelos atores nesses momentos (e definido como uma metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir/interferir nas normas sociais vigentes) é um elemento crucial para compreensão das mudanças em curso nas formas de manifestações e protesto no Brasil. Entender as características distintivas da dimensão estratégica dessa metodologia permitirá ponderar sobre as consequências dessas para os modos de subjetivação daqueles que insistem em se dizer ativistas.

Em Outubro de 2018, os candidatos ao cargo máximo do poder executivo nacional brasileiro veiculavam discursos meticulosamente criados para convencer o eleitorado de que ele, ou ela, seria o líder forte, carismático e redentor capaz de fazer o Brasil feliz de novo; de retomar o caminho da prosperidade, de guiar o povo de forma ética, justa e sustentável; de converter indignação em solidariedade e produzir esperança; de criar um pacto em prol da confiança; de implementar as diretrizes que retomariam o desenvolvimento; de mudar sem medo, ou mesmo de aumentar oportunidades e diminuir privilégios²⁸. Aqueles que ansiavam comandar o Palácio do Planalto pavoneavam competências, projetando futuros reconfortantes para 2019. Ao contrário desses, em Novembro de 2015 ativistas brasileiros desafiaram as restrições do presente e criaram uma zona do futuro. Por terem habitado essa zona puderam interrogar suas próprias crenças, seus valores e organizar momentaneamente suas vidas

²⁶ Parte da discussão apresentada aqui encontra-se em avaliação pela Revista Psicologia em Estudo (Maringá) desde o dia 04/10/2019.

²⁷ Jornadas de Junho de 2013 é o nome genérico dado ao conjunto de protestos desencadeados pelo Movimento Passe Livre e que se converteram em um conjunto de manifestações diversas, com pautas distintas, espalhadas por diversas cidades Brasileiras. Primavera secundarista foi o nome dado aos protestos de estudantes secundaristas no Estado de São Paulo contra a proposta de reestruturação das ofertas de ensino médio.

²⁸ A sequência de frases foi livremente inspirada nos títulos dos planos de governo dos principais candidatos ao cargo de presidente da república. As informações foram colhidas junto ao portal NEXO, na matéria “Programas de governo: no que é preciso prestar atenção”, publicada em 10 de Agosto de 2018, disponível em <https://goo.gl/shCY5M> e acessada em 17 de Setembro de 2018.

através de normatividades que apostam adequadas para produzir outro mundo possível aqui e agora.

Nem junho de 2013, nem novembro de 2015, são maio de 1968. Mesmo assim, foi visível nos atos dos estudantes brasileiros e franceses a força iconoclasta de quem não pretende ceder ao próprio desejo e se recusa a abdicar das manhãs de hoje em nome das memórias dos dias que virão. Assim como a utopia produzida em Maio, as utopias de Junho e Novembro também ousaram aproximar política, educação, economia e cultura. Assim como os efeitos de Maio, os efeitos de Junho e Novembro estão a reverberar na reinvenção das práticas políticas desencantadas, das atividades burocráticas improdutivas e mesmo das metodologias militarizadas de disparar e organizar as ações coletivas. Assim como aprendemos com Maio, Junho e Novembro também ensinaram que a invenção do cotidiano é fruto de um embate de forças singulares diversas que fazem da história do agora o museu das grandes novidades e que os meios usados para produzir as mudanças são tão importantes quanto os fins que se almeja alcançar.

Diante da insistência na literatura analisando os acontecimentos de junho e de novembro sob a preponderância do ideário anarquista como fonte inspiradora das mudanças em curso nas formas de apresentação da ação coletiva no Brasil (ALONSO, MISCHÉ, 2017; NAVARRO, BRASILINO, 2015; SARAIVA, 2014), e objetivando construir uma argumentação paralela àquela feita em relação a subjetivação militante, formulamos a hipótese de que a dimensão estratégica da metodologia e da subjetivação ativista estariam ancoradas: no Federalismo Anarquista; na organização produtiva guiada pelo ideário do Cooperativismo Solidário e no modo de produção artística do movimento Surrealista.

A continuidade das investigações, o contato com os paradigmas dos estudos decoloniais e o reconhecimento de que correntes de pensamento como a Teologia da Libertação (SOFIATI, 2013) e a proposta pedagógica de Paulo Freire (DULLO, 2014) foram estruturadas com princípios semelhantes aos que identificávamos no anarquismo, demandaram um ajuste dessa hipótese. Optamos por construir nossa análise através da identificação de princípios presentes nas ações dos jovens ativistas brasileiros, sem necessariamente creditar a autoria exclusiva delas a nenhuma cultura política específica. Reconhecemos que em tais princípios ressoam influências diversas, as quais valorizam: ampliação da autonomia dos atores, adoção de modelos organizativos em rede e o uso intenso das tecnologias de comunicação e informação.

O texto está estruturado em três sessões. Na primeira esclarecemos a organização metodológica usada por nós para estudar o assunto. Na segunda, apresentamos e debatemos os

princípios atualizados nas ações ativistas para explicitar os traços distintivos dessa estratégia de ação coletiva. Na terceira, sintetizamos o debate feito, reafirmamos nossa aposta na necessidade de ampliar os conceitos e as ferramentas usadas para compreensão das mudanças em curso nas formas de agir em conjunto para produzir o futuro.

4.1 Rascunhos metodológicos

A ousadia de tomar o presente como objeto de estudo atende às provocações foucaultianas. Em seu modo insurgente de pesquisar, Michel Foucault desafia os cientistas sociais a compreenderem o tempo em que vivemos, a fim de buscar nele as linhas para reinvenção daquilo que somos. Tal intentona encontra guarida nas formulações da historiografia francesa, que entende este campo de trabalho como “o último golpe numa concepção historiográfica sedimentada na ideia de imparcialidade, pura objetividade, narrativa distanciada; ou seja, na crença ‘positivista’ de uma história isenta de subjetividade” (ARAÚJO, 2002, p. 345). Essa corrente historiográfica concebe a proximidade com o objeto de estudo e o fato deste estar inserido no universo ideológico cultural do pesquisador, não como entraves à produção de saber, mas como elementos que ampliam a compreensão desse objeto. O imperativo do distanciamento dá lugar ao rigor com que são tratadas as questões com as quais o historiador está comprometido, ao reconhecimento de que ele também é constituído por tais questões e a compreensão de que se separar completamente delas é improdutivo.

Conforme reconhecido por Lemos e Cunha Júnior (2018), a velocidade com que as ações coletivas contemporâneas se espalham e o caráter descentralizado das ações articuladas através das redes, desafiam os pesquisadores a ampliar as formas de coleta e organização de dados. Contornamos esse desafio: a) sistematizando produtos diversos criados e espalhados pelos participantes dos protestos através das redes sociais; b) organizando relatos em vídeos feitos por jornalistas, cineastas e demais apoiadores dos protestos; c) agrupando as análises acadêmicas feitas por pesquisadores que dedicaram seu tempo a análises dos acontecidos. Uma vez organizados e catalogados, tais materiais foram submetendo-os a ciclos consecutivos de análise e triangulação de informações com vistas a aumento a consistência das conclusões obtidas. Respondendo a provocação de Brinkmann (2014) realizamos essa pesquisa “sem dados”.

Orientado por uma epistemologia pragmatista, Brinkmann (2012) compreende que as questões, inquietações e momentos ordinários nos quais os sujeitos são postos a questionar as certezas com que observam o seu cotidiano, são aqueles nos quais está posto maior potencial

de produção de conhecimento. Decorre disso que “as formas mais objetivas de pesquisa qualitativa são aquelas cujo desenho é mais frouxo. Quão mais alguém decide ‘coletar dados’ em um sentido metodológico ou ‘interpretar dados’ usando um referencial teórico pré estabelecido, menos objetividade e naturalidade poderá ser alcançada” (BRINKMANN, 2014, p. 724). Pesquisar é atentar para as questões que emergem em nosso tempo histórico e organizar tais inquietações na forma de problemas passíveis de tratamento sistemático. Coletar dados é analisar com surpresa e estranhamento objetos disponíveis no mundo.

A tabela abaixo apresenta o tipo e a quantidade de informação coletada, o período no qual a coleta foi realizada e o tratamento dado a ela.

Tabela 01 – Bases empíricas para a análise			
Tipo de Material	Quantidade Coletada	Quando eles foram coletados?	Forma de análise
Documentos Organizativos diversos	50 páginas de texto disponíveis em blogs e páginas de facebook.	11/2015 – 03/2016	Análise de conteúdo
Videos disponíveis no youtube e vimeo	30 horas	01/2016 – 07/2017	
Artigos Acadêmicos	41 artigos	01/2016 – 12/2018	

A análise desse material visava encontrar padrões, repetições e similaridades que pudessem lançar luz nos princípios que moviam a estratégia de ação ativista. Dos ciclos de análise desses três tipos de evidência²⁹ emergiram as seguintes convergências:

1. Reconhecimento de diferenças significativas entre as ações coletivas ocorridas depois de 2013 e as formas tradicionais como elas ocorrem no cenário brasileiro;
2. Reconhecimento da importância do Movimento Passe Livre São Paulo como catalisador das Jornadas de Junho e também fonte de influência para formas de ação coletivas desencadeadas após 2013;
3. Constatação de que a novidade consistia na negação dos modelos sindicais e político-partidários de disparar e conduzir as ações;
4. Consenso de que as tecnologias de comunicação e informação constituíam parte importante da novidade, mesmo que houvesse discordância sobre a função desempenhada por elas dentro dos processos;

²⁹ Maiores detalhes sobre a forma como cada tipo de dado foi tratado serão fornecidos ao leitor no capítulo cinco, posto que esse mesmo material empírico foi utilizado para subsidiar a construção de um estudo de caso que será debatido nele.

5. Associação das mudanças à presença de valores que reforçam a importância da autonomia, com ou sem menção direta à cultura política anarquista.

O referencial teórico empregado para discutir tais convergências e delas extrair consequências está alicerçado nas premissas da Psicologia Social Institucionalista (ROSSI & PASSOS, 2014), posto que nele há uma concepção de subjetividade na qual estão combinadas agência singular e influência de processos macroeconômicos, históricos e culturais, indo além do dualismo antagônico entre as dimensões individual e coletiva da existência humana. Os conceitos trazidos por ele sublinham a dimensão pública e partilhada da subjetividade, permitindo superar tanto as concepções de sujeito enquanto ente independente, orientado exclusivamente por uma racionalidade instrumental e isento das influências do mundo social; quanto as concepções nas quais o indivíduo é completamente determinado por macroestruturas como a linguagem, a cultura e normas sociais.

Em termos gerais, a Psicologia Social Institucionalista Brasileira – PSIB é formada, por ideias oriundas da Análise Institucional de René Lourau e Georges Lapassade, da Esquizoanálise de Gilles Deleuze e Félix Guattari e pelo campo de estudos foucaultianos. Da primeira, a PSIB utiliza uma concepção de instituição como lógicas organizativas que constituem o mundo social e, enquanto tal, transversalizam os coletivos humanos; da segunda ela incorpora um conceito de inconsciente maquínico, produtivo e também o reconhecimento do caráter necessariamente inacabado das formas sociais atuais. Por fim, dos estudos foucaultianos, são resgatadas as noções de arqueologia e genealogia como ferramentas para investigações do caráter historicamente situado da subjetividade humana.

A Arqueologia se ocupa de desvelar as condições sobre as quais foi possível o surgimento, expansão e consolidação das ciências como tecnologias de controle e de exercício de poder sobre o homem. Já a Genealogia explicita as relações entre regimes de produção de verdade e regimes de exercício de poder incorporados em práticas sociais. “Arqueologia se ocupa do eixo da verdade, analisando as condições discursivas da existência desta. Genealogia se desloca pelo eixo do exercício do poder, examinando a inserção de discursos culturalmente verdadeiros em práticas institucionais discursivas e não discursivas” (MAHON, 1992 p. 105). A PSIB auxiliará a compreensão de como acontecimentos, fatos, ideias e concepções históricas se atualizam e modulam as formas de sentir, pensar e agir dos jovens ativistas brasileiros. Ela permitirá identificar e debater a lógica organizativa e institucional que move a estratégia ativista e, desse modo, permitirá ponderar sobre o modo de subjetivação dela correlato.

4.2 Ancoragem do ativismo brasileiro

Falando dos modos de organização dos jovens que protagonizaram os episódios de Junho de 2013, Sousa (2014) pontua detalhes pertinentes para a compreensão das diferenças entre as estratégias militantes e ativistas na cena pública nacional.

As organizações de ativistas não se enquadram no conceito de partido, diferindo quanto à organizacidae [sic] e, em algumas, o processo decisório se faz pela horizontalidade, decisões consensualizadas e militância “não obrigatória”, e sim voluntária. Em que a manutenção dos seus propósitos, da sua “pauta” de objetivos políticos se faz na continuidade para um sentido de compromisso e não pela disciplina assemelhada a uma obediência burocrática e dirigida (SOUSA, 2014, p. 60).

Seria o ativismo uma resposta efêmera e individualista, fruto da cooptação dos jovens pelo discurso do protagonismo juvenil? Podemos pensá-la como um mero produto da ideologia neoliberal alardeado na América Latina por instituições como o Banco Mundial e organizações não governamentais ao longo dos anos noventa do século passado? Estaria essa recusa ao comprometimento militante ecoando os discursos que convocam os jovens a desprezarem soluções institucionais, reafirmando assim a ideologia burguesa onde a dimensão coletiva é um entrave à realização pessoal? Esse compromisso descompromissado seria uma prova de que esses jovens foram corrompidos pelo discurso da meritocracia, o qual transmuta problemas sociais em questões psicológicas ligadas a autoestima, autoeficácia e realização pessoal (SOUSA, 2008)? É isso que move esses bandos indignados pelo país que insistem em dizer, em alto e em bom tom, que nada, e ninguém, os representa?

Ao analisar os protestos de Junho de 2013, Bringel (2013) pondera sobre os desafios analíticos trazidos pelos acontecimentos e recomenda atenção às relações entre os fatos que se desenrolavam no Brasil e eventos semelhantes que vinham se espalhando pelo mundo. Em um texto escrito dois anos depois (BRINGEL, PLEYERS, 2015), ele reforça o argumento das ressonâncias internacionais e pontua, como efeito delas, “um questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas duas décadas” (p. 4). Diante disso, ainda que seja tentador creditar as mudanças na forma de ativismo juvenil à força alienante do capitalismo financeiro, entendemos que uma compreensão menos derrotista pode ser construída a partir de outros pilares.

Neste ensaio, as mudanças nas formas de apresentação nas ações coletivas no Brasil, serão compreendidas como resposta local a três ordens de fatores globais: a) crise econômica atual do capitalismo financeiro em curso desde 2008; b) reconhecimento dos limites e dificuldades das instituições, dentro dos modelos democráticos representativos, de alinharem-se aos interesses da maior parte das populações; c) difusão de uma estratégia de interferência

nas normas sociais que destaca agência singular e necessidades cotidianas dos atores envolvidos como sustentáculos das transformações sociais, e que se vale amplamente das novas tecnologias de comunicação e informação.

Para compreensão pormenorizada dos dois primeiros fatores, recomendamos duas coletâneas publicadas recentemente (ANCELOVICI, DUFOUR, NEZ, 2016; BRINGEL, PLEYERS, 2017). Nelas diversos autores analisam o ciclo global de protestos de rua ainda em curso, em sua relação com a expansão da austeridade econômica nos gastos públicos implantada em diversos países. O objetivo da análise feita aqui é compreender o fator C, apontado acima. Para tanto, conectaremos Junho de 2013, Novembro de 2015 e os ocupas de 2016 através da identificação de princípios da ação ativista.

4.2.1 Autonomia: velho como o teu projeto novo

Gohn (2017) reconhece que o ciclo de protesto em curso desde 2013 se distingue dos clássicos movimentos sindicais, operários e agrários; das lutas contra regimes ditatoriais na América Latina durante a década de 70 do século passado; e também dos novos movimentos sociais, os quais organizavam sua coerência simbólica ao redor de construções identitárias sólidas. Os participantes do ciclo atual recusam serem classificados como integrantes de um movimento. “Usualmente autodenominam-se como pertencentes a coletivos. Não têm liderança, mas todos são líderes. Autoproduzem imagens com discursos sem referência a tempos do passado, como se não tivessem outras memórias incorporadas além de si próprios” (GOHN, 2016, p. 134).

O trabalho de Sousa (1999; 2002; 2004; 2008, 2014) vem utilizando a categoria ‘juventude’ para analisar as transformações nos modos de contestação presentes na cena pública brasileira contemporânea. Suas pesquisas iniciadas nos anos noventa do século passado, indicam um aumento do distanciamento das instituições canônicas das democracias representativas. Essa tendência apresentava caráter minoritário até meados dos anos oitenta do século vinte, como explicitam as pesquisas sobre a cena underground urbana na periferia das grandes cidades (ABRAMO, 1994; SPOSITO, 1994; ANDRADE, 1999). Contudo, a partir da segunda metade da década de noventa, ela vem se consolidando como marca distintiva tanto da forma, quanto do tipo de conteúdo trazido à cena dos protestos juvenis.

Estudos como estes são fundamentais para que entendamos o seguinte: ainda que a forma de ação dos ativistas do Passe Livre em 2013, dos estudantes secundaristas em São Paulo em 2015 e de parte dos protestos que marcaram o ano de 2016 possa ter produzido em pesquisadores, políticos e cidadãos a ideia de que elas eram inéditas, que não possuíam

precedentes históricos em nossa cena pública e que brotaram espontaneamente, uma análise acurada permite compreendê-las como fruto da amplificação e maior visibilidade de uma cultura política que há muito tempo integra o lado menos conhecido das tentativas de intervir/interferir nas normas sociais no cenário brasileiro.

Martins (2009) resgata diversos momentos onde a luta por educação utilizou-se da ocupação como tática. Escrevendo sobre os acontecimentos de 2015, ele (MARTINS, 2016) confronta o argumento do ineditismo das ocupações e oferece pistas relevantes para ir além da identificação do anarquismo (ALONSO, MISCHÉ, 2017) como fonte inspiradora do ativismo brasileiro.

Os processos de ocupação da escola não são inéditos e ocorrem com mais frequência do que se pensa (...) Experiências como as que se deram junto ao movimento operário da década de 1910 e 20, principalmente sob a tendência anarquista ou, ainda, a luta das periferias pela democratização da escola pública, das mães por creches nas décadas de 1940 e 50, as escolas comunitárias que ainda hoje se espalham pelo Brasil ou, ainda, a prática das escolas do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, todas evidenciam que o processo de ocupação da escola se dá em vários lugares e em tempos distintos (MARTINS, 2016, s/n).

Apoio mútuo e solidário, ênfase da ação nos contextos locais, assim como alianças federativas entre entes autônomos – princípios organizativos presentes na carta de princípios do Movimento Passe Livre São Paulo – são indubitavelmente valores organizacionais presentes em diversas tradições anarquistas (ROUSSELLE; EVREN, 2011). Mesmo assim, é mister ressaltar que para compreensão adequada da produção e expansão da estratégia ativista no Brasil torna-se necessário analisar como esses princípios dialogam com ideários outros presentes no cenário nacional.

A investigação de Liberato (2006) detalha como o ideário anarquista foi sendo retomado no cenário brasileiro através de movimentos urbanos. Esses experimentos foram criando uma cultura contestatória que reconhece a limitada capacidade do Estado de bloquear os avanços do sistema de produção capitalista por todas as dimensões das relações humanas e convoca os indivíduos à ação direta. Oito anos depois, ao apresentar o livro escrito com base na sua pesquisa de doutorado, o autor destaca a presença de outros elementos no solo onde tem frutificado o fenômeno que temos nomeado ativismo brasileiro. O pesquisador reconhece nele traços do “operarismo italiano, do Zapatismo mexicano, do neozapatismo (fruto do encontro do leninismo com a cultura maia) e também de um trotskismo heterodoxo presente em correntes internas do Partido dos Trabalhadores” (LIBERATO, 2014, p. 15-16).

Ao analisar a criação e difusão do ideário autonomista em movimentos sociais pelo mundo, Alcott e Alcott (2015) destacam que é inadequado compreendê-lo como

“simplesmente a nova face do anarquismo” (ALCOFF, ALCOFF, 2015, p. 230). O trabalho reconhece as seguintes diretrizes como sendo comuns ao anarquismo e ao autonomismo: auto-organização, ação direta, autogestão, ações voltadas para os contextos locais com foco nos problemas cotidianos, crítica à representação dos interesses dos menos favorecidos feita através do sistema partidário e da Democracia Representativa. Contudo, os autores apontam uma distinção fundamental entre os dois ideários: o modo como cada um deles concebe o conceito de autonomia. Para autonomistas

(...) autonomia é pensada como sendo uma relação social, não uma habilidade individual autogerada, um imperativo moral ou valor político (...) Autonomistas não objetivam liberar o ego das forças repressivas do Estado; como destaca Sylvere Lotringer, ‘não há nada menos autônomo que o ego’ (Lotringer and Marazzi, 12) (ALCOFF, ALCOFF, 2015, p. 232).

Autonomia não é um atributo essencial de um corpo biológico, ela não nomeia um impulso vital inato que o indivíduo usará para se autodeterminar ao longo de toda a sua vida. Autonomia poderia ser definida como a capacidade dos sujeitos de, reconhecendo-se dependentes do mundo e dos Outros para suprir suas necessidades e expressar suas potencialidades, construir relações colaborativas com esse mundo e com esses Outros, sem perder de vista a necessidade singular que o move. Autonomia depende sempre do contexto no qual se está inserido. Seu aumento envolve a construção de relações marcadas por independência colaborativa e solidária. Autonomia de um sujeito é diretamente proporcional à capacidade desse de estabelecer relações com outros sujeitos e com o ambiente ao seu redor, a fim de aumentar suas capacidades de ação naquele ambiente. Esclarecemos que esta formulação é tributária das práticas pedagógicas de Paulo Freire (1980; 1994; 1997) e que voltaremos a essa ideia de diversas formas ao longo do texto.

Diferenciar a forma como anarquistas e autonomistas compreendem o conceito de autonomia acarreta uma questão crucial a ser considerada pelas interpretações atuais sobre as relações entre anarquismo e o ativismo brasileiro: para além do contexto sócio-histórico ser distinto, há ou não diferenças significativas entre essas eles? Eis uma pergunta a ser investigada. A fim de seguir no texto, propomos compreender o ativismo brasileiro como uma forma de expressão de ideias do anarquismo, mas não exclusivamente dele. A estratégia ativista traz à cena pública novidades não inéditas, oriundas de um movimento de repetição no qual diferenças são produzidas.

O ativismo brasileiro é movido por princípios organizativos que chamam a atenção para a capacidade de agência singular por entre as influências estruturais. Tal característica faz com que a ampliação da autonomia dos participantes da ação coletiva seja tanto um

objetivo tático, quanto uma meta estratégica. Essa ideia será desenvolvida ao longo do ensaio. Por hora, reforçaremos o argumento contrário ao ineditismo e listaremos ocasiões em nossa história recente onde princípios autonomistas já se fizeram presentes.

Doulo (2014) aponta que a ampliação da autonomia dos sujeitos era entendida por Paulo Freire como condição crucial para implementação de um regime efetivamente democrático no Brasil. O autor reconhece que o aumento dessa entra em tensão com o dirigismo presente em muitas práticas políticas libertárias e aponta no projeto político pedagógico freireiano tanto “uma contraposição às práticas populistas que subordinavam essa ‘massa’ aos caprichos de um líder ou da elite [quanto] à recorrente reivindicação da necessidade da vanguarda diante da apatia política da população” (DOULLO, 2014, p. 26). Segundo a análise desse autor as *práxis* de Paulo Freire são “uma corajosa tentativa de enfrentar uma tensão insolúvel: a transformação da heteronomia em autonomia” (DOULLO, 2014, p. 42).

Ponderando sobre ações do Passe Livre Florianópolis em momentos anteriores àqueles que invadiram os jornais e revistas por todo o país, Liberato (2005) descreve outras ‘inovações’ cuja presença nas ocupações em São Paulo e em outros pontos do país chamou bastante a atenção dos analistas e da população em geral.

Nestas reuniões em pleno asfalto, não havia líderes estabelecidos de fora do movimento e nem no seu interior. Num processo inverso de articulação política a partir da referência personalista e carismática, os jovens centravam suas ações nos objetivos estabelecidos coletivamente, mesmo que tenha sido inevitável o destaque de alguns militantes por sua capacidade e compreensão estratégica do processo. E o que aparentou, por diversas vezes, desorganização, significou na realidade a expressão de uma prática totalmente nova e reflexiva de agir político fora dos limites e convenções institucionais (LIBERATO, 2005, p. 10).

Ao mesmo tempo em que formas organizacionais menos ortodoxas de ação coletiva para contestação vão se difundindo pelo mundo, principalmente depois dos protestos durante a reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle no ano de 1999 (PURKIS; BOWEN, 2013), cresce também a suspeita quanto aos limites daquilo que elas podem conseguir. Ausência de programas bem definidos, pautas por demais generalistas e individualismo são tomados como fundamentos de críticas severas aos entusiastas das tendências autonomistas.

É curioso perceber que essa julgamento redita argumentos semelhantes àqueles imputados às tentativas não alicerçadas no marxismo stalinista de influenciar as normas sociais no Brasil nos anos oitenta do século passado. O ataque ao documento organizativo da

juventude católica feita na década de oitenta do século passado poderia ser usada sem muitos problemas para apresentar as críticas feitas aos movimentos atuais.

Afirmando o objetivo – o socialismo – e criticando ou ressaltando o meio prático de realizá-lo – a ditadura do proletariado –, o Documento Base resvala para a defesa de um socialismo utópico – que chama de socialismo como humanismo – e que provavelmente seria um socialismo sem ditadura do proletariado, desconhecido do ponto de vista da experiência histórica concreta da humanidade e inviável no quadro da luta de classes. (LIMA; ARANTES, 1984, p. 37).

De fato, a insistência em desqualificar arranjos organizacionais não pautados em centralização dos processos decisórios e a aposta em modelos que mantêm a cisão entre aqueles que planejam e os que executam persiste no tempo. É inegável a descrença ambidestra nos modelos nos quais todos os participantes “devem possuir o mesmo poder de decisão, o mesmo direito à voz e a liderança nata” (MPL, 2013). Estruturas organizacionais em que se trabalha colaborativamente em busca de soluções sustentáveis, contingentes e passíveis de serem executadas por todos aqueles que compõem a ação coletiva seguem sendo avaliadas como ingênuas e idealistas³⁰.

Quando analisa as mudanças na militância juvenil durante os anos noventa do século passado, Sousa (2014) destaca que, além de desacreditar e desconfiar da capacidade de mudança pelas vias institucionais, já havia naquele momento, tentativas de aproximar a Política da vida cotidiana. O desafio posto aos jovens era forjar modos de ação política através dos quais fosse possível alcançar respostas a anseios, vontades e desejos individuais.

Naquele momento, os jovens: buscavam o reconhecimento de sua individualidade, ou seja, fazer política, para esses jovens, não pode abafar a individualidade, o grupo era como uma referência alternativa, o coletivo devia incorporar a forma de ser de cada um; – traziam para dentro do grupo uma espontaneidade que permitia admitirem, entre si, os erros de sua atuação; – ser feliz na militância era o contrário da seriedade da dedicação a uma causa movida pela introspecção e o desmedido altruísmo como sentimentos desenvolvidos em práticas políticas passadas (...) sem exceção, expressavam o pensamento da sua época com respostas dentro do quadro de possibilidades de minorias atuantes: não se submetiam a verdades inabaláveis, nem otimismo ou pessimismos indestrutíveis (SOUSA, 2014, p. 19).

A atenção despendida à dimensão individual também aparece no tipo de discursividade, de atitude e de posicionamento dos integrantes do ciclo de protestos em curso desde 2013. No material que forneceu os parâmetros usados pelos estudantes na condução das ocupações das escolas, é ressaltado o desgaste que será enfrentado no processo, o caráter ‘chato’ de algumas atividades como assembleias e relatoria de reuniões, e a necessidade de organizar atividades de modo que “os companheiros mais atarefados e presentes na ocupação

³⁰ O livro de Jonathan Matthew Smucker – *Hegemony How-To: A Roadmap for Radicals* (2017) – debate com mais rigor e menos rancor os riscos presentes nesses tipos de arranjo.

possam relaxar e descansar, diminuindo o esgotamento e o cansaço deles” (MAL EDUCADO, 2015).

Orientações dessa ordem relativizam o caráter obrigatório do comprometimento produzido através de regimes disciplinares rígidos e, de fato, apostam na adesão voluntária e, por vezes, efêmera e pontual, dos participantes. Isso decorre de uma compreensão mais adequada sobre a insustentabilidade do ‘altruísmo desmedido’ que paira nos discursos de muitos daqueles militam por um mundo melhor. Contudo, é tentador creditar, em tom saudosista, tais mudanças a um excesso de individualismo e egoísmo característicos das novas gerações.

Considerando tudo isso, é possível concluir o seguinte:

1. A erupção do ativismo brasileiro, ainda que aconteça em sintonia com o reaparecimento da cena anarquista no Brasil e no mundo, não pode ser equiparada ou reduzida completamente a essa tradição política: reconhecer a influência anarquista é uma boa forma de colocar o problema e não de apresentar última palavra sobre o assunto.
2. A novidade organizativa trazida pelo ciclo de protestos não diz respeito ao ineditismo dos valores, práticas e atitudes apregoados pelos movimentos ativistas; há de se reconhecer como novidade não inédita a expansão desse ideário, a visibilidade que o mesmo alcançou em todo o país e o relativo sucesso que os protestantes obtiveram interpelando seus opositores dessa forma.
3. O convite à ação direta encontra terreno fértil em um momento em que os limites do presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988) no Brasil já estavam abalados. Entidades organizadas da sociedade civil e partidos políticos contribuíram bastante para uma polarização social assustadora (ABRANCHES, 2019), e a discrepância entre os interesses da população e de seus representantes tornou-se explícita.
4. A ampliação da autonomia dos atores, enquanto objetivo tático, resgata a importância da ação singular dos sujeitos e da atenção às necessidades cotidianas dos mesmos e, enquanto meta estratégica, influencia a escolha dos arranjos organizativos usados para produzir e conduzir as ações.

4.2.2 Conexão: juntem as forças para seguir nessa jornada

A existência de ferramentas tecnológicas aptas à difusão de narrativas em primeira pessoa, transformando cada participante em um potencial produtor de conteúdo foi fundamental, tanto para a difusão de informações sobre o ciclo de protesto em si, quanto para

a pluralização dos discursos circulando na mídia televisiva que predomina no Brasil. Impossível negar que a disseminação desses recursos tecnológicos e o fato de que eles integram a vida cotidiana dos grandes centros urbanos do Brasil é correlato do surgimento de iniciativas como o Centro de Mídia Independente, a Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) e mesmo do midiativismo³¹. Contudo, o debate sobre a função exercida pelas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs – no contexto da construção da ação coletiva segue aberto, intenso e plural. As análises variam consideravelmente e as TICs são “ora percebidas como geradoras de novas possibilidades para o estabelecimento de vínculos sociais e, conseqüentemente, de ações coletivas diversas (de *flash mobs* até ações de *crowdfunding*), ora entendidas como ameaças individualizantes à construção de capital social” (MENDONÇA, 2017, p. 131).

Sendo a ampliação da autonomia dos integrantes das ações tanto um componente tático quanto um objetivo estratégico, trabalharemos com conceitos que ressaltam a relevância das TICs como um fator que favorece a construção de autonomia dos indivíduos, sendo esta entendida como uma característica relacional entre sujeitos. Seleccionamos ideias que sublinham a eficácia dessas ferramentas “não apenas [para] difundir enquadramentos interpretativos de ação coletivas personalizados e singularizados, mas também [para] destacar a relevância e sobreposição desses enquadramentos na construção de redes que facilitam a partilha dos mesmos” (BENETT; SEGERBERT, 2013, p. 41).

As TICs serão analisadas como ferramentas cruciais para a construção de relações através das quais a capacidade de agência individual é potencializada e potencializadora da ação institucional, uma vez que a rede passou a ser a própria unidade organizacional. Através das TICs tornou-se possível criar e sustentar estruturas organizativas nas quais todos os integrantes são reconhecidos como tomadores de decisão estratégicas e executores das ações táticas. A perspectiva analítica adotada entende tais ferramentas como fundamentais para inverter a longa tradição vanguardista na qual um pequeno grupo de astutos sujeitos esclarecidos elabora a estratégia a ser seguida meticulosamente pela massa de sujeitos desqualificados.

Autonomistas contemporâneos espalhados pelo mundo inteiro, são acusados de ingenuidade por não terem a tomada do poder do Estado como objetivo máximo de sua luta e por se recusarem a priorizar as formas de participação política institucional no seu repertório

³¹ O termo vem sendo usado genericamente para descrever o uso das tecnologias de comunicação e informação e comunicação como instrumento de luta política e tem ganhado maior relevância ao longo do ciclo de protesto iniciado em 2013. Entendemos que o mesmo carece de melhor definição e que poderia ser beneficiado caso incorporasse a definição de ativismo que temos proposto aqui. O trabalho de Maciel (2012) pode servir de ponto de partida para leitores interessados no assunto.

de atuação. A resposta mais frequente a isso envolve a afirmação de que o autonomismo compreende a questão do poder através de outras bases. “Não é justo criticar os ativistas por não considerar a questão do poder. Eles estão, sim, lutando pelo poder, contudo, eles o fazem contestando o estático, e territorialmente limitado, poder do Estado-Nação e usando o poder flexível das redes” (ROSS, 2013). Jonh Holloway (2005) explica essa ideia de poder, na qual são evidentes ressonâncias da proposta Foucaultiana, identificando o poder como a possibilidade de fazer algo; a capacidade de fazer algo, competência de produzir algo, aptidão para garantir que algo seja feito. Com isso, ele estabelece uma distinção entre poder-para e poder-sobre, esse último sendo caracterizado por sua dimensão repressiva. O autor sustenta a tese de que mudar o mundo sem tomar o poder demanda aumentar a capacidade coletiva de fazer algo.

Essa argumentação é possível pois ele parte da premissa de que “[...] poder é sempre social. Nosso fazer é sempre parte de um fluxo social de fazeres, mesmo onde ele parece apenas uma questão de ação individual. Nossa capacidade de fazer está sempre entrelaçando nossa atividade com as atividades que foram desenvolvidas pelos outros em tempos passados e também no presente. Nossa capacidade de fazer é sempre o resultado do fazer dos outros” (HOLLOWAY, 2005, p. 35). A distinção entre poder-sobre e poder-para elucida implicações decorrentes da compreensão de autonomia como uma característica relacional.

A referência etimológica da palavra autonomia associa o sentido dela à capacidade de criação das próprias leis e de ser por elas. Nessa direção ela remete à ideia de poder-sobre si mesmo. Partindo da premissa de que toda ação humana acontece em um contexto sociocultural produzido por, e com, outros humanos, e que é através disso que se produz a própria noção de humanidade, pensar autonomia como atributo essencial de um sujeito, capacidade de autodeterminação individual para agir de acordo com os próprios impulsos deixa de fazer sentido. Autonomia é característica do tipo de relação estabelecida entre os entes. Há aqui um paradoxo.

Ninguém pode fazer do outro um ser autônomo, contudo, e ao mesmo tempo, ninguém pode ser autônomo na ausência de um do outro. Enquanto marca distintiva de uma relação, autonomia é fruto do reconhecimento das singularidades dos entes em relação e possibilita a potencialização mútua destas singularidades através de arranjos que ampliam o poder de agir dos mesmos através da relação. Entes relacionando-se de forma autônoma partilham valores que os orientam em suas decisões singulares. Cada componente reconhece o outro como apto a tomar decisões orientadas pelos princípios partilhados. As disputas tenderão a ocorrer em torno da construção dos valores comuns que orientam as decisões e não sobre as decisões

feitas por cada um dos entes. O exercício dessa modalidade de poder e o uso deliberado dele para ampliação da autonomia dos ativistas seria mais difícil na ausência das TICs.

Destacamos que essa concepção de poder exercido em rede é o que move a racionalidade de ação conectiva conceituada por Bennett e Segerberg (2012). Partindo de uma descrença nas Instituições da democracia representativa e apostando na capacidade de agência individual e disponibilidade de tecnologias de comunicação e informação para promover mudanças, a ação conectiva é produzida através de redes nas quais cada indivíduo se conecta com outros, usando formas de expressão pessoalizadas e singularizadas. A ação conectiva é executada através de redes temporárias nas quais cada um dos indivíduos, expressando suas crenças, valores, ideias e estilo de vida, constitui um ponto crucial para sustentação da ação e da rede. “Nessa lógica conectiva engajar-se em uma ação pública, contribuir para a conquista de um bem comum se torna um ato de expressão pessoal, reconhecimento ou auto-validação” (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 752).

O trabalho de Sousa (2014), mencionado na subseção anterior, já havia sublinhado o desejo dos jovens militantes brasileiros da década de noventa do século passado de aproximarem suas necessidades cotidianas e individuais das suas práticas políticas. Ação política era entendida entre os jovens estudados pela autora como uma das formas de expressar a individualidade. O grupo, o coletivo, ou qualquer que fosse o arranjo organizativo empregado para agir, deveria dar continência a essa necessidade de expressão.

As Tecnologias de Informação e Comunicação criaram as condições para fazer deste desejo uma realidade organizacional, na medida em que possibilitaram que a ação conectiva seja disparada através da “partilha automotivada (ainda que não necessariamente autocentrada) de ideias anteriormente internalizadas, de planos, imagens e recursos com redes de outros sujeitos. Esta partilha pode acontecer em redes sociais como o Facebook, ou através de mídias públicas como Twitter e Youtube” (BENNETT; SEGERBERG, 2012 p.75). Tatagiba (2014) reforça a pertinência desse argumento enquanto compara o ciclo de protesto atual com aqueles ocorridos no Brasil em 1984 e 1992. Ela aponta como marca distintiva deste não só a perda da importância dos partidos políticos na criação e difusão do discurso que dará coerência simbólica às ações, mas a centralidade assumida pelas redes sociais para articulação, mobilização e recrutamento dos participantes.

A pesquisa ‘TIC Kids Online Brasil’, desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) objetivou gerar dados “sobre

os usos que crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade fazem da Internet”³². Alguns indicadores produzidos por ela evidenciam não só a ampliação do uso, como a tendência à personalização das formas de uso das TICs no Brasil. Em 2012, a questão sobre frequência de uso tinha como tempo de referência o período de um mês, neste cenário 47% dos participantes informaram usar a internet todos os dias; em 2015, o tempo de referência passou a ser medido em dias e 68% dos participantes alegaram usar mais de uma vez por dia. Quanto ao tipo de equipamento utilizado para acessar a rede, em 2012, 20% dos usuários utilizavam prioritariamente o celular como forma de acesso; em 2015, esse dado subiu para 85%. Em 2012, 70% dos participantes possuíam perfil próprio em rede social, sendo que, desses, 21% afirmavam ter mais 300 contatos associados a esse perfil; em 2015, 87% dos participantes afirmam possuir perfil próprio e 13% alegam ter entre 301 e 500 contatos, enquanto 30% afirmam ter 500 ou mais contatos. Esses números reforçam a pertinência de seguirmos compreendendo a expansão das TICs e a difusão da cultura autonomista como fenômenos diferentes, indissociáveis, que têm ocorrido de forma paralela e que se potencializam mutuamente. Mais produtivo do que afrontar a questão sobre quem veio primeiro é demarcar efeitos que essas mudanças têm trazido para as formas de organização entre jovens e também para as relações que estes estabelecem com a mídia.

A familiaridade desses jovens com essas tecnologias potencializa a invenção de alternativas organizacionais nas quais as necessidades singulares não são entrave ao processo de construção de objetivos coletivos. Pelo contrário, elas servem como pontos de partida comuns pelos quais, e através dos quais, a ação é construída. Isso faz com que essa juventude indignada possa dar consistência organizacional às inquietações dos movimentos sociais surgidos nos anos sessenta do século vinte. Ativistas brasileiros no início deste século e integrantes dos novos movimentos sociais na década de sessenta do século passado: a) não compreendem classe social como eixo primeiro e essencial produtor de todas as formas de opressão; b) recusam verdades inabaláveis e concepções totalizantes sobre mudança social; c) apregoam a indissociabilidade e coerência entre as mudanças desejadas e os meios através dos quais será possível alcançá-las (DAY, 2004).

A relação íntima desses jovens com as tecnologias permite utilizá-las para responder de forma ágil às diferentes necessidades que vão surgindo durante o desenrolar dos protestos. A criação do Comando das Escolas Ocupadas no contexto da luta contra a reorganização escolar no Estado de São Paulo é um bom exemplo disso. Quando se deram as ocupações das

³² Os indicadores dessa pesquisa estão disponíveis em: <https://goo.gl/i1TXq4> e foram acessados em 13 de Junho de 2019.

primeiras unidades escolares, em novembro de 2015, evidenciou-se que era preciso uma estrutura organizativa que possibilitasse articulação, planejamento conjunto e difusão de informações, bem como evitar que entidades como a União Paulista dos Estudantes Secundaristas ou a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo fossem as interlocutoras entre as ocupações e o governo do Estado. O comando foi formado em reunião física, utilizou o *Facebook* como plataforma tecnológica prioritária e foi extinto quando as ocupações acabaram.

Em novembro de 2016, o Centro Paula de Souza, autarquia do governo do estado de São Paulo que faz a gestão das escolas técnicas e faculdades de tecnologia foi ocupado em solidariedade às outras ocupações ocorridas pelo país, contrárias à reforma do Ensino Médio e à Proposta de Emenda Constitucional que congelou os gastos públicos por vinte anos. Nesse cenário, valendo-se da câmera de um telefone celular dois adolescentes se propuseram a mudar de posição no jogo de produção de conteúdo e entrevistam a repórter que foi designada para realizar a cobertura jornalística do acontecido. Lucas apresenta assim sua intenção: “Agora a gente vai falar com a mídia que todo mundo quer ouvir, tá ligado? Que é a Globo. Agora é a nossa vez de perguntar as coisas, agora é a nossa vez de perguntar. Vamos ver se eles aceitam tá?”. Frente ao desconforto evidente da repórter diante do fato de ser filmada e das respostas dela reforçarem clichês inverossímeis sobre a imparcialidade e isenção do fazer jornalístico, é interessante destacar a contundência da argumentação do adolescente quando afirma: “Nós nos comunicamos com vocês, vocês não vão se comunicar com a gente? Então a gente vai parar de se comunicar com vocês”.

Analisar este ato como um procedimento tático permite perceber que nele se expressa simultaneamente a recusa da normatividade vigente e a reconstrução desta através de ato. Para além de reconhecer a necessidade do trabalho negativo de contestar, esses jovens parecem ter compreendido que a urgência das questões que os afligem não permite esperar por soluções totais, as quais resolveriam definitivamente, as muitas formas de opressão às quais estamos submetidos. Nesse ponto, a tática deles encontra eco em anseios anarquistas ligados a ideias de revolução social, a qual Day (2004) apresenta através da alcunha de renovação estrutural criada por Martin Buber.

Renovação estrutural, conseqüentemente, aparece como uma força negativa trabalhando contra a colonização do cotidiano pelo Estado e pelo Mercado (aquilo que Negri e Hardt entendem como insurreição e resistência) e como força afirmativa atuando para reverter o processo (aquilo que Negri e Hardt entendem como poder instituinte) (DAY, 2004, p. 739).

Essa juventude que nasceu na segunda metade da década de noventa do século passado possui as condições tecnológicas e materiais de afirmar a pluralidade das narrativas e de recusarem a posição de objetos sobre os quais se produz informação. Parte deles cresceu sob condições econômicas e tecnológicas distintas daquelas em que viveram seus pais e seus avós e parece ter entendido que é estrategicamente mais relevante ser mídia do que boicotar a mídia³³. O ato insurgente dos adolescentes que decidiram “brincar de repórter” aparece ainda como um sintoma da transição entre o modelo de comunicação “da mídia impressa e da televisão – com sua forma de comunicação centralizada, hierárquica e unidirecional [pela] web 2.0 – sustentada em comunidades flexíveis e interativas de redes autônomas de indivíduos cujas relações são construídas através da partilha de informações” (ROSS, 2013).

Enquanto discorre sobre o porquê das insurreições contra o neoliberalismo estão se espalhando pelo mundo, Paul Mason (2012) concede atenção especial às tecnologias de comunicação e informação, sublinhando o fato de que s elas estão absolutamente integradas às formas de produção material e social do capitalismo contemporâneo nos grandes centros urbanos. O autor entende que os protestos contemporâneos têm sido inteiramente congruentes com as formas como se tem vivido.

Ela [a forma de protesto] é moderna, resiste às críticas de “estar resistindo” ao progresso, se utiliza da tecnologia que é tão essencial à vida e ao lazer modernos, os governos não podem desativá-la sem afetar suas economias nacionais (MASON, 2012,p.76).

Na Rússia de 1917, o descompasso entre a população camponesa e a premissa de que o proletariado industrial seria a mola mestra da transformação radical demandou de seus líderes a criação de um regime de poder disciplinar rígido para produção do homem revolucionário. No cenário atual do capitalismo contemporâneo, dado que ele extrai valor de quase todos campos da vida humana, a necessidade de um regime disciplinar hierarquizado em que sujeitos conscientes formem uma vanguarda iluminada, historicamente destinada a conduzir a multidão, tornou-se obsoleta. Essa é a linha argumentativa defendida atualmente por Hardt e Negri (2017).

Segundo os autores, a flexibilização dos contratos trabalhistas, a diminuição da relevância do espaço físico para caracterização do tempo de trabalhado, a inclusão da criatividade como motor da produção, a fusão entre campos de vida pessoal e profissional, a necessidade do estabelecimento de redes de contatos como condição para obtenção de sucesso profissional, dentre outros fatores, demandaram que os trabalhadores contemporâneos se

³³ A frase “Odeia mídia? Seja Mídia!” é empregada como sumário das intenções do Centro de Mídia Independente. Disponível em <https://midiaindependente.org/?q=sobre-cmi>. Acessado em 18 de Julho de 2019.

subjetivassem de modo muito mais autônomo e independente do que aqueles que passaram a vida inteira trabalhando das oito horas da manhã às cinco horas da tarde no chão das fábricas. Para melhor se adequar às necessidades do mercado esses empreendedores de si mesmos se forjaram como sujeitos multi-competentes, dotados de capacidade de iniciativa própria, autocontrole, autogestão e de criar relações solidárias e colaborativas com outros empreendedores individuais precariados.

Essas transformações no modo de produção e na essência da força de trabalho mudam os termos sob os quais a resistência à exploração e extração de valor devem ser organizadas. Tais transformações tornam possível uma inversão na situação de tal modo que a multidão reapropriar o comum do capital e construa a real democracia (HARDT; NEGRI, 2017, p. XX).

A aposta é de que esses sujeitos, cujas vidas estão precarizadas pela expansão das Políticas de Austeridade vigentes por todo o mundo, estão aptos a criar e executar, usando as mesmas habilidades que lhe foram demandadas pelo Capitalismo Financeiro Especulativo, a estratégia que pode produzir alternativas ao modo como temos vivido. Esses “jacobinos com laptops” (MASON, 2012, p. 74) e telefones celulares, que aprenderam a criar valor para seus padrões em cafés, parques e aviões, compõem e gerenciam redes produtivas através das quais a ampliação do poder para agir dos seres humanos tem se dado, estando, então, em condições de criar alternativas a nossos modos de vida atuais.

4.2.3 Redes: o pequeno Davi contra Goliás, o Gigante

Ao empregar metáforas dramáticas e conceitos do campo teatral como base para análise dos fatos que antecederam o levante de junho de 2013, Dowbor e Szwako (2013) aproximam categorias da sociologia de Erving Goffman e de Charles Tilly e propõem estudar as performances trazidas à cena pública naquele momento através da investigação daquilo que, em anos anteriores a 2013, havia se passado nos bastidores do movimento. A interpretação feita por eles ajuda a pôr em perspectiva a apregoada questão da espontaneidade que marcou parte das análises iniciais daquele fenômeno.

o chamado espontâneo não é totalmente espontâneo nem pode ser inteiramente fabricado ou, para falar como Goffman, maquinado; o “espontâneo” tanto pressupõe como tem uma base organizacional prévia, mesmo que mínima, a partir da qual são erguidos os tabladros para a ação (DOWBOR, SZWAKO, 2013, p. 47).

O fato de os ativistas recusarem a estrutura organizacional dos partidos políticos, diretórios acadêmicos e centrais sindicais e de trabalharem com uma concepção de poder que aposta na ampliação da autonomia dos sujeitos, e não no disciplinamento dos seus comportamentos, contribuiu para a difusão das teses sobre espontaneísmo e dispersão

organizacional. Considerando a indissociabilidade apontada entre o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e a difusão da estratégia ativista é possível retificar a ideia de que espontaneidade e desorganização seriam consequências necessárias dessa metodologia. Para tanto, devemos analisar características e consequências de usar a rede como modelo organizativo e estrutura organizacional.

Mason (2012) retoma as ideias iniciais de Walter Powell e nos lembra que o modelo organizacional em rede responde melhor a situações onde a qualidade da informação é um elemento fundamental, mas o processo de obtenção da informação em si é algo efêmero e incerto. Um modelo hierárquico é eficaz quando a organização tem objetivos claros a serem atingidos, o que demanda de seus membros o cumprimento de ordens transmitidas através de comandos precisos, em situações estáveis em ambientes controlados. Estes arranjos são caracterizados por sua estabilidade e confiabilidade e também por sua inflexibilidade e inércia. Caso haja fluidez das informações, mudanças bruscas no ambiente e demanda de respostas criativas a eventos inesperados, o modelo organizacional da rede passa a ser mais adequado. Powell (1990) destaca que a organização em rede demanda a construção de relações pautadas em reciprocidade e colaboração entre os atores, favorecendo um modelo comunicativo relacional onde estes são interdependentes. Os laços organizacionais são fortalecidos pelas relações estabelecidas entre atores, sendo confiança mútua um aspecto fundamental à eficiência do modelo, uma vez que desta depende a capacidade da organização de produzir e difundir informações eficientes, confiáveis e adequadas a seus objetivos táticos e estratégicos.

Há muito a ser pesquisado sobre as especificidades das formas de organização que vêm se apresentando nas ruas brasileiras com maior intensidade desde junho de 2013. Contudo, já é possível afirmar que a produção de arranjos organizacionais com apelo à horizontalidade, desenhados em redes cujos fios emanam das relações solidárias entre os membros, não tem nada de espontâneo. Classificar como espontâneo o tipo de atividade fruto desses arranjos indica a inadequação das ferramentas teóricas que temos usado para compreender o fenômeno e não o caos, imprevisibilidade ou ingenuidade dos atores na cena. Renovar nossas lentes interpretativas permite entender que durante as muitas vezes em que os secundaristas bradavam a frase “Sem liderança”, não estávamos diante de um convite ao caos ou à baderna. O grito apresenta uma demanda legítima e coerente com o modelo organizacional por eles performado: não há um ponto central que conduz todos os outros, mas múltiplos pontos dispersos aptos para exercer a função de condução caso seja necessário.

No caso dos estudantes secundaristas em 2015, esse grito, muitas vezes entoado em momentos em que organizações como a União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) vinha com seus carros de som e palavras de ordens, anunciava a ideia de decapitar o líder carismático e redentor para, em seu lugar, afirmar a liderança como uma função a ser exercida da forma menos pessoalizada possível. O grito dava sonoridade à proposta de que a estratégia compete à multidão e a liderança não passa de uma função tática, tão inconveniente quanto necessária (NEGRI; HARDT, 2017). Nos arranjos organizativos hierarquizados, ainda prevalentes em muitas organizações militantes, as decisões estratégicas e a condução das ações é feita por uma pequena vanguarda, despótica e esclarecida, a qual se relaciona com a massa do movimento através do líder carismático e popular. Nos arranjos organizativos e nas ações ativistas existe o esforço intencional de produzir as decisões estratégicas de forma coletiva, o que é possível graças à prevalência de relações solidárias e de confiança mútua entre os membros.

Nos coletivos ativistas não há um líder a ser preso, responsabilizado ou cooptado, mas líderes corresponsáveis pela condução do processo e impossíveis de serem cooptados ou capturados em sua totalidade. A decisão do Governo do Estado de São Paulo de levar um ônibus para prender todos os estudantes que ocupavam a Escola Estadual Newton Pimenta Neves, na cidade de Campinas, no dia 13 de outubro de 2016, parece já ter reconhecido que a estratégia ativista não é executada sem líderes; pelo contrário, ela se faz com muitos deles³⁴. É prudente abandonar o argumento da ingenuidade e reconhecer que os ativistas brasileiros “podem e devem criar formas radicalmente novas e mais democráticas de exercício de poder, uma vez que essas são parte da reconstrução das relações sociais, da reconstrução dos processos de produção e troca” (BARKER, COX, KRINSKY, NILSEN, 2013, p. 14).

Se é possível falar em equívoco, nós pesquisadores devemos assumi-lo como algo a que devemos estar sempre atentos em nossas análises. É equivocada de nossa parte usar premissas de modelos organizativos centralizados para compreender estruturas organizacionais em rede. Afinal, conscientes ou não, esclarecidos ou não, tendo estudado ou não, o modelo organizativo e decisório proposto pelos jovens ativistas cria as condições descritas por Ganz (2000) para ampliar a capacidade estratégica de uma organização.

Esse é o elemento-chave usado por Marshal Ganz para compreender como a incipiente União dos Trabalhadores Agrícolas (*United Farm Workers – UFW*) da Califórnia conseguiu, mesmo dispondo de poucos recursos, manter-se ativa e relevante na condução de uma série de

³⁴ PM apreende alunos de escola ocupada e leva para delegacia. Publicado em 13/10/2016 09h59. Disponível em <https://goo.gl/uubd9j>. Acessado em 09 de Julho de 2019.

protestos entre 1959 e 1961, enquanto o Comitê Organizado dos Trabalhadores Agrícolas (*Agricultural Workers Organizing Committee, AFL-CIO – AWOC*), que detinha recursos abundantes, não obteve o mesmo sucesso. Segundo ele,

Capacidade estratégica é maior se o time de líderes incluir membros internos e externos; vínculos fortes e fracos com a rede na qual eles estão inseridos; e acesso a diversos, e relevantes, repertórios de ação e também se a organização mantiver seus processos decisórios compreensíveis aos membros, confiáveis na avaliação destes, captar recursos reconhecendo os múltiplos interesses que a constituem e também se esta organização conduz suas deliberações de maneira regular, aberta e legítima perante seus membros, e fundamenta suas responsabilidades nesses grupos de interesses (GANZ, 2000, p. 1005).

O autor recorre ao mito cristão no qual o pequeno Davi, armado com uma pedra, consegue derrotar o gigante Golias e indica a capacidade estratégica como o fator determinante para a vitória. O conceito de Ganz e o mito cristão parecem bastante adequados para compreender parte do sucesso obtido pelos estudantes paulistanos na sua disputa com o Governo do Estado de São Paulo.

4.3 Apostas

A identificação dos princípios que se atualizam nas práticas ativistas, além de evidenciar aquilo que as diferenciam das práticas militantes, permitiu aprimorar as análises que interpretam tais ações como repetição estática de valores anarquistas. Apontando a diferença nas concepções de autonomia que moveu anarquistas do século passado e aquela que move autonomista contemporâneo esperamos ter contribuído para refinar a compreensão sobre as especificidades dessa forma de ação juvenil.

Sublinhando como essa metodologia de agir em conjunto está intrinsecamente alinhada à forma de vida nos grandes centros urbanos, destacamos a relevância da tecnologia para sua execução, e reforçamos nossa compreensão sobre a inseparabilidade entre os valores culturais de um tempo histórico e as ferramentas desenvolvidas pelos humanos para dar conta dos problemas a serem manejados nesse tempo. Por fim, reconhecendo a rede como um modelo organizativo adequado para estruturar ações em cenários marcados por mudança e incertezas, foi possível contrariar a ideia amplamente difundida de que tais ações ocorrem de forma espontânea.

Reconhecendo processos de subjetivação como sendo construído por, e através das, práticas e formas de agir dos sujeitos, entendemos que o modo de subjetivação correlato a ação ativista reconhece a importância das necessidades singulares imediatas dos ativistas; trabalha com a construção de adversários e não de inimigos. Ele possibilita, assim, o

estabelecimento de conexões temporárias entre jogadores com interesses distintos e favorecendo a produção de consensos táticos entre sujeitos que lidam por projetos de mundo distintos.

“Eu acredito que consistência ideológica e racionalidade instrumental não são as únicas bases explicativas para as escolhas estratégicas feitas pelos movimentos sociais, ainda que essas sejam as únicas que se apresentam nos modelos sociológicos” (POLLETA, 2002, p. 203). Essa frase ajuda a compreender parte das razões que têm levado os autores do campo da sociologia dos movimentos sociais (GOHN, 2017) a repensar as categorias centrais através das quais eles têm observado a movimentação trazida à cena pelos “novíssimos” (GOHN, 2016; DAY, 2005) atores e movimentos. O estudo das relações entre a dimensão estratégica da metodologia ativista e seus efeitos sobre os modos de subjetivação ativista é uma forma de contribuir com a pluralização de conceitos que permitam compreender o que tem acontecido pelas ruas do mundo. Esperamos ter iniciado essa tarefa de forma suficientemente consistente e esperamos ter suscitado questões a serem debatidas em estudos futuros.

5. Ativismo Brasileiro, práticas prefigurativas e desenvolvimento: o caso dos ocupas no estado de São Paulo³⁵

Entre novembro de 2015 e janeiro de 2016, estudantes de escolas públicas no estado de São Paulo, Brasil, se esforçaram para atingir o impossível: afinar necessidades públicas e ações estatais. Agindo coletivamente, em um protesto organizado por eles mesmos, ocuparam centenas de escolas e nelas trabalharam como diretores, coordenadores pedagógicos, seguranças, cozinheiros, faxineiros e funções afins. Aliando-se a moradores dos seus bairros, eles resistiram às forças policiais e cuidaram daquilo que era deles. Os protestos almejavam barrar o projeto do Governo do Estado que reestruturaria a oferta de vagas na rede pública, um eufemismo para corte de despesas e fechamento de Escolas Estaduais. Em dezembro de 2015, os jovens alcançaram sua meta e o projeto foi arquivado (HAYASHI, FERREIRA JR, HAYASHI, 2017). Em 2016, inspirados pelos modos de ação paulistas, estudantes do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro (WENCESLAO JUNIOR, DIAS JUNIOR, MONTEIRO, 2017) também se engajaram na vida pública através de protestos e da ocupação de prédios públicos. Essas ações “juvenis” têm manufaturado a versão brasileira do repertório de protesto autonomista³⁶.

Trabalhando com a questão do que é novo, ou único, nas formas emergentes de ação coletiva/protesto e mobilização social brasileira, Gohn (2018) chama a atenção para a popularidade dos coletivos. Segundo ela, “os coletivos, ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais, são agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Coletivos autodenominam-se como ativistas e não militantes de organizações” (Gohn, 2018, p. 120).

Usando múltiplas fontes de dados, nossa pesquisa produziu um estudo de caso sobre a ocupação das escolas públicas no Estado de São Paulo. As análises realizadas reforçam o argumento de que os “ocupas” (nome criado pelos estudantes para nomear as escolas ocupadas) fazem parte do ciclo de protesto em curso no país (ALONSO, 2017), tendo características comuns com os protestos ocorridos em Junho de 2013. Os resultados também apontam o emprego de práticas prefigurativas como um elemento fundamental de diferenciação entre esses atos ativistas e os protestos militantes. Como será detalhado adiante,

³⁵ O caso apresentado nesse capítulo foi aprovado para publicação na *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia* e também no periódico *Mind Culture and Activity*. Os dois textos parte do mesmo trabalho empírico.

³⁶ O termo “autonomismo” enquadra um conjunto de ideias e propostas antiautoritárias cuja influência nas formas de protesto ficou mundialmente evidente, no campo das ações coletivas, depois dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio em Washington, nos Estados Unidos, em Novembro de 1999 (ALONSO; MISCHÉ, 2017).

a marca distintiva, e analiticamente desafiadora, dessas práticas envolve elas tentarem prefigurar, no tempo presente, valores, normas e modos de vida que serão usados na sociedade que se quer construir no futuro (YATES, 2015a). Conseqüentemente, dúvidas, tentativas e experimentações intencionais constituem o núcleo dessas atividades, as quais podem ser enquadradas nas questões paradoxais: se ninguém sabe ainda como será o futuro, como é possível prefigurar tais atos no tempo presente (RAEKSTAD, 2018)? E mais, como é possível entender e analisar algo que “ainda não está lá” (ENGESTROM; SANNINO, 2010, p. 2)?

Usaremos a *Transformative Activist Stance (TAS)* - [Perspectiva Ativista Transformadora] (STETSENKO, 2008, 2013, 2016) para enfrentar esse desafio. Esse referencial ampara-se em uma ontologia que não opõe sociedade e indivíduo, já que compreende o desenvolvimento humano como um processo ativo, permanente e contingente às atividades realizadas coletivamente. *TAS* insere intencionalidade em um campo cada vez mais dominado por determinismos neuroquímicos e postula como central o compromisso, explícito ou implícito, dos sujeitos com um ideal de futuro. “Desenvolvimento e aprendizagem são processos contínuos de natureza ativa não restritos à adaptação ao que está ‘dado’ no mundo; (...) esses processos são sustentados por, e realizados através de, pessoas formando projetos de futuro e produzindo mudanças sociais alinhadas a esses projetos” (STETSENKO, 2016, p. 233).

Desenvolver-se é, portanto, produzir e transformar, intencionalmente a si mesmo, ao mesmo tempo em que se produz e se transforma o mundo. Esse enquadre nos oferece um arcabouço conceitual adequado para compreender as transformações sociais “enquanto nós estamos no meio da mudança, enquanto os contornos e direções dela ainda estão sendo moldados” (STETSENKO, 2007, p. 112) e, com isso, ele nos equipa com ferramentas para entender e analisar a relevância das práticas prefigurativas serem “inerentemente experimentais e experienciais” (VAN de SANDE, 2015, p. 189). A palavra ativismo é parte importante da coerência simbólica nos protestos acontecidos no Brasil desde Junho de 2013. O sentido com que o termo foi usado nas escolas em São Paulo não é o mesmo que ele tem no contexto da tradução literal do nome do modelo teórico proposto por Anna Stetsenko. Para aumentar a precisão da análise não traduzimos o nome do modelo teórico quando o empregamos ao longo o texto.

O texto está dividido em quatro seções. Na primeira, apresentamos o debate sobre práticas prefigurativas e expomos as ideias principais de *TAS*. Na segunda parte, explicitamos os procedimentos metodológicos e as evidências usadas para a construção do caso. A terceira

seção apresenta e debate o caso para responder às seguintes questões: 1) em que sentido as ocupações das escolas de Ensino Médio em São Paulo são diferentes das formas tradicionais de protesto no país, e 2) como essas diferenças podem impactar o curso do desenvolvimento daqueles que têm se automeado ativistas? A quarta seção sumariza a discussão e aponta caminhos para pesquisas futuras.

Esse trabalho visa contribuir tanto com o campo do estudo dos movimentos sociais e ações coletivas, quanto com aquele da psicologia social brasileira. Para o primeiro, os resultados reforçam a importância de tomar práticas prefigurativas como categoria analítica relevante na compreensão da “nova cultura de participação” (Gohn, 2018, p. 117) dos jovens na política no Brasil. Para o segundo, evidenciam-se as vantagens de estudar fenômenos políticos utilizando teorias psicológicas nas quais o sujeito e a subjetividade não pertençam a um campo “essencialmente privado que é ontologicamente distinto das atividades colaborativas desenvolvidas no mundo” (STETSENKO, 2013, p. 9).

5.1 Molduras teóricas

5.1.1 Práticas prefigurativas

O debate sobre políticas prefigurativas voltou à cena dos movimentos sociais contemporâneos combinado com a presença explícita de valores anarquistas presentes no ciclo de protestos disparado pelos eventos de Seattle em 1999 (DAY, 2005). As pesquisas sobre prefiguração ajudam a evidenciar a relevância dessas atividades no que tange tanto à renovação e recriação dos horizontes políticos, valores e ideias daqueles que protestam, quanto à diferenciação entre esses grupos e aqueles cuja organização se assemelha aos valores, práticas e estruturas da esquerda sindicalista tradicional (GRAEBER, 2002; MAECKELBERG, 2009). Gordon (2018) na conclusão de seu estudo genealógico sobre prefiguração defende que entender essa ideia como uma “utopia concreta” (p. 534) captura o sentido presente nas práticas dos ativistas e oferece caminhos relevantes para a inserção desse conceito nos estudos e análises sobre as atividades políticas.

O verbo prefigurar engloba duas ideias: imaginar algo que ainda não se conhece e, também, indicar previamente a existência de algo que ainda não existe. Paul Raekstad (2018) analisou as formas como esses sentidos se tornaram parte do vocabulário do campo à esquerda do espectro político e reconhece a presença de ambos os sentidos no campo hoje. Ele localiza o início do debate sobre a função desenvolvida pelas políticas prefigurativas como parte das disputas travadas entre os corolários Anarquistas e Marxistas no contexto da

Primeira Internacional Trabalhista (RAEKSTAD, 2016). Segundo ele, uma das querelas entre os trabalhadores tinha caráter estratégico e versava sobre a necessidade de uma organização revolucionária precisar, ou não, “incorporar as estruturas de deliberação e tomada de decisão que a sociedade do futuro deve conter” (RAEKSTAD, 2018, p. 4).

Cornell (2016) mostra que nos Estados Unidos, especialmente no contexto dos debates da Nova Esquerda, durante os anos sessenta do século vinte, a ideia das práticas prefigurativas era associada a questões ligadas à cultura e aos modos de vida. Era esperado que os integrantes de organizações revolucionárias exemplificassem com suas vidas os valores, os princípios e as normas sociais que deveriam reger o mundo pós-revolucionário. A presença dessa noção no contexto brasileiro é um tema a ser explorado, cuja relevância este trabalho deseja sublinhar. O uso das práticas prefigurativas para análises no estudo dos movimentos sociais brasileiros também é um campo a ser desenvolvido.

Defendendo a relevância de tomar as atividades como unidade de análise das ações coletivas contemporâneas, Yates (2015b) defende:

Focar naquilo que as pessoas fazem e no porquê elas o fazem possibilita um melhor entendimento de como as ideias e valores políticos são inerentes às atividades – sejam elas táticas ou cotidianas – desenvolvidas pelos movimentos. [...]. Examinar as práticas permite criar análises que tirem do centro o indivíduo ou o coletivo e foquem em como as formas sociais são produzidas, reproduzidas, interrompidas e realinhadas (p. 243).

Aproximar essa proposta analítica da forma como a *Transformative Activist Stance* concebe o desenvolvimento humano, explicitando a relação de produção mútua entre a subjetividade e as formas sociais de que fala Yates é um dos objetivos desse ensaio.

A discussão do caso focará nas atividades cotidianas desenvolvidas pelos estudantes, explicitando que essas são produzidas por um esforço intencional prefigurativo e discutindo as implicações desse para os processos de desenvolvimento dos jovens. Esclarecemos que o termo “prefigurativo” vai nomear um esforço consciente feito por aqueles envolvidos em ações coletivas para experimentar, em suas atividades diárias, estratégias, táticas e estruturas organizacionais alinhadas com as normatividades que esses mesmos estão tentando criar. Ao longo do texto ele será empregado com função de adjetivo. Ora o usaremos para qualificar práticas específicas desenvolvidas no contexto das ocupações, ora para distinguir um modo específico de ação política que se esforça deliberadamente para aproximar a estrutura organizativa usada para construir a sociedade do futuro dos valores e ideias supostamente adequados para essa sociedade futura.

5.1.2 *Transformative Activist Stance – TAS*

TAS (STETSENKO, 2017) apresenta uma proposição consistente para superação das abordagens nas quais desenvolvimento humano e sociocultural são pensados como processos separados, concorrentes ou antitéticos. Trata-se também de uma alternativa às teorias mecanicistas e funcionalistas, cujo foco prioritário é a morfologia cerebral e a biologia genética. Para uma parte considerável dessas últimas, mente e subjetividade podem ser completamente compreendidas através de estudos dos neurotransmissores na fenda sináptica e processos de síntese de DNA (DAMÁSIO, 2003). Em oposição direta a elas, *TAS* parte de atividades colaborativas e intencionais orientadas por um projeto de futuro para compreender como nos tornamos humanos.

TAS é uma extensão do projeto de psicologia de Vigotski construída em intenso diálogo com a teoria histórico-cultural, teoria dialógica bakhtiniana e pedagogia crítica de Paulo Freire. Tratando das especificidades dessa abordagem, Vianna, Hougaard e Stetsenko (2014) afirmam que ela propõe “uma nova ontologia e epistemologia para qual ser, fazer e conhecer são aspectos unificados do processo de desenvolvimento humano” (VIANNA, HOUGAARD, STETSENKO, 2014, p. 62). Eis a noção central que sustenta e orienta essa perspectiva: há uma dinâmica constante e incessante entre pessoas colaborativamente criando e apreendendo o mundo, enquanto produzem a si mesmas, de forma ativa e intencional. Nesse sentido, humanidade e mundo são compreendidos como distintos, mas não opostos, polos de um processo de produção único. Ambos são, simultaneamente, partes e produtos de um campo unificado, ainda que não uniforme, de atividades colaborativas e intencionais (STETSENKO, 2016).

Em vez de focar nas formas como os entes envolvidos nessa relação produtiva constroem, limitam e restringem um ao outro, a onto epistemologia de *TAS* compreende essas partes “opostas” como aspectos distintos de um mesmo processo criativo e produtivo. Nessa ontologia, a estrutura não constrange a agência (EMIRBAYER, MISCHÉ, 1988), uma vez que esta é produtora e produto da estrutura. Por essa via, se entende que

peças contribuem e, com isso, mudam o mundo e suas práticas coletivas – ao mesmo tempo em que o mundo está reciprocamente as mudando através de ciclos de interações recursivas – por meio de lutas coletivas e individuais orientadas por uma ideia de futuro que elas visualizam, imaginam e com a qual estão comprometidas (STETSENKO, 2017, p. 37).

Passividade e adaptação estática são negadas e uma perspectiva ativa, propositiva, colaborativa e intencional é apontada como modo privilegiado através do qual humanidade e realidade do mundo se produzem contínua e mutuamente.

E porque qualquer movimento para além daquilo que é dado não é compreendido como menos real, sendo, na verdade, até mais real do que aquilo que é tradicionalmente considerado a ‘realidade’ do mundo como ele existe no presente (...) o processo de invenção do futuro é trazido para o primeiro plano (STETSENKO, 2016, p. 232).

Ao assumir metas, propósitos e objetivos como características fundamentais daquilo que orienta os processos de desenvolvimento, a *TAS* permite compreender a função que o futuro desempenha na produção das atividades executadas no presente. Se somos, em parte, fruto de nosso passado, é imprescindível reconhecer que nossos atos no presente são também “guiado[s] pelo, e inteligíveis à luz do destino que nós queremos atingir e com o qual estamos comprometidos” (STETSENKO, 2016, p. 236). Esse elemento torna compreensível a insistência dos ativistas brasileiros de inventar ativamente o futuro e, por consequência, reinventarem a si mesmos, através das suas práticas cotidianas.

Essa é a característica que faz de *TAS* um referencial adequado para: a) enfatizar a relevância de usar as atividades como unidade de análise no estudo das ações coletivas e movimentos sociais; b) compreender a função estratégica desempenhada pelas práticas prefigurativas no contexto dos protestos feitos pelos jovens ativistas brasileiros durante as ocupações das Escolas de Ensino Médio em São Paulo; c) reconhecer o impacto que a prefiguração do futuro pode exercer sobre o curso do desenvolvimento dos jovens ativistas.

5.2 Metodologia

Quando, em Novembro de 2015, os estudantes ocuparam a primeira escola de Ensino Médio na Grande São Paulo e as semelhanças com os eventos em curso desde 2013 se fizeram evidentes, começamos a coletar dados sobre as ocupações com vistas a entender: a) se, e como, esses eventos particulares se relacionavam com as mudanças em curso; b) quais seriam as contribuições específicas desses para as mudanças em curso nas formas de protesto no Brasil. Naquele momento, suspeitávamos que as ocupações no estado de São Paulo podiam ser lidas como um momento importante da criação, expressão e difusão dessa cultura de participação política juvenil que vem sendo forjada no país (Gohn, 2018). A popularidade que a ocupação como forma de protesto ganhou ao longo de 2016 reforçou essa suspeita. A imensa quantidade de material produzido pelas e sobre as ocupações em São Paulo tornou possível transformar essa suposição em hipótese de pesquisa a ser investigada.

Um aspecto proeminente nos “ocupas” foi o uso da Internet e das redes sociais para promoção, articulação e expansão das suas ações (CORTI, CORROCHANO, SILVA, 2016). Páginas no *Facebook*, canais no *Youtube* e *blogs* foram criados e intensamente usados pelos estudantes para disseminar documentos organizacionais, para debater o que poderia ser feito e

para apresentar sua versão dos acontecimentos. Como forma de apoiar as ocupações, cineastas e documentaristas produziram filmes curtos e *webseries* dos primeiros momentos da primavera secundarista (TAVOLARI, LESSA, MEDEIROS, JANUÁRIO, 2018). Pesquisadores também se interessaram bastante pelo fenômeno. O conjunto de informações disponíveis era convidativo pela sua diversidade e desafiador por sua dispersão.

A coleta de dados foi estruturada em dois momentos. O primeiro, desenvolvido de novembro de 2015 a julho de 2016, agrupou os materiais produzidos pelos alunos: vídeos disponíveis no *Youtube* e no *Vimeo*, textos jornalísticos divulgados via Internet, dentre outros. O segundo, realizado entre Janeiro de 2016 e Dezembro de 2018, coletou junto à *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* as publicações acadêmicas abordando o tema publicadas dentro do período. Todo esse material foi arquivado e classificado em três categorias de evidências: a) produções dos estudantes; b) vídeos sobre os eventos; c) análises acadêmicas. Essas evidências foram submetidas a análise de conteúdo e os resultados de tais análises foram usados para construção do caso narrativo, o qual será debatido na próxima sessão do texto.

O acesso a dados produzidos por atores distintos contribuiu para aumentar a acurácia e a pluralidade de pontos de vista usados para construir o caso (BRYMAN, 2012). Seguindo as diretrizes para tratamento de dados sugeridos por Patton (2015) submetemos estes a: a) busca intencional de homogeneidade comparada, a qual identificava similaridades entre as evidências; b) busca conceitualmente orientada limitada por saturação, a qual evidenciou exaustivamente, nos dados trabalhados, traços distintivos dessa nova cultura de participação juvenil associada ao termo ativismo.

5.2.1 Produções dos estudantes

A página no *Facebook* do “Coletivo Mal Educado”, seguida em junho de 2019 por 76 mil usuários, e o *blog* do mesmo grupo foram pontos de partida essenciais para acessar as produções dos estudantes. Em linhas gerais, o material lá divulgado justificava a necessidade dos protestos, expunha as demandas dos secundaristas, apresentava soluções para as demandas apontadas e debatia a forma como o protesto devia ser feito. Vídeos, postagens em redes sociais e outros conteúdos circularam amplamente pela Internet. Tendo coletado esses materiais e aplicado técnicas de análise de conteúdo com vistas a tentar entender os temas recorrentes, encontramos os seguintes resultados: a) recomendações sobre como os protestos deveriam ser organizados; b) descrições do cotidiano das ocupações; c) motivos para realização das ocupações. Tais achados, quando triangulados com os demais resultados,

mostraram-se bastante consistentes. Desse acervo, um documento mereceu atenção especial, tanto por ter circulado amplamente por entre as escolas ocupadas, quanto por ter sido apontado pelas análises acadêmicas como fundamental na implementação da estratégia dos estudantes durante os protestos.

A cartilha “Como ocupar uma escola?”, editada pelo Coletivo Mal-Educado é uma adaptação de material similar usado por estudantes chilenos durante a “Revolta dos Pinguins” (ZIBAS, 2008). Além de apresentar a estratégia, o texto conta um pouco dos acontecidos no Chile e encoraja cada um dos estudantes a tomar parte nos protestos: “as ocupações começaram nas escolas onde as turmas estavam mais engajadas na luta, mas o exemplo serviu de inspiração para estudantes de mais lugares e, rapidamente, quase todos os colégios do Chile foram tomados (...) Já pensou se fizessemos igual em São Paulo?” (MAL-EDUCADO, 2015, p. 1). É crucial destacar que o estilo de escrita do material, o qual será debatido na próxima sessão do texto, apresenta a intenção dos estudantes de recriar as formas de apresentação e implementação de uma estratégia e reforça o argumento de que atividades prefigurativas são um traço característico das ocupações.

5.2.2 Vídeos sobre os eventos

Entre janeiro de 2016 e julho de 2017, pesquisamos as plataformas de divulgação de vídeos “*Youtube*” e “*Vimeo*”. Usando as palavras “ativismo”, “protesto” e “estudantes”, angariamos 48 vídeos, com duração entre 3 e 139 minutos, totalizando aproximadamente 30 horas de dados gravados. A imersão nessas histórias deu acesso aos discursos dos estudantes e de seus pais, de professores, de diretores e também de outros membros das comunidades onde as escolas estão inseridas. Construir o caso analisando completamente as 30 horas de vídeo era uma tarefa inviável – fez-se necessário criar critérios para definir quais vídeos usar.

Considerando que: a) os materiais produzidos pelos próprios estudantes recomendavam atenção ao que acontecia no cotidiano das escolas ocupadas; b) incluir o ponto de vista dos alunos através da perspectiva de um diretor externo aumentava a pluralidade de leituras com as quais trabalharíamos e; c) estávamos interessados em compreender traços da nova cultura de protesto e a racionalidade que a movia, os critérios para selecionar os vídeos foram: 1) ter sido publicado enquanto as ocupações ainda estavam acontecendo; 2) ter como foco as atividades desenvolvidas no interior das ocupações; 3) apresentar majoritariamente o ponto de vista dos estudantes (o que levou à exclusão de materiais nos quais jornalistas, políticos e acadêmicos opinavam sobre os fatos); 4) explicitar por que era importante para os

estudantes distinguirem suas formas de protesto ativistas daquelas com características militantes.

A amostra final incluiu três documentários: “Escolas ocupadas – A verdadeira reorganização” (BRO, 2015); “São Paulo: Educação Ocupada” (VICE-Brasil, 2015); “Ocupação das Escolas na voz dos Estudantes, Pais e Sociedade” (ESTADÃO, 2015). Juntos, esses vídeos somam uma hora de duração. Esse material foi transcrito e submetido a uma análise de conteúdo objetivando explicitar os traços apontados como distintivos das ocupações. O resultado dessa análise evidenciou: a) a importância dada pelos estudantes às atividades desenvolvidas no interior das ocupações; b) a racionalidade da estratégia usada na condução das ocupações; c) as formas através das quais os estudantes se auto-organizaram no trato das atividades cotidianas dentro das escolas; d) os esforços para promoção de processos decisórios e organizativos públicos, inclusivos e participativos. A triangulação desses achados com aqueles obtidos através da análise das outras evidências atesta a consistência dos resultados.

5.2.3 Análises acadêmicas

A busca no *Scielo* por artigos acadêmicos sobre as ocupações em São Paulo, realizada entre Janeiro de 2016 e Dezembro de 2018, empregou as palavras-chave: “ativismo”, “protesto” e “estudantes” e encontrou 41 artigos³⁷. Desses, 10 tinham como foco as ocupações no estado de São Paulo e, por isso, foram selecionados para análise. Esses textos exploram diversos aspectos dos “ocupas”, tais como a estratégia usada, as atividades pedagógicas propostas pelos alunos para promover aulas durante os protestos e os dilemas jurídicos causados por cidadãos menores de 18 anos ocupando prédios públicos.

Tendo em vista a função desempenhada por esse material, as análises acadêmicas foram tratadas como dados brutos e não somente como revisão de literatura. Elas foram comparadas com os demais tipos de evidência coletadas para aumentar a consistência das informações obtidas e para validar as conclusões alcançadas. Analisando esse material com vistas a identificar os traços que faziam as ocupações diferentes das formas usuais de protesto no Brasil obtivemos os seguintes resultados: a) experimentações de valores, normas e formas de conduta, nas ocupações, que os estudantes supõem mais adequadas do que aquelas hoje vigentes na sociedade; b) negação das estratégias e repertórios de ação típicos de sindicatos,

³⁷ A importância das ocupações foi reconhecida pela comunidade acadêmica, sendo um exemplo disso a decisão editorial da revista “Educação Temática Digital” de dedicar, em Janeiro de 2017, dois volumes ao tema das ocupações. Construídos em perspectiva multidisciplinar, o volume 19, número especial, e o volume 19, número 01, fazem do lema “ocupar e resistir” uma pergunta e exploram diversas perspectivas desse fenômeno.

grêmios estudantis e partidos políticos de esquerda no Brasil; c) emprego de valores e princípios autonomistas; d) emprego intenso das novas tecnologias de comunicação.

5.2.3 Conclusões Preliminares e uma síntese

O trabalho realizado com as múltiplas evidências nos permitiu sustentar que os “ocupas” são eventos que ilustram bem as mudanças que tem moldado a nova cultura de participação de que fala Gohn (2018). As análises realizadas até aqui demonstram que aqueles que protestaram eram, novamente, jovens vivendo em grandes cidades, preocupados com questões da vida cotidiana usando arranjos organizativos descentralizados, prezando por processos decisórios e organizativos participativos e evitando serem representados por partidos políticos, diretórios estudantis ou outros atores mais tradicionais na cena de protesto brasileira. Essa repetição reforça o argumento sobre autonomia, conexão e redes serem princípios organizativos caros aqueles que têm manufaturado o ativismo brasileiro.

Sobre as particularidades desse caso, estudantes, documentaristas e acadêmicos convergiram em apontar as atividades desenvolvidas dentro dos “ocupas” como uma forma prática de contestar o modo de ação paternalista, altamente hierarquizado e vanguardista de partidos políticos, grêmios estudantis e sindicatos brasileiros – metodologias de agir em conjunto, repertórios de protesto e estratégias organizativas que os jovens ativistas caracterizam como tipicamente militantes.

Para debater essa particularidade escolhemos tratar as evidências coletadas e os resultados obtidos integrando-os em uma outra unidade analítica e construímos um estudo de caso narrativo (BRADEL; VARKAS, 2001). Tratar todos os ocupas no estado de São Paulo como um caso tem como limitação principal suprimir as singularidades vividas em cada uma das mais de 200 escolas. Contudo, esse arranjo permite compreender melhor fatos que, se tomados isoladamente, tornam-se poucos expressivos. Apresentar e debater os fatos ocorridos usando esse recurso analítico permitiu explorar traços dessa cultura de participação juvenil, nesse momento em que ela ainda vem sendo moldada.

5.3 Caso, análise e discussão

Em novembro de 2015, um levante juvenil ocorreu na rede de ensino público no Estado de São Paulo. Os “ocupas” aconteceram em resposta a um plano governamental que pretendia reestruturar a rede escolar estadual, fechando aproximadamente 93 escolas e afetando a vida cotidiana de centenas de jovens. Os alunos se sentiram ultrajados não só pelo

plano em si, mas também pela forma como ele foi apresentado, o que pode ser exemplificado através da seguinte fala de um dos participantes das ocupações:

[A reestruturação escolar] deveria ser chamada de imposição [escolar] porque não foi conversada nem com os professores e nem com os pais e muito menos com os alunos que vão ser os maiores afetados. Essa reorganização, na verdade, vai acabar piorando a vida de muita gente se for aprovada. É por isso que nós estamos na luta para tentar ver se conseguimos alguma coisa, porque tudo está sendo imposto (ESTADÃO, 2015).

Para apresentação esquemática dos principais fatos que marcaram o processo das ocupações montamos um quadro partindo do material produzido por HAYASHI et al. (2017). Ele traça uma linha do tempo na qual os ocorridos são associados a frases que os secundaristas cunharam para marcar suas posições, as quais auxiliam a compreensão dos sentidos atribuídos pelos participantes aos diversos momentos da luta.

Tabela 01 – Cronologia das Ocupações no Estado de São Paulo		
Período	Contexto	Lema
Março 2015 – Junho 2015	Mobilização dos professores da rede pública estadual, apoiada por parte dos alunos, a qual produziu uma greve iniciada em 13 de Março e finalizada em 15 de Junho.	Professor é amigo meu, mexeu com ele, mexeu comigo.
Setembro 2015	Secretaria da Educação de São Paulo anuncia plano para reorganização escolar.	Educação é investimento, não gasto.
	Divulgação pela Secretaria de Educação da lista das escolas atingidas pela reorganização escolar.	Quem fecha escolas, abre prisões.
	Início dos atos de rua - tanto na capital, quanto no interior do estado, contra a reorganização escolar.	Alckmin, o exterminador do futuro.
Outubro 2015	Divulgação da lista das 93 escolas que seriam	Alckmin, o inimigo

Tabela 01 – Cronologia das Ocupações no Estado de São Paulo		
	fechadas.	número um da Educação.
Novembro 2015	Ocupação da Escola Estadual Diadema, em Diadema.	Se fechar, a gente ocupa!
	Ocupação da Escola Estadual Fernão Dias Paes, em Pinheiros, na cidade de São Paulo.	
	Justiça concede reintegração de posse na E. E. Fernão Dias, mas decisão é derrubada pelo juiz da 5ª Vara de Fazenda Pública.	Sem educação não há democracia.
	Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo defendem as ocupações das escolas contra o governo do Estado.	
	Anúncio da manutenção do plano de “reorganização escolar” pelo Secretário da Educação Herman Voorwald.	
	Boicote ao exame do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo	
	Início das intervenções na rua, causando trancamento de avenidas e chamando ainda mais a atenção da opinião pública,	
Dezembro 2015	213 escolas ocupadas em todo o estado de São Paulo.	Tomamos o que é nosso!

Tabela 01 – Cronologia das Ocupações no Estado de São Paulo		
	Ação civil pública para suspensão da “reorganização escolar” solicitada pelo Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de São Paulo.	Pai, afasta de mim esse Alekmin!
	Publicação do Decreto n. 61.692 revogando o Decreto n. 61.672º o qual permitia a reorganização escolar	Não tem arrego.
Janeiro de 2016	Desocupação das últimas escolas.	Ocupar e resistir.

Durante o tempo em que mantiveram as escolas ocupadas, os estudantes promoveram atividades artísticas, culturais e pedagógicas abertas à comunidade escolar. Em vez das aulas regulares, nas quais o conteúdo curricular parece muito distante das preocupações cotidianas, os ocupantes desenharam um currículo englobando suas preocupações, desejos e sonhos. Usando recursos disponíveis nos seus territórios e nas suas comunidades e convidando os membros dessas para tomarem parte em “aulas públicas”, estudantes debateram política, economia, história, preconceitos, sexualidade, machismo, dentre muitos outros temas. Respondendo à crítica de que as ocupações estavam diminuindo as oportunidades de aprendizagem dos alunos, eles próprios informam que:

A gente aprende todo dia e o tempo todo. A gente aprendeu a se organizar. Eu aprendo a cada segundo com o pessoal que estuda aqui comigo. A ocupação tá mudando todo mundo e não adianta falar que não. A gente está aprendendo sim. E eu vou levar isso para o resto da vida (BRO, 2015).

Com as ocupações, os estudantes foram bem-sucedidos em: a) explicitar os diferentes entendimentos de governantes e governados sobre qualidade na educação; b) ocupar mais de 200 escolas públicas; c) produzir a exoneração do secretário estadual de educação na época; d) barrar a execução do projeto de reestruturação da rede escolar. E mais, esses alunos deram visibilidade nacional à metodologia ativista de protesto.

Como apontado brevemente na sessão anterior, as atividades desenvolvidas pelos estudantes continuam tentativas deliberadas de superar a compreensão de que os fins pelos quais se luta são suficientes para justificar o uso de quaisquer meios para atingi-los. A preocupação dos jovens ativistas de criar espaços de aprendizado nos quais eles pudessem experienciar os valores e normas que os mesmos supõem adequados para organizar a sociedade futura foi apontada nos três tipos de evidência trabalhados. Essas práticas contrastam com o tradicional legado militante, sustentado na versão Stalinista do Marxismo. Exemplos de atividades onde esteve expresso o desejo dos estudantes de prefigurar o futuro incluem: a) implementar uma estratégia unificada, mas não obrigatória, para conduzir as ocupações; b) priorizar processos decisórios abertos, participativos e inclusivos; c) criar ambientes nos quais respeito mútuo e solidariedade eram nutridos; d) usar atividades cotidianas dentro dos “ocupas” como oportunidade para remodelarem-se enquanto mudam a escola.

Ao montar e analisar o caso, evidenciamos que o uso das práticas prefigurativas foi um traço central das ocupações das escolas de Ensino Médio em São Paulo e que este as diferencia das formas tradicionais de protesto no país. Nas subseções seguintes, apresentaremos como o conceito de práticas prefigurativas (YATES, 2015a) enquadra esse traço diferencial e apontaremos como essas experiências, quando lidas à luz das premissas de TAS, são fundamentais para produção das transformações sociais, posto que permitem ampliação da imaginação Política e a invenção do Futuro.

5.3.1 As ocupações como espaços prefigurativos

Catini e Melo (2016) apontam a existência de práticas prefigurativas já nas manifestações de Junho de 2013. Contudo, no caso estudado, elas se tornam um traço distintivo crucial. Yates (2015a) sugere que práticas prefigurativas nas formas contemporâneas de ação coletiva são processos que mobilizam cinco componentes distintos:

[1] experimentação coletiva; [2] desenho, proposição e circulação de significados políticos; [3] criação de novas normas, valores e condutas alinhadas ao ideal de futuro que move o grupo; [4] inclusão dessas na estrutura organizacional do movimento, [5] difusão e contaminação dessas ideias, mensagens e objetivos por entre redes outras que não aquelas dos integrantes do movimento (YATES, 2015a, p. 1).

Quando mobilizados juntos, os cinco componentes criam oportunidades para os participantes se moverem além da negação das normatividades vigentes e avançarem experimentalmente na produção de normas e valores alinhados a seus anseios. Tais

experimentos, os quais tiveram muita importância no caso que estudamos aqui, permitem aos participantes interrogarem suas próprias crenças, trocarem ideias sobre o que precisa ser feito e construir, no presente, estruturas organizativas e identidades culturais adequadas para habitar o futuro almejado. É mister esclarecer que, no caso estudado, o ideal de futuro não está materializado em um projeto ou programa preestabelecido, o qual, se atingido, revolucionaria todas as normas sociais do Presente. O plano partilhado envolve o desejo comum de reconstruir as “formas de sociabilidade na sociedade civil” (Gohn, 2018, p. 122) e através disso, conforme temos sublinhado com a ajuda de *TAS*, inventar o Futuro.

Uma consequência importante do uso de práticas prefigurativas diz respeito à diminuição das distâncias entre aqueles que planejam e aqueles que executam. Se, em organizações militantes, a cultura organizacional valoriza planejamentos estratégicos centralizados feitos por especialistas que não executarão as ações, nos coletivos ativistas, como os que tomaram as escolas em São Paulo, as estratégias e as táticas tendem a ser trabalhadas por aqueles que executarão as ações. Se organizações militantes esperam de seus membros comprometimento e rigor na execução das estratégias planejadas centralizadamente pelo conjunto experts, em coletivos ativistas, a estratégia tende a ser uma recomendação, devendo ser compreendida, avaliada, relativamente reinventada, transformada de acordo com as necessidades, possibilidades e interesse dos executores, e, só então, executada. Uma análise da cartilha “Como ocupar uma escola?” (MAL-EDUCADO, 2015) evidencia como isso foi articulado no caso das escolas.

A cartilha continha o plano estratégico desenhado para conduzir as ocupações em todas as escolas (CORTI, et al., 2016), tendo, portanto, função crucial para o desenrolar do processo. O texto é escrito de modo descritivo e explanatório, com um estilo que evita recomendações e prescrições sobre o que deve ser feito. Ele oferece exemplos do que foi feito em situações semelhantes e chama atenção para aspectos da ocupação que merecem atenção dos estudantes. “Uma vez que a decisão de ocupar a escola for tomada por todos os alunos envolvidos, é crucial e ‘obrigatório’ que os ocupantes decidam como isso deve ser feito” (MAL-EDUCADO, 2015, p. 4, ênfase no original). Ao indicar a assembleia como instância deliberativa máxima durante os “ocupas” e recomendar que seja provido tempo extra para que os participantes menos experientes “elaborem seus pontos de vista” (MAL-EDUCADO, 2015, p. 3), os autores da cartilha recomendam que os ocupantes questionem a estratégia. Ao fazer isso, eles reconhecem, reforçam e incentivam a necessidade de trazer ações experimentais e experienciais para o campo das disputas políticas. Fazendo isso, os criadores da estratégia convocam os demais participantes da ocupação a assumir uma postura propositiva e criativa

dentro do processo. Afinal, “não há mágica, ou fórmula secreta para ocupar uma escola” (MAL-EDUCADO, 2015, p. 3).

5.3.2 Prefiguração e desenvolvimento: por que essas práticas importam?

Através das lentes da Transformative Activist Stance – TAS, um referencial teórico que reconhece as atividades intencionais como cruciais à definição do curso do desenvolvimento humano, é possível entender a relevância da prefiguração para os processos de transformação social e concordar com a mãe do aluno que nos diz: “Eu acho que essa experiência que eles estão tendo, de viverem assim, tomando conta do patrimônio que é deles, eu acho que só foi para crescimento, eu acho que ele amadureceu bastante” (ESTADÃO, 2015).

Ao negar a postura passiva de adaptação mecânica a um mundo pronto e acabado, destacando tanto o caráter de produção e desenvolvimento conjunto do sujeito e do mundo, quanto a intencionalidade deste sujeito como direcionador das atividades desenvolvida no mundo, *TAS* sublinha a relevância de metas, objetivos, desejos, sonhos e projetos de futuro de cada sujeito na construção do curso do desenvolvimento. Discorrendo sobre as peculiaridades dos modos de ação humana, Stetsenko explicita que o futuro está sempre contido nos atos do presente. “O agir humano é contingente ao comprometimento dos indivíduos com certas versões do futuro e, mais importante, ‘sempre já’ gradualmente criando esse futuro através de suas ações no presente” (STETSENKO, 2013, p. 18).

Durante os “ocupas”, a necessidade de construir relações mais equânimes entre os gêneros masculino e feminino foram endereçadas usando práticas prefigurativas. Diante da demanda de montar grupos de trabalho para dar conta das atividades essenciais à manutenção da ocupação – tais como segurança patrimonial, limpeza, transporte de cargas e preparação de comida – os ativistas criaram comissões mistas, com vistas a propiciar a participação de meninas em atividades tipicamente masculinas no Brasil (como segurança e transporte de materiais) e de meninos em atividades majoritariamente femininas (como limpeza e cozinha).

Os experimentos prefigurativos como esse foram desenvolvidos no dia a dia das ocupações e produziram ambientes de aprendizagem nos quais os jovens ativistas puderam criar, aprender, ensinar e experienciar normas, valores, regras e condutas que podem ser mais próximas dos projetos de futuro com que os estudantes estão comprometidos. A criação de tais espaços possibilitou processos de aprendizagem e de desenvolvimento que contemplam “esforços e lutas por como os estudantes querem ser e como eles querem que o mundo seja” (STETSENKO, 2017, p. 41). Participar desses processos de ensino-aprendizagem tende a

produzir impacto no curso do desenvolvimento desses jovens, como nos informa um jovem ativista:

Eu acho que até nesses 15 dias que a gente ficou aqui já dá pra perceber uma diferença nas pessoas. Porque está todo mundo assim, muito mais formado. As pessoas falam melhor, elas conversam melhor, elas conseguem pensar de uma forma que não fica só naquela caixinha (BRO, 2015).

Essa experiência também os ajudou a expandir sua imaginação política, seus anseios de mundo e a compreender que é através de seus atos que esse mundo ideal será produzido.

Eles disseram que nós não iríamos conseguir nada, que nós éramos muito novos para tentar, que nós éramos imaturos, irresponsáveis. Mesmo assim, nós criamos aqui um tipo de escola que nem o Estado e nem o Mercado foram capazes de criar. Uma escola cheia de cultura na qual os estudantes estão no comando (ALONSO; COLOMBINI, 2016)³⁸.

Uma vez que *TAS* não separa antiteticamente o desenvolvimento individual do social, ela nos ajuda a perceber que

as pessoas são agentes não apenas para os quais ‘as coisas importam’ mas que importam na história, cultura e sociedade e, mais ainda, que tornam-se em indivíduos únicos exatamente através do seu próprio ativismo, quer dizer, através e na medida em que se engajam em questões relevantes para a vida social e encontram meios de fazer a diferença nesses processos enquanto contribuem com ele (VIANNA, HOUGAARD, STETSENKO, 2014, p. 63 – grifos no original).

Prefigurar importa pois é através das atividades desenvolvidas que podemos redirecionar o curso de nosso desenvolvimento e, com isso, reinventar o mundo. Se os jovens ativistas desejam um mundo onde haja mais solidariedade, respeito mútuo e menos violência de gênero, será necessário tentar inserir tais valores nas atividades desenvolvidas por eles mesmos no presente, pois é assim que eles poderão ir construindo a si mesmo enquanto mudam o mundo.

Os secundaristas negam, em ato, a tendência vanguardista da esquerda militante brasileira e, com seus experimentos prefigurativos, reconhecem que “visões de mundo não são pacotes prontos ou valores pré-formulados que os indivíduos podem simplesmente receber uns dos outros ou que podem ser impostos sobre eles de fora para dentro” (STETSENKO, 2016, p. 241). Insistindo na necessidade de trazer os valores do futuro almejado para o dia a dia das escolas, os secundaristas oferecem uma alternativa às

³⁸ Essa citação foi extraída do filme “Lute como uma Mina”. Por ter sido lançado em Novembro de 2016, ele foi excluído da análise. Mesmo assim considerando que a fala sintetiza um efeito crucial dos “ocupas” nos estudantes, decidimos incluí-la aqui.

desgastadas práticas de conscientização e sensibilização da classe trabalhadora feita pela esquerda militante brasileira.

As práticas prefigurativas e os esforços ativistas são fundamentais por fornecerem uma pista crucial para “a esquerda que não sabe quem é”³⁹: não é negando necessidades específicas, desejos, anseios e sonhos individuais que se muda o mundo. Pelo contrário, reconhecer essas singularidades é condição para traçarmos outras rotas para nosso desenvolvimento, para pluralizar os desejos de futuro e, assim, fugir dos pessimismos irremediáveis e impotência acachapante que parece rondar o mundo atual.

5.4 Desejos

Duas questões guiaram a análise do caso: quais as especificidades das ocupações das escolas? Como essa especificidade podem impactar o curso do desenvolvimento dos ativistas? Reconhecida como um momento importante de expressão das mudanças nas formas de ação coletivas em curso no Brasil, a adoção de práticas prefigurativas foi apontada aqui como traço específico dos “ocupas”. É visível o trabalho árduo feito pelos estudantes ativistas para coordenar a si mesmos, usando aqui e agora os valores e princípios que eles almejam verem espalhados pelo tecido social. “Focando nas relações (...) com vistas a inventar novas formas de comunidade” (DAY, 2004, p. 740), eles juntaram esforços para trazer o futuro de volta e viver naqueles espaços regidos por normatividades que, de fato, “ainda não estão lá” (ENGESTRÖM; SANNINO, 2010, p. 2).

A inseparabilidade entre as mudanças nas formas de protesto e o impacto que isso pode trazer para o curso do desenvolvimento dos sujeitos é o traço destacado ao longo de todo texto com o uso da *Transformative Activist Stance*. Por reconhecerem explicitamente a necessidade de inventar o futuro através das atividades do presente, as práticas prefigurativas tendem a produzir impactos no curso de desenvolvimento daqueles que as realizam por incentivá-los a orientar a si mesmos aqui e agora de acordo com as normatividades que supõem adequadas para organizar a vida social no futuro que eles almejam habitar.

Enquanto os “ocupas” aconteciam no Brasil, jovens negros, nos Estados Unidos, enfatizavam que vidas negras importam (*Black Lives Matter*). “Estudantes de várias universidades e faculdades forçaram os administradores dessas organizações a se engajarem em longas e árduas conversas sobre racismo e sexismo institucional, em revisões de políticas administrativas internas, em revisões curriculares e em mudar nomes dados a prédios dos

³⁹ Esse é o título da questionadora coluna publicada pela cronista Eliane Brum (2018) no *El País*, na qual a autora se pergunta: “Como deixar de apenas reagir, submetendo-se ao ritmo imposto pela extrema direita no poder e passar a se mover com consistência, estratégia e propósito?”.

campi” (CONNER, ROSEN, 2016, p. 1). Em 2018, estudantes de Ensino Médio marcharam pelas suas vidas (*March For Our Lives*) e entraram no debate sobre regulamentação federal de armas nos Estados Unidos. Em março de 2019, estudantes, em mais de 112 países, criaram uma sexta-feira pelo futuro (*Friday For Future*) e marcharam em grandes cidades pelo mundo em protesto contra a falta de ação dos Governos diante das mudanças climáticas e do aquecimento global.

Ao que parece, Mason (2012), está correto ao afirmar que esses protestos juvenis “ainda estão pipocando em todo lugar” e, com isso, pressionando os pesquisadores a qualificar as teorias usadas para compreender suas práticas. Além de apresentar nossa tentativa de resposta a essa pressão, este artigo é também um convite para os pesquisadores em Psicologia renovarem ativamente as teorias e ideias psicológicas usadas para estudar as pessoas engajadas na construção do nosso futuro.

Conclusão: intenções, apostas e desejos

Inspirado nas ideias da professora Ângela de Castro Gomes, entendo que esta tese cumpre a função de ser um rascunho da história imediata. Focando a atenção na disputa entre duas palavras que hoje integram o vocabulário político nacional, escandi significados e propus ideias para reconhecermos como traços dos nossos modos de vida têm sido incorporados nas formas pelas quais lutamos em busca de mudanças nas normas que regem a sociedade. Apontar a existência de sentidos de repertório, estratégia e instituição no uso das palavras ativismo e militância vêm sendo empregadas serviu para destacar em meio àquilo que parece apenas mais do mesmo, atos novos nos quais outros mundos já são possíveis.

A decisão de trabalhar as relações entre instituição e subjetivação é fruto da vontade de seguir pesquisando as ligações entre determinações estruturais e agência singular em um momento histórico no qual são cada vez mais explícitas as relações produtivas entre determinadas governamentalidades e certas formas de vida. Essa vontade apresenta parte do meu compromisso enquanto pesquisador-psicólogo que, diante do impossível da neutralidade, reconhece em seu ofício tanto uma dimensão clínica. Entendendo a Política enquanto “campo de forças que visam implementar modificações estruturais em nossas formas de vida, enquanto campo de forças que visam impedir o bloqueio e a mutilação de uma vida que pode ser maior do que atualmente é” (SAFATLE, 2012, p. 12-13), pesquisar as relações entre agência e estrutura é uma atividade clínica, pois identifica os regimes de exercício de poder que sustentam determinadas formas de viver.

A forma mais direta de colocar a questão que trabalhamos ao longo dos cinco ensaios que compõem essa tese é: como as diretrizes que ancoram e organizam as estratégias militante e ativista modulam os processos de subjetivação de militantes e ativistas? O rascunho de resposta possível é o seguinte: ambientes militantes tendem a valorizar disciplina, centralização e heteronomia, enquanto os ativistas incentivam experimentação, horizontalidade e autonomia. Sob tais condições, a subjetivação militante tende a ser menos flexível e a se expressar através de uma moralidade enrijecida, da valorização de comportamentos radicais e da dificuldade de adaptação a mudanças; já a subjetivação ativista é caracterizada pela flexibilidade e se expressa através de um ética situacional, da valorização da adaptação dos comportamentos as necessidades locais e de maior tolerância a mudança.

Reconhecer o caráter de rascunho da resposta não é desmerecer o trabalho realizado, uma vez que a pretensão não é de ter alcançado a última palavra sobre vetores de subjetivação de militantes e ativistas. A aposta é de que a pesquisa possa ser usada com ponto de partida

para análises sobre as transformações nos modos com que os humanos se engajam ativamente na tentativa de reconstruir o mundo. Todos os esforços foram feitos para que o leitor reconheça como válida a forma com que estudei o assunto, mesmo que ele discorde radicalmente das conclusões as quais eu cheguei. Chamar de rascunho expressa meu desejo de que as ideias trabalhadas aqui possam ser transformadas em arte final por outros pesquisadores de ofício que se interessem por essa temática. Tendo essa intenção é necessário apontar algumas limitações que reconheço no trabalho.

A estrutura ensaística, e a proposta de que cada capítulo desenvolva completamente uma ideia, podendo, assim, ser lido separadamente, quase como um livro de contos, pode ter gerado algumas repetições de parágrafos ou de ideias. Em parceria com editores, revisores e amigos a quem incomodei na reta final da tese, espero ter excluído tais repetições, mas admito que algumas podem ter escapado e possam ter causado incômodo ao leitor. Gostaria de ter explorado de forma mais consistente as convergências e divergências epistemológicas entre a Psicologia Social Institucionalista e a *Transformative Activist Stance*. Esse trabalho tornaria menos brusca a mudança de linguagem sofrida na passagem entre o ensaio quatro e o cinco. E mais, estou convencido de que tal aproximação poderia qualificar as propostas e estudos feitos no campo da Psicologia Social no Brasil. Na esteira dessa limitação, reconheço que o tratamento dado ao conceito de agência foi apenas elusivo. Limitações temporais me impediram de desenvolver de forma mais consistente esse tema e de relacioná-lo com a ideia de autonomia mobilizada pelas práticas dos ativistas.

Uma das pautas mais proeminentes dos movimentos de junho de 2013 e mesmo assim, ou até por isso, uma daquelas que recebeu menos respostas Estatais, pedia ampliação e renovação nas formas de participação dos cidadãos na vida política. Não por acaso, as ocupações das escolas de ensino médio em São Paulo, em 2015, e boa parte daquelas que se espalharam por Institutos Federais de Educação e Universidades pelo país ao longo de 2017, empenharam-se para manufaturar arranjos organizativos priorizando participação direta na organização e condução das ações. Os ocupantes parecem entender que a liberdade é mesmo “uma reunião sem fim⁴⁰”, mas que participar dessa reunião é condição para inventar o mundo que se deseja habitar, bem como para aprender maneiras de viver nele. Os jovens ativistas apontam em ato que o Presente é o tempo de construir a si mesmo na direção do mundo que se almejam ter no Futuro. E mais, eles insistem que essa é uma tarefa da qual não é possível se furtar.

⁴⁰ Tradução literal do título do livro de Polleta (2002) “*Freedom is an endless meeting: Democracy in American Social Movements*”.

Nesses tempos curiosos onde discursos e ações pró equidade e em defesa da produção intelectual são alvos preferenciais de ataques na cruzada pelo desmonte de direitos constitucionais e pela promoção da moral cristã neopentecostal, espero que o esforço da tese de desembaraçar ideias e ideais que nos formaram, deformaram e reformaram ao longo do tempo, possa ser usado para que sigamos reconstruindo as narrativas que fazemos do Presente, enquanto avançamos ativamente e intencionalmente na construção do Futuro.

Toronto, Verão de 2019.

Referências

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, Junho 2014.
- ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In CONH, G. (Org.). **Sociologia: Adorno**. São Paulo: Editora Ática. 1986. pp. 167-187.
- AGAMBEN, G. **O amigo & o que é um dispositivo?** 1 ed. Chapecó: Argos, 2014.
- ALCOFF, L. M.; ALCOFF, J. “Autonomism in Theory and Practice.” **Science & Society**: Vol. 79, Special Issue: Red on Black: Marxist Encounters with Anarchism, pp. 221-242, 2015.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p.49-86, 2009.
- ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, 2(3), 21-41. 2012.
- ALONSO, A. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer [Número Especial]. **Novos Estudos – CEBRAP**, 49-58, 2017.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**, 36(2), 144-159, 2017.
- ALONSO, B.; COLOMBINI, F. **Lute como uma mina** [vídeo], 2016. Disponível em: <https://youtu.be/8OCUMGHm2oA>. Acessado em 05 de Julho de 2019.
- ALVES, R. V. **Em exibição nos cinemas: a representação discursiva da militância de esquerda e da resistência na ditadura militar** (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, Maringá).
- ANCELOVICI, M., DUFOUR, P.; NEZ, H. **Street Politics in the Age of Austerity**: From the Indignados to Occupy. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2016.
- ANDERSON, P. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Portugal, Cidade do Porto: Edições Afrontamentos. 1976.
- ANDRADE, E. N. (org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Selo Negro, 1999.
- ARAÚJO, M. P. N. Por uma história da esquerda Brasileira – **Topoi**, Rio de Janeiro, pp. 333-353, 2002.
- AUGUSTIN, A. C. **Gestão das Fábricas na URSS: é possível um taylorismo socialista?** Anais Marx e o Marxismo: Insurreições, passado e presente. Niterói, RJ, 2015. Disponível em <https://goo.gl/LtnmZe>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- BAILES, K. Alexei Gastev and the Soviet controversy over Taylorism. **Soviet Studies**, v. XXIX, n. 3, 1977.
- BALTAZAR, B. Os Encontros e Desencontros da Militância e da Vida Cotidiana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 183-190, mai./ago. 2004.
- BARKER, C. et al. Marxism and Social Movements: An Introduction. In: BARKER, C., et al. **Marxism and Social Movements** : Marxism and Social Movements, BRILL, 2014.
- BAUMEISTER, R F.; LEARY, M. R. Writing Narrative Literature Reviews. **Review of General Psychology**, v. 1, n. 3, p. 311-320, ago. 1997.
- BENNETT, W. L, SEGERBERG, A. **The logic of connective action**: digital media and the personalization of contentious politics. New York: Cambridge University Press, 2013.
- BENNETT, W. L., SEGERBERG, A. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication and Society**, Vol. 15(5), pp. 739-768, 2012.
- BERTUCCI, J. de O. Desenvolvendo a solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 1(38), 2010.

- BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação** (6. ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BRANDELL, J. R., VARKAS, T. Narrative Case Studies. In B. A. Thyer (Org.), **The Handbook of Social Work Research Methods** (pp. 376-396). Thousand Oaks: SAGE Publications, 2001.
- BRETON, A., RIVERA, D. **Por Uma Arte Revolucionária Independente**. 1938. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/LDx7YV>. Acessado em 28 de Março de 2018.
- BRINGEL, B; DOMINGUES, J. M. Teoría crítica e movimentos sociais: interseções, impasses e alternativas. In BRINGEL, B; GOHN, Maria da Glória. (Org.). **Movimentos Sociais na Era Global**. 2ªed. Rio de Janeiro / Petrópolis: Vozes, 2014. p. 47-76.
- BRINGEL, B. Com, Contra e para Além de Charles Tilly: Mudanças Teóricas no Estudo das Ações Coletivas e dos Movimentos Sociais. **Revista Sociologia & Antropologia**, 2(3), 43-67, 2012.
- BRINGEL, B. As Jornadas de Junho em perspectiva global. **Dossiê Temático** n 03. Rio de Janeiro, NETSAL: Dezembro de 2013.
- BRINGEL, B., PLEYERS, J. Junho de 2013 dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad** Especial em Português, Outubro 2015.
- BRINGEL, B., & PLEYERS, G. (Org.). **Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.
- BRINKMANN, S. Doing Without Data. **Qualitative Inquiry**, Vol. 20(6) 720–725, 2014.
- BRINKMANN, S. **Qualitative inquiry in everyday life: Working with everyday life materials**. London, England: SAGE, 2012.
- BRO, J. **Escolas Ocupadas – A verdadeira reorganização** [vídeo], 2015. Disponível em: <https://youtu.be/UxpwFW62i7M>. Acessado em 05 de Julho de 2019.
- BRUM, E.. **A esquerda que não sabe quem é**, 2018. El País. Disponível em: <https://goo.gl/mXLn28>. Acessado em 05 de Julho de 2019.
- BRYMAN, A. **Social research methods**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2012.
- CADERNO CRH. **Representação Política no Brasil**, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/omY3fX>. Acesso em: 12 de Jun 2019.
- CANGUILHEM, G. **Ouvres Complètes**, tome iv.: Résistance, philosophie biologique et histoire des sciences 1940-1965. Paris: J. Vrin, 2014.
- CASTELLS, M.. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.
- CATINI, C. de R.; MELLO, G. M. C.. Escolas de Luta, educação política. **Educação & Sociedade**, 37(137), 1177-1202, 2016.
- CAVA, B.; BÉLTRAN, S. A. (Org). **Podemos e Syriza: experimentações políticas e democracia no século 21**, São Paulo: Annablume, 2014.
- CHAUÍ, M. Notas sobre Utopia. **Ciência e Cultura**, 60, 7-12. 2008.
- COIMBRA, D. **O militante é chato**. Em: Zero Hora Online, 03/11/2015. Disponível em: <https://goo.gl/si1NNv>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos — Crise e insurreição**. São Paulo: N-1 Editora, 2016.
- COMITÊ INVISÍVEL. **Motim e Destituição Agora**. São Paulo: N-1 Editora, 2017.
- CONNER, J.; ROSEN, S. M. (Org.). **Contemporary Youth Activism: Advancing Social Justice in the United States**. Praeger: ABC-CLIO, 2016.
- CORNELL, A. **Unruly equality: U.S. anarchism in the 20th century**. Oakland, CA: University of California Press, 2016.
- CORSINO, L. N., ZAN, D. D. P. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. **Educação Temática Digital**. 19(1), 26-48, 2017.

- CORTI, A. P de O; CORROCHANO, M. C; SILVA, J. A. da. “OCUPAR E RESISTIR”: A INSURREIÇÃO DOS ESTUDANTES PAULISTAS. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, dez. 2016.
- COSTA, I. C.G.C. **Em busca do paradigma perdido**: As esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009.
- DAMASIO, A. **Looking for Spinoza: joy, sorrow, and the feeling brain**. Orlando, FL: Harcourt, Inc. 2003.
- DAY, R. From hegemony to affinity. *Cultural Studies*, v. 18, n. 5, p. 716-748, set./dez. 2004.
- DAY, R. **Gramsci is dead**: Anarchist currents in the newest social movements. 1 ed. London: Pluto Press, 2005.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. **O Anti-édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- DELEUZE, G. **Instintos e Instituições**. 1953. Disponível em <https://bit.ly/2YqkR2m>. Acessado em 05 de Julho de 2019.
- DENZIN, N.k; LINCON, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research** (Fifth ed.), 2018.
- DOWBOR, M; SZWAKO, J. Respeitável público: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 43-55, Nov. 2013.
- DULLO, E. Paulo Freire e a produção de subjetividades democráticas: da recusa do dirigismo à promoção da autonomia. *Pro-Posições*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 23-43, 2014.
- DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serv. Soc. Soc.* n. 118, 2014.
- DUYVEND, J. W.; JASPER, J. M. (Ed). **Players and Arenas**: The Interactive Dynamics of Protest. Amsterdam University Press, 2015.
- EGBERT, D. D. **El Arte en la Teoría Marxista y en la Práctica Soviética**. Barcelona: Tusquets Editor, 1973.
- EMIRBAYER, M., & MISCHÉ, A. What Is Agency? *American Journal of Sociology*, 103, (4), 962-1023, 1998.
- ENGELMANN, F. Dossiê Educação Política: Novas configurações nas práticas de Militância – Apresentação. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 17-19, mai./ago. 2009.
- ENGESTRÖM, Y.; SANNINO, A. Studies of expansive learning: Foundations, findings and future challenges. *Educational Research Review*, 5(1), 1–24, 2010.
- ESTADAO. **Ocupação das Escolas na voz dos Estudantes, Pais e Sociedade** [vídeo], 2015. Disponível em <https://youtu.be/ZZLC6QMOMMs>. Acessado em 06 de Julho de 2019.
- FIGUEIREDO, L. C. A militância como modo de vida. *Cadernos de Subjetividade*, v.1(2), 1993.
- FIGUEIREDO, L. C. **Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Escritos**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.
- FILLIÈULE, O.; PUDAL, B. Sociologie du militantisme. Problématisations et déplacement des méthodes d’enquête. In FILLIÈULE, O; AGRİKOLIANSKY, E.; SOMMIER, I. (Eds.), **Penser les mouvements sociaux**: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines (pp. 163–184). Paris: La Découverte. 2010.
- FOMINAYA, C. F. Autonomous Social Movements and the Paradox of Anti-identitarian Collective Identity. In: McGarry, A.; Jasper, J. M.. **The identity dilemma**: Social movements and collective identity (Politics, history, and social change). Pensilvania: Temple University Press, 2015, p. 65-84.
- FOUCAULT, M. Introdução à vida não fascista. In Deleuze, G. & Guattari, F. **Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia** (pp. 3-4). Lisboa: Assírio e Alvim, 1977.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II**: O uso dos prazeres. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- FOUCAULT, M. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). **Revista de Comunicação e linguagem**, n.º 19. Portugal, Lisboa: Edições Cosmos, 1993.
- FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Inês Aufran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FOUCAULT, M. O saber gay. **Ecopolítica**, n. 11, 2-27, 2015.
- FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: Agir. 1962.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Pedagogia da esperança**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FREUD, S. Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In Freud, S. Edição Standard Brasileira das **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. XVIII. pp. 79-154.. Rio de Janeiro: Imago. 2006 (texto originalmente publicado em 1921).
- GANZ, M. Resources and Resourcefulness: Strategic Capacity in the Unionization of California Agriculture, 1959-1966. **American Journal of Sociology**, vol. 105, no. 4, pp. 1003–1062, 2000.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**.. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- GOHN, M. da G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, 27(71), 431-441, 2014.
- GOHN, M. G. Teorias dos Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: GOHN, M. G. M e BRINGEL, B. (Org.). **Movimentos sociais na era global**. 3a ed. Petrópolis: Vozes, v. 1, p. 19-36. 2015.
- GOHN, M da G. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, 2016.
- GOHN, M da G. **Manifestações e protestos no Brasil – Correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.
- GOHN, M. G. M. Jovens na Política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, 31(82), 117-133, 2018.
- GOLDSTONE, J. A.. More Social Movements or Fewer? Beyond Political Opportunity Structures to Relational Fields. **Theory and Society**, [S.L.], v. 33, n. 4, p. 333-365, ago. 2004.
- GORDON, U. Prefigurative Politics between Ethical Practice and Absent Promise. **Political Studies**, 66(2), 521-537, 2018.
- GORTER, H. **Open Letter to Comrade Lenin**. 1920. Disponível em Marxists Internet Archive, Disponível em: <https://goo.gl/842WeQ>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- GRAEBER, D. The New Anarchists. **New Left Review**, 13, 61–73, 2002.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, Vol. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUEVARA, E. C. O Partido Marxista-Leninista. In Bogo, A. (Org.). **Teoria da organização política – escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-minh, Marighella, Álvaro Cunhal, Agostinho Neto, Florestan Fernandes**. São Paulo: Expressão Popular. (Vol. II, pp.119-130), 2010.

- HARDT, M., NEGRI, A. **Assembly**. London: Oxford, 2017.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Empire**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000.
- HARVEY, David. **Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution**. London: Verso, 2012.
- HAYASHI, A. FERREIRA JR. E M. C. P. I. HAYASHI. Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, nº 4, p. 68 – 88, jan. - abr., 2017.
- HOBBSBAWN, E. J. Ernest. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWN, E. J. E. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo 1840-2011**, São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- HOLLOWAY, J. **Change the world without taking power**. London: Pluto Press, 2005.
- HOLLOWAY, J. **Crack capitalism**. New York: Pluto Press, 2010.
- IBGE. Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho, 2019/. Disponível em: <http://tiny.cc/u4zb8y>. Acessado em 30 de Abril de 2019.
- INSTITUTE, The Joanna Briggs. **Joanna Briggs Institute Reviewers' Manual: 2014 edition**. 1 ed. Adelaide/Australia: The Joanna Briggs Institute, 2014.
- INVISÍVEL, Comitê. Aos nossos amigos — **Crise e insurreição**. São Paulo: N-1 Editora, 2016.
- INVISÍVEL, Comitê. **Motim e Destituição Agora, São Paulo**: N-1 Editora, 2017.
- JANUÁRIO et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, 9, 2016.
- JASPER, J. **The art of moral protest: Culture, biography, and creativity in social movements**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- JASPER, J. A Strategic Approach to Collective Action: Looking for Agency in Social-Movement Choices. **Mobilization: An International Quarterly**, 9(1), 1-16, 2004.
- JASPER, J. **Getting Your Way: Strategic Dilemmas in the Real World**. University of Chicago Press. 2006.
- JASPER, J. Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research. **Annual Review of Sociology**, 37, 285-303, 2011.
- JASPER, J. The doors that culture opened: Parallels between social movement studies and social psychology. **Group Processes & Intergroup Relations**, 20(3), 285-302, 2017.
- JASPERS, J. **The Emotions of Protest**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.
- JAPER, J. et al. Character work in social movements. **Theory and Society**, 47:113-131, 2018.
- JURIS, J. **Youth and the world social forum**. Porto Alegre, 2006. Disponível em <http://ya.ssrc.org/transnational/Juris/> Acessado em: 22 mar. 2019.
- KEACH, William. Apresentação. In: Trótski, L. (2007) **Literatura e revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- KHRUSCHOV, N. **Informe Sobre a Atividade do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética ao XX Congresso do Partido**. 1956. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/q53mpx> . Acessado em 28 de Março de 2019.
- LAGRANGE, V. **Entrevista para exposição A União Soviética Através da Câmera**. 2015 Disponível em Arquivo Virtual de Exposições do Museu Oscar Niemeyer, <https://goo.gl/ISVx6E>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- LEITE, S. **Suma história da Companhia de Jesus no Brasil (assistência de Portugal): 1549-1760**. Lisboa: Junta de Investigação Ultramar, 1965.
- LENIN, V. I. A. **O que fazer?** 1902. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/Q3tLaf> . Acessado em 28 de Março de 2018.

- LENIN, V. I. *One Step Forward, Two Steps Back*, 1904. Disponível em Marxists Internet Archive, <http://tiny.cc/1nix8y>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- LENIN, V. I. *A Organização do Partido e a Literatura de Partido*. 1905. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/cknxld>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- LENIN, V. I. A. *Report on the Unity Congress of the R.S.D.L.P.*. 1906. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/zyoXUP>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- LENIN, V. I. **The Taylor System—Man’s Enslavement by the Machine**. 1914. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/v5jJVe>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- LENIN, V. I. A. **O Estado e a revolução**. 1917. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/8bHHxc>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- LENIN, V. I. A. **As Tarefas Imediatas do Poder Soviético**. 1918. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/8bHHxc>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- LENIN, V. I. **Sobre os Sindicatos, o Momento Atual e os erros de Trotski**. 1920. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/j8VGLi>. Acessado em 28 de Março de 2018.
- LENIN, V. I. A. **Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo**. 1920a. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/urWifg>. Acessado em 28 de Março de 2018.
- LIBERATO, L. V. M. **A guerra da tarifa**. Uma visão dentro do Movimento Passe Livre em Floripa. São Paulo: Fáiça, 2005.
- LIBERATO, L. V. M. **Antes de junho**: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014.
- LIBERATO, L. V. M. **Expressões Contemporâneas de Rebeldia**: poder e fazer da juventude autonomista (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, julho de 2006.
- LIMA, H.; ARANTES, A. **História da Ação Popular**: da JUC ao PC do B. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984.
- LOPES, R. **Sob o signo da metamorfose: as esquerdas comunistas brasileiras e a democracia** (1974-1982). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010.
- LOURAU, R. René Lourau na UERJ – 1993. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. **Mnemosine**, 3, (2), 2007.
- LUA NOVA: REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA. **De Voltas aos Movimentos Sociais**. Disponível em: <https://goo.gl/Bg8ozG>. Acessado em: 12 Jun 2019.
- LUCENA, C. T. Apresentação. **Cadernos CERU**, v. 20 n. 1. 2009.
- LUXEMBURGO, R. **1870-1919 A revolução russa**. Vozes, Petrópolis, RJ, 1991.
- MACEDO, E. A.; SILVA, Â. J. Militante trotskista: o dissidente por definição. *Anais do IV Congresso Internacional de História*. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/Y3usMA> Acessado em 21 de Março de 2019.
- MACHADO, J. A. S.. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.
- MACIEL, D. E. **Midiativismo**: entre a democratização e a assimilação capitalista. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.
- MAECKELBERGH, M. **The Will of the Many: How the Alterglobalisation Movement is Changing the Face of Democracy**. London: Pluto Press, 2009.
- MAECKELBERG, M. Horizontal democracy now: From alterglobalization to occupation. **Interface**: a journal for and about social movements, 4, 207–234, 2012.
- MAHON, M. **Foucault's Nietzschean genealogy**: Truth, power, and the subject . Albany: State University of New York Press, 1992.

- MAL-EDUCADO. **Como ocupar uma escola?**,2015. Disponível em: <https://goo.gl/BNSR2x>. Acessado em 06 de Julho de 2019.
- MARTINS, F. J. **A pedagogia da Ocupação das Escolas**, El Pais, 2016. Disponível em <https://goo.gl/e3Nzsf>. Acessado em 13 de Julho de 2019.
- MARTINS, F. J. **Ocupação da escola: uma categoria em construção**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2009.
- MASON, P. **Why it's kicking off everywhere: The new global revolutions**. London; New York: Verso, 2012.
- MCGARRY, A.; JASPER, J. (org). **The identity dilemma: Social movements and collective identity**. Pensilvania: Temple University Press, 2015.
- MELO, P. B. A intervenção cultural do discurso cinematográfico: Os sentidos da ditadura militar no Brasil. **FAMECOS: mídia cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 68-80, mai./ago. 2010.
- MENDES, C. **Movimento dos Vivos: A esquerda católica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Livro, 1966.
- MENDONÇA, R. F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, (66), 130-159, 2017.
- MENDONÇA, R. F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 66, p. 130-159, abr. 2017.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba , v. 15,n. 2,p. 320-332, Apr. 2011.
- MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 66, p. 117-149, 2003.
- MEZAN, R. **Freud, pensador da cultura**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.
- MEYER, G. Italian anarchism in America: Its accomplishments, its limitations. **Science & Society**, 79, 176–195, 2015.
- MIGUEL, J. D. A história como controle absoluto: regulamentação e normatização do cotidiano em nós, de Evgeny Zamyatin. **Proj. História**, São Paulo, (30), p. 343-358, 2005.
- MIGUEL, J. D. **Arte, Ensino, Utopia e Revolução: os Ateliês Artísticos Vkhutemas/Vkhutein (Rússia/URSS, 1920-1930)**. Tese de Doutorado apresentada junto do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.
- MISCHE, A. Fractal Arenas: Dilemmas of Strategy and Style in a Brazilian Student Congress. In: DUYVEND, J. W.; JASPER, J. M. (Ed). **Players and Arenas: The Interactive Dynamics of Protest**. Amsterdam University Press, 2015. p.55-78.
- MISCHE, A. **Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks**. 1 ed. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- MOUSTERDE. P. **Reinventando a Utopia.: Práticas Alternativas da Esquerda Latino-Americana**. 1 ed. Porto Alegre: Tomo, 2013.
- MPL, MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Carta de princípios do Movimento Passe Livre**, 2013. Disponível em <https://goo.gl/5DhYui>. Acessada em 06 de Julho de 2019.
- MPL, MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: VAINER, C., Harvey, D., Maricato, E., Brito, F., Peschanski, J. A., Maior, J. L. S. Lima, V. A. **Cidades Rebeldes. Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil** (pp.12-18). São Paulo: Boitempo. 2013.
- NAUJORKS, C. J; SILVA, M. K. Correspondência identitária e engajamento militante. **Civitas Revista de Ciências Sociais**. v. 16, n. 1, 2016.
- NECHAYEV, S. **The Revolutionary Catechism**, 1869. Disponível em <http://tiny.cc/jy027y>, Acessado em: 12 jun. 2019.

- NIETZSCHE, F. **Além do Bem e do Mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, F. **Ecce homo**: como alguém se torna o que é. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, G. N. D. et al. Novos possíveis para a militância no campo da Saúde: a afirmação de desvios nos encontros entre trabalhadores, gestores e usuários do SUS. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 13, n. 1, p. 523-529, mai. 2009.
- PASSOS, E. et al (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PASSOS, E. et al. **Pistas do Método da Cartografia, Vol. 2**: A experiência da pesquisa e o plano comum. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 2016. 310 p.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 391-413, mai./ago. 2013.
- PATTON, M.Q. *Qualitative Evaluation and Research Methods*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2015.
- PETTINICCHIO, D.. Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy in Social Movements. **Sociology Compass**, [S.L], v. 4, p. 499-510, dez. 2012.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca. 2014.
- POLLETTA, F. **Freedom is an endless meeting**: Democracy in American Social Movements. 2002.
- POWELL, W. Neither market nor hierarchy: Network forms of organization. **Research in organizational behavior**, 12, 295-336, 1990.
- PSTU. **Proposta de Manifesto** – Um chamado à rebelião! Um projeto socialista contra a crise capitalista, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/QGFjRE> Acessado em 04 de Julho de 2019.
- PURKIS, J.; BOWEN, J. **Changing anarchism**: Anarchist theory and practice in a global age. Manchester: University Press, 2013.
- RAEKSTAD, P. **Democracy, socialism, and human development: A realist and comparative critique of capitalism** (tese de doutorado não publicada). University of Cambridge, Cambridge, 2016.
- RAEKSTAD, P.. Revolutionary practice and prefigurative politics: A clarification and defense. **Constellations**, 25(3), 359–372, 2018.
- REIS, D. **A revolução faltou ao encontro**: Os comunistas no Brasil. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1990.
- REIS, D. A. As revoluções russas e a emergência do socialismo autoritário. **Estudos Avançados**, 31(91), 67-79, 2017.
- RODRIGUES, L. M. Lenin: o partido, o Estado e a burocracia. **Lua Nova**, n. 15. 1989.
- ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- ROLNIK, S. **A hora da Micropolítica**. 1a edição / 5o volume da série Pandemia (cordéis). São Paulo: N-1. 2016.
- ROMAGNOLI, R. C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 44-52, jan./abr. 2014.
- ROSS, J. **Autonomy: an idea whose time has come**, 2013. Disponível em <https://goo.gl/dw449D> Acessado em 13 de Julho de 2018.
- ROSSI, A; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, jun. 2014.
- ROUSSELLE, D; EVREN, S. **Post-Anarchism: A Reader**. London: Pluto Press, 2011.

- SAFATLE, W. **A fenomenologia do Espírito**. Curso ministrado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo no primeiro semestre de 2007. São Paulo, 2007, 297p. Disponível em <https://goo.gl/P8dYix>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- SAFATLE, W. **Introdução à experiência intelectual de Gilles Deleuze: Em direção à Diferença e Repetição**. Curso ministrado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo no primeiro semestre de 2012. Disponível em <https://goo.gl/KtnhUI>. Acessado em 28 de Março de 2019.
- SAFATLE, W. **Por uma autocrítica da Esquerda** – Entrevista a Revista Caros Amigos, publicada na edição 232, em agosto de 2016a. Disponível em <https://goo.gl/Wtsfdb>. Acessado em 28 de Março de 2018.
- SAFATLE, W. **Quando as ruas queimam**: manifesto pela emergência. 1a edição / 3o volume da série Pandemia (cordéis). São Paulo: N-1, 2016.
- SALES, A. L. L.F.; FONTES, F. F. ; YASUI, S. Why they still fight like this? Archeological notes about 'militantes' and their subjectivities. In: **International Psychological Applications Conference and Trends**, 2018, Porto. Psychological Applications and Trends. Lisboa: InScience Press, 2018. p. 190-194.
- SANTOS, F. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 96, p. 15-25, 2013.
- SAWAMURA, M. H. F. ‘Junho fascista’ e ‘Junho autonomista’: permeabilidade entre sentidos, saldos e interpretações de junho de 2013. **Idealogando**, 2(2), 1-26, 2018.
- SAWICKI, F.; SIMEANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.
- SÈVE, L.. **Começar Pelos Fins** – A nova questão comunista. 1999. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/AyIgjD> . Acessado em 28 de Março de 2019.
- SIGREST, J. L. **A JUC no Brasil**: Evolução e Impasses de uma ideologia. São Paulo: Cortez, 1982.
- SILVA, A, J. **A formação do militante anarquista**: primeiros movimentos para uma leitura distinta. Tese de Doutorado em História. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- SITRIN, M; AZZELLINI, D. **They can't represent us!** Reinventing democracy from Greece to Occupy. London: Verso, 2014.
- SITRIN, M. **Everyday revolutions**: Horizontalism and autonomy in Argentina. London: Zed Books, 2012.
- SOFIATI, F. M. O novo significado da "opção pelos pobres" na Teologia da Libertação. **Tempo Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 215-234, 2013.
- SOLANO, E. Nota da Editora. In Solano, E. (Org). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SOUSA LIMA, L. G. de. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1979.
- SOUSA, J. T. P. de. “Insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído”. **Cadernos de Pesquisa** (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, julho 2002.
- SOUSA, J. T. P. de. “Ações coletivas juvenis, formação política e processos culturais”, **Relatório de Pesquisa** (Edital Universal 2004/04, Processo 481562/04-4), Florianópolis, 2008.
- SOUSA, J. T. P. de. **A experiência contemporânea da política entre jovens do sul do Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- SOUSA, J. T. P. de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens dos anos 90**. São Paulo: Hacker/Fapesp, 1999.

- SOUZA, A. de M. P. de. **Modulações militantes por uma vida não fascista**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- SPOSITO, M. “São Paulo, sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade” em **Tempo Social**, Vol. 5, No 1-2, 1994.
- STALIN, J. **Anarquismo ou Socialismo?** 1907. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/r4FdmK> .Acessado em 28 de Março de 2019.
- STALIN, J. **O Partido Social-Democrata da Rússia e Suas Tarefas Imediatas?** 1901. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/owo2Pd> .Acessado em 28 de Março de 2018.
- STENTESENKO, A. The Challenge of Individuality in Cultural- Historical Activity Theory: “Collectividal” Dialectics from a Transformative Activist Stance. **Outlines**. Critical Practice Studies, 14(2), 07-28, 2013.
- STENTESENKO, A. **The transformative mind: Expanding Vygotsky's approach to development and education**. New York, NY: Cambridge University Press, 2016.
- STETSENKO, A. *The transformative mind: Expanding Vygotsky's approach to development and education*. New York, NY: Cambridge University Press, 2016.
- STETSENKO, A. (no prelo). Research and activist projects of resistance: The ethical-political foundations for a transformative ethico-onto-epistemology. **Learning, Culture and Social Interaction**. <https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2018.04.002>
- STETSENKO, A. Agency and society: Lessons from the study of social change. **International Journal of Psychology**, 42(2), 110-112, 2007.
- STETSENKO, A. From relational ontology to transformative activist stance on development and learning: Expanding Vygotsky’s (CHAT) project. *Cultural Studies of Science Education*, 3(2), 471–491, 2008.
- STETSENKO, A. Science Education and Transformative Activist Stance: Activism as a Quest for Becoming via Authentic-Authorial Contribution to Communal Practices. In: L. Bryan and K. Tobin (Orgs.). **13 Questions: Reframing Education's Conversation: Science** (pp. 33-47). NY: Peter Lang, 2017.
- STETSENKO, A. The challenge of individuality in cultural-historical activity theory: “Collectividal” dialectics from a transformative activist stance. **Outlines – Critical Practice Studies**, 14(2), 7-28, 2013.
- TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, v. 13, n. 28, 2014.
- TAVOLARI, B., LESSA, M. R., MEDEIROS, J. M. R. & JANUÁRIO, A. (2018). As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação. *Novos estudos CEBRAP*, 37(2), 291-310, 2018.
- THIRY-CHERQUES, H. R. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, (81), 215-248. 2010.
- TRÓTSKI, L. **Literatura e revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- VALVERDE, M. E. G. L. **Militância e poder: balizas para uma genealogia da militância**. Dissertação(mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1986. Disponível em: <https://goo.gl/kggtLD>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- VAN de SANDE, M. Fighting with tools: Prefiguration and radical politics in the twenty-first century. **Rethinking Marxism**, 27(2), 177–194, 2015.
- VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 267-282, ago. 2012.
- VIANNA, E., HOUGAARD, N., & STETSENKO, A. The dialectics of collective and individual transformation: Transformative Activist Research in a Collaborative Learning

Community Project. In: A. Blunden (Org.), **Collaborative Projects** (pp. 59-87). Leiden, the Netherlands: Brill Publishers, 2014.

VICE-Brasil..**São Paulo: Educação Ocupada** [vídeo], 2015. Disponível em <https://youtu.be/j42hfZiOfSU>;

VIRNO, P. **A grammar of the multitude**: For an analysis of contemporary forms of life. Cambridge, Massassuchest; London: Semiotext (e), 2004.

WENCESLAO JUNIOR, M. DE O., DIAS JUNIOR, A. C., MONTEIRO, A.. (Des)ocupar é resistir? **Educação Temática Digital**, 19(1), 3-5, 2017.

YATES. L. (2015a). Rethinking Prefiguration: Alternatives, Micropolitics and Goals in Social Movements. **Social Movement Studies**, 14(1), 1-21, 2015a.

YATES. L. (2015b). Everyday politics, social practices and movement networks: daily life in Barcelona's social centres. **The British Journal of Sociology**, 66(2), 236-258, 2015b.

ZDANOV, A. **As Tarefas da Literatura na Sociedade Soviética**. 1949. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/y69hvf> . Acessado em 28 de Março de 2018.

ZDANOV, A. **Soviet Literature – The Richest in Ideas, the Most Advanced Literature**. 1934. Disponível em Marxists Internet Archive, <https://goo.gl/IF2Uy1>. Acessado em 28 de Março de 2019.